

**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA**



**ORÇAMENTO**

**MCA 170-1**

**PROCESSO ORÇAMENTÁRIO  
DO COMANDO DA AERONÁUTICA**

**2016**

**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA**



**ORÇAMENTO**

**MCA 170-1**

**PROCESSO ORÇAMENTÁRIO  
DO COMANDO DA AERONÁUTICA**

**2016**



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA**

PORTARIA EMAER Nº 01/5SC, DE 20 DE JANEIRO DE 2016.

Aprova o Manual que estabelece processos, atividades, tarefas e procedimentos referentes ao Processo Orçamentário do Comando da Aeronáutica.

**O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA**, no uso das atribuições que lhe confere os itens V do Art. 4º, IV e VIII do Art. 14, do Regulamento do Estado-Maior da Aeronáutica (ROCA 20-5), aprovado pela Portaria Nº 756/GC3, de 19 de novembro de 2007, resolve:

Art. 1º - Aprovar a edição da MCA 170-1 - PROCESSO ORÇAMENTÁRIO DO COMANDO DA AERONÁUTICA.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 58/5SC, de 9 de dezembro de 2014.

Ten Brig Ar HÉLIO PAES DE BARROS JÚNIOR  
Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica

(Publicado no BCA nº 018, de 2 de fevereiro de 2016)

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>DISPOSIÇÕES PRELIMINARES .....</b>	<b>9</b>
1.1	<u>FINALIDADE .....</u>	9
1.2	<u>CONCEITUAÇÃO .....</u>	9
1.3	<u>COMPETÊNCIA .....</u>	11
1.4	<u>ÂMBITO .....</u>	12
1.5	<u>SIGLAS .....</u>	12
<b>2</b>	<b>PRINCÍPIOS.....</b>	<b>14</b>
2.1	<u>PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS .....</u>	14
2.2	<u>PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....</u>	15
<b>3</b>	<b>PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....</b>	<b>17</b>
3.1	<u>CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR ESFERA ORÇAMENTÁRIA .....</u>	17
3.2	<u>CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL DA DESPESA .....</u>	18
3.3	<u>CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL DA DESPESA .....</u>	18
3.4	<u>ESTRUTURA PROGRAMÁTICA .....</u>	19
3.5	<u>PROGRAMAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA .....</u>	23
3.6	<u>PLANO INTERNO .....</u>	24
<b>4</b>	<b>PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA .....</b>	<b>25</b>
4.1	<u>PREVISÃO DE DESPESAS DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS EM GERAL .....</u>	25
4.2	<u>PREVISÃO DE DESPESAS DE AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS ESPECÍFICAS .....</u>	26
4.3	<u>CREDENCIAMENTO PARA ACESSO AOS SISTEMAS .....</u>	30
4.4	<u>MÉTODO PARA A ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO COMAER .....</u>	30
4.5	<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A PREVISÃO DE DESPESAS .....</u>	31
4.6	<u>PRAZOS RELATIVOS À PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA .....</u>	33
<b>5</b>	<b>GERENCIAMENTO ORÇAMENTÁRIO .....</b>	<b>35</b>
5.1	<u>CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</u>	35
5.2	<u>AUTORIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS PLURIANUAIS .....</u>	35
5.3	<u>ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS .....</u>	39
5.4	<u>GERENCIAMENTO DOS ATRIBUTOS DO PPA .....</u>	42
<b>6</b>	<b>CONTROLE ORÇAMENTÁRIO .....</b>	<b>43</b>
6.1	<u>CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</u>	43
6.2	<u>INSTRUÇÕES GERAIS AOS AGENTES RESPONSÁVEIS .....</u>	45
6.3	<u>INSTRUÇÕES GERAIS AOS AGENTES AUXILIARES .....</u>	47
6.4	<u>MONITORAMENTO TEMÁTICO DOS INDICADORES DO PPA .....</u>	49
6.5	<u>MONITORAMENTO TEMÁTICO DOS OBJETIVOS DO PPA .....</u>	50
6.6	<u>MONITORAMENTO TEMÁTICO DAS METAS DO PPA .....</u>	53
6.7	<u>MONITORAMENTO TEMÁTICO DAS INICIATIVAS DO PPA .....</u>	55
6.8	<u>ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA LOA .....</u>	58
6.9	<u>ACOMPANHAMENTO DOS PLANOS ORÇAMENTÁRIOS DAS AÇÕES .....</u>	67
6.10	<u>TRAMITAÇÃO PARA O “MOMENTO” ÓRGÃO SETORIAL .....</u>	70
<b>7</b>	<b>DISPOSIÇÕES FINAIS.....</b>	<b>71</b>

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>72</b>
-------------------------	-----------

<b>ANEXOS.....</b>	<b>73</b>
--------------------	-----------

**Anexo A - ESTRUTURA PROGRAMÁTICA**

**Anexo B - DESPESAS COM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

**Anexo C - CICLO ORÇAMENTÁRIO**

**Anexo D - SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO**

**Anexo E - JUSTIFICATIVA PARA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**Anexo F - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PARA PROCESSAMENTO**

**Anexo G - ORIENTAÇÕES DE ACESSO ÀS JANELAS DO SIOP - PROMOTE**

**Anexo H - ORIENTAÇÕES DE ACESSO ÀS JANELAS DO SIOP - PROACOR**

**Anexo I - RELATÓRIO DE CONTROLE SEMESTRAL - INDICADOR**

**Anexo J - RELATÓRIO DE CONTROLE SEMESTRAL -OBJETIVO**

**Anexo K - RELATÓRIO DE CONTROLE SEMESTRAL - META**

**Anexo L - RELATÓRIO DE CONTROLE SEMESTRAL - INICIATIVA**

**Anexo M - RELATÓRIO DE CONTROLE SEMESTRAL - AÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**Anexo N - RELATÓRIO DE CONTROLE SEMESTRAL - PLANO ORÇAMENTÁRIA**

## **PREFÁCIO**

O MCA 170-1 contém os conceitos, procedimentos e instruções referentes ao processo de elaboração, gerenciamento e controle do orçamento do Comando da Aeronáutica (COMAER) para o Exercício Financeiro de 2017, considerando a estrutura programática instituída no Plano Plurianual da União (PPA) 2016-2019, bem como o Cadastro das Ações e os Planos Orçamentários (PO) sob a responsabilidade do COMAER, conforme as orientações emanadas da Secretaria de Orçamento Federal (SOF) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A coordenação desse processo, no âmbito do COMAER, cabe ao Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER), ficando sob a responsabilidade da Quinta Subchefia a coleta e consolidação das necessidades de recursos orçamentários por intermédio do Sistema de Planejamento e Acompanhamento Orçamentário (SIPLORC), ou outro sistema que venha a substituí-lo.

O ponto de partida de todo o processo é o encaminhamento das necessidades de recursos creditícios, a cargo dos Órgãos responsáveis pela execução de Projetos/Atividades, via cadeia de comando, aos respectivos Agentes da Administração responsáveis pelo planejamento, gestão e acompanhamento da execução orçamentária das Ações e respectivos Planos Orçamentários, sob a responsabilidade do COMAER, os quais registram estas necessidades no SIPLORC, de forma a serem analisadas e consolidadas, no âmbito do EMAER, no documento denominado Pré-Proposta Orçamentária a ser enviado ao Ministério da Defesa (MD).

Após o recebimento do Limite Orçamentário estabelecido pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF) para o MD, este órgão promove o seu rateio entre as três Forças e a Administração Central, que é atinente àquela Pasta.

Definido o Limite Orçamentário para a Aeronáutica, o EMAER procede à adequação das necessidades, inicialmente delineadas, aos limites estipulados e insere, no Sistema Integrado de Planejamento Orçamentário (SIOP), a Proposta Orçamentária do COMAER, para apreciação do MD e, posteriormente, envio à SOF, que no momento oportuno consolida as propostas de todos os Ministérios para a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA).

Em seguida, o Poder Executivo entrega o Projeto de Lei ao Congresso Nacional, onde Deputados e Senadores analisam, por intermédio da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), a proposta enviada, agregando modificações julgadas necessárias, as Emendas Parlamentares. Depois de aprovado em plenário, o Orçamento é sancionado pela Presidente da República, transformando-se na Lei Orçamentária Anual (LOA).

No COMAER, o mencionado processo culmina com a chancela do Comandante da Aeronáutica no Plano de Ação (PCA 11-44), documento este que consolida e aloca todos os recursos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) para a Aeronáutica, adequado à realidade fiscal estabelecida no Decreto de Programação Orçamentária e Financeira (contingenciamento).

Nesse cenário, o Processo Orçamentário reveste-se de alta relevância, porquanto, estando integrado ao PPA, à Estratégia Nacional de Defesa (END), ao Plano de Articulação e Equipamento da Aeronáutica (PLAer), ao Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER) e aos Planos Setoriais dos ODSA (Órgãos de Direção Setorial e de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica), viabiliza a concretização dos anseios da Força Aérea, dando vida aos Projetos e Atividades desenvolvidos por todas as Organizações Militares do COMAER.

Portanto, o EMAER, como Órgão de Direção Geral (ODG) e responsável pelo planejamento, gestão e controle do orçamento no COMAER, enfatiza a todos os Agentes da Administração envolvidos no processo de elaboração, gerenciamento e controle orçamentário, a pertinência do zelo, bem como da precisão e tempestividade de suas atribuições.

Desta forma, alicerçado em seu planejamento e valendo-se do empenho profissional de todos os atores envolvidos no processo, o Comando da Aeronáutica irá dispor dos recursos creditício-financeiros necessários ao cumprimento de sua destinação constitucional.

## **1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

### **1.1 FINALIDADE**

Este Manual tem por finalidade orientar o Processo Orçamentário do Comando da Aeronáutica e, em especial, a elaboração da proposta orçamentária para o Exercício Financeiro de 2017.

### **1.2 CONCEITUAÇÃO**

Para efeito deste Manual, consideram-se as conceituações contidas nas documentações normativas do Comando da Aeronáutica (COMAER) e as especificadas abaixo:

#### **1.2.1 AÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Operação da qual resultam produtos (bens ou serviços) que contribuem para atender ao objetivo de um Programa de Governo (MTO 2016, item 5.5.2).

Incluem-se também no conceito de Ação Orçamentária as operações especiais de Programas de Governo, ou seja, transferências obrigatórias ou voluntárias a outros entes da Federação e a pessoas físicas e jurídicas, na forma de subsídios, subvenções, auxílios, contribuições, entre outros, e os financiamentos. Embora constem do Orçamento, as Ações associadas aos Programas do tipo Operações Especiais não integram o PPA.

#### **1.2.2 AGENTE RESPONSÁVEL**

É o Agente da Administração formalmente designado para exercer cargo e/ou função vinculado, por meio de Portaria do Comandante da Aeronáutica, a Ação Orçamentária constante da LOA e/ou respectivos Planos Orçamentários (PO), bem como a Atributo do PPA, sob a responsabilidade do COMAER, incumbido do planejamento e gerenciamento de sua execução e do controle de sua evolução (resultados).

#### **1.2.3 AGENTE AUXILIAR**

É o Agente da Administração formalmente designado para assessorar tecnicamente e apoiar administrativamente o Agente Responsável por Atributo do PPA e por Ação da LOA e/ou respectivos PO, no exercício de suas atribuições.

#### **1.2.4 ANO “T”**

É o ano para o qual se está fazendo a Proposta Orçamentária do COMAER, no caso o Exercício Financeiro de 2017.

#### **1.2.5 ATRIBUTOS DO PPA**

Representam os diversos níveis de planejamento do PPA, subdividindo-se em Indicadores e Objetivos de Programa de Governo e em Metas e Iniciativas dos Objetivos de Programa.



### **1.2.6 META FÍSICA**

É a quantidade de produto a ser ofertado por Ação Orçamentária, se for o caso, de forma regionalizada, num determinado período, e instituída para cada Exercício Financeiro (MTO 2016, item 5.6.1.1), ou seja, trata-se do produto (bens ou serviços) gerado pela implementação das atividades e/ou projetos financiados pelos recursos orçamentários alocados à determinada Ação em determinado Exercício Financeiro.

### **1.2.7 PLANO ORÇAMENTÁRIO**

É uma identificação orçamentária, de caráter gerencial (não constante na LOA), vinculada à Ação Orçamentária, que tem por finalidade permitir que, tanto a elaboração do Orçamento quanto o acompanhamento físico e financeiro da execução, ocorram em um nível mais detalhado do que o subtítulo (localizador de gasto) da Ação. O PO pode ser utilizado como produção pública intermediária, etapa de projeto e/ou mecanismo de acompanhamento intensivo (MTO 2016, item 5.5.2.4.16).

### **1.2.8 SISTEMA DE PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO (SIPLORC)**

É o sistema informatizado que tem por finalidade automatizar o processo de captação e tratamento de dados inerentes ao processo orçamentário, no âmbito do COMAER, disponibilizado às UG participantes do processo, por meio de acesso à INTRAER, no endereço [www.siplorc.intraer](http://www.siplorc.intraer), bem como na página da Quinta Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica, disponível em [www.emaer.intraer/5sc/index.php/en/](http://www.emaer.intraer/5sc/index.php/en/).

### **1.2.9 UNIDADE ADMINISTRATIVA (UA)**

Segmento da Administração Direta ao qual a Lei Orçamentária Anual não consigna recursos e que depende de destaques ou provisões para executar seus Programas de Trabalho.

### **1.2.10 UNIDADE GESTORA (UG)**

É a UA que realiza atos de gestão orçamentária, financeira e/ou patrimonial. Trata-se de Organização Militar (OM) ou fração de OM com tais competências estabelecidas em Portaria do Comandante da Aeronáutica, especificamente, no todo ou em parte.

### **1.2.11 UNIDADE GESTORA EXECUTORA (UG EXEC)**

É a UG que gerencia seus próprios créditos e os créditos recebidos de alguma unidade gestora responsável. É toda UA responsável pela gestão e execução dos recursos orçamentários e/ou financeiros e pela realização dos atos de gestão patrimonial.

### **1.2.12 UNIDADE GESTORA CREDORA (UG CRED)**

É a Unidade Administrativa que gerencia recursos creditícios, mas não os processa, podendo, em certos casos, processá-los até a fase de licitação da despesa.

### **1.2.13 UNIDADE GESTORA RESPONSÁVEL (UGR)**

É a UG responsável pela realização de parte do Programa de Trabalho por ela descentralizado.

### **1.3 COMPETÊNCIA**

#### **1.3.1 ÓRGÃO SETORIAL DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO E DE ORÇAMENTO FEDERAL**

O órgão setorial do COMAER é o Ministério da Defesa (MD), que desempenha o papel de articulador no âmbito de sua estrutura, coordenando o processo decisório no nível subsetorial, ou seja, no âmbito das Unidades Orçamentárias (UO).

#### **1.3.2 ÓRGÃO DE DIREÇÃO GERAL (ODG)**

É o Estado-Maior da Aeronáutica, ao qual, no âmbito subsetorial, que engloba as Unidades Orçamentárias (UO) sob a responsabilidade do COMAER, compete:

- a) estabelecer diretrizes para a realização do Processo Orçamentário do COMAER, englobando desde a elaboração da previsão da despesa e a proposição de eventuais alterações do orçamento até o acompanhamento de sua execução;
- b) editar instruções, normas e procedimentos a serem observados no âmbito do COMAER durante a realização do processo orçamentário;
- c) avaliar a adequação da estrutura programática e mapear as alterações necessárias;
- d) formalizar as propostas de alteração da estrutura programática das UO do COMAER;
- e) coordenar o processo de atualização e aperfeiçoamento das informações constantes do cadastro dos Programas e das Ações e Planos Orçamentários das UO do COMAER;
- f) acompanhar o processo de previsão das receitas, em coordenação com a SEFA, junto à Secretaria de Orçamento Federal (SOF) do Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão (MPOG);
- g) fixar, de acordo com as prioridades, os referenciais monetários para apresentação das propostas de despesas orçamentárias e os limites de movimentação e empenho e de pagamento das UO do COMAER;
- h) analisar e validar as propostas de despesas orçamentárias referentes aos Programas e às Ações e Planos Orçamentários das UO do COMAER;
- i) realizar os ajustes necessários nas previsões de despesas recebidas por meio do SIPLORC, antes de sua consolidação;
- j) consolidar as propostas orçamentárias do COMAER e formalizar ao MD;
- k) propor ao MD eventuais alterações orçamentárias julgadas necessárias;
- l) gerenciar as propostas de alteração do Plano de Ação do COMAER;
- m) promover o controle orçamentário da execução das Ações da LOA e respectivos PO, sob a responsabilidade do COMAER;
- n) coordenar, no âmbito do COMAER, o Processo de Acompanhamento Orçamentário (PROACOR) da LOA, promovido pela SOF;
- o) promover o controle orçamentário da evolução dos Atributos do PPA, sob a responsabilidade do COMAER; e

- p) coordenar, no âmbito do COMAER, o Processo de Monitoramento Temático (PROMOTE) do PPA, promovido pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI).

**1.3.2.1** Ademais, compete ao EMAER, enquanto ODG, representar os interesses do COMAER junto à Secretaria de Organização Institucional (SEORI) do MD, e com a SOF e a SPI, ambas do MPOG, no que concerne ao planejamento e orçamento da Aeronáutica.

**1.3.3** Órgãos de Direção Setorial e de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica (ODSA) e Entidade Vinculada.

**1.3.3.1** Compete aos ODSA a orientação e a supervisão das organizações subordinadas, quanto ao cumprimento das diretrizes e instruções correlacionadas ao processo de previsão das necessidades de recursos orçamentários, bem como à emissão de instruções setoriais aplicáveis às Unidades Gestoras das respectivas cadeias de comando.

**1.3.3.2** Compete à Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica (CFIAer), entidade vinculada ao COMAER, exercer o gerenciamento das Ações e PO sob sua responsabilidade, segundo planejamento próprio.

**1.3.3.3** Os Agentes Responsáveis por Ações e/ou PO de cada ODSA e da entidade vinculada têm por atribuição analisar, compatibilizar e consolidar as necessidades de recursos para a consecução dos Planos Setoriais dos ODSA e da CFIAer, e registrar no SIPLORC as previsões de despesas que estejam vinculadas a sua respectiva Ação e/ou PO.

**1.3.3.4** Após a divulgação dos limites orçamentários definidos pelo MD e informados pelo EMAER, em consonância com as determinações estabelecidas pela SOF/MP, os Agentes Responsáveis por Ações e/ou PO de cada ODSA, deverão, no momento oportuno, realizar gestões junto aos seus respectivos ODSA para a realização do ajuste necessário em seus Planos Setoriais, de modo a compatibilizá-lo com a previsão do limite de recursos que lhe serão alocados. O mesmo procedimento deverá ser adotado pelos Agentes Responsáveis por Ação e/ou PO vinculados a entidade vinculada ao COMAER.

## **1.4** ÂMBITO

Este Manual aplica-se a todas as Organizações Militares da Aeronáutica e a Entidade Vinculada envolvidas no processo de elaboração do orçamento do COMAER.

## **1.5** SIGLAS

CF - Constituição Federal;

CFIAer - Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica;

CMTAER - Comandante da Aeronáutica;

COMAER - Comando da Aeronáutica;

EMAER - Estado-Maior da Aeronáutica;

INTRAER - Intranet do Comando da Aeronáutica;

GND - Grupo de Natureza de Despesa;

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias;

LOA - Lei Orçamentária Anual;  
LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal;  
MD - Ministério da Defesa;  
MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;  
MTO - Manual Técnico de Orçamento;  
NDD - Natureza da Despesa Detalhada;  
ODG - Órgão de Direção Geral;  
ODSA - Órgão de Direção Setorial e de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica;  
ODS - Órgão de Direção Setorial;  
PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação;  
PLAMENS - Plano de Missões de Ensino;  
PLAMTAX - Plano de Missões Técnico-Administrativas no Exterior;  
PLDO - Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias;  
PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual;  
PI - Plano Interno;  
PO - Plano Orçamentário;  
PPA - Plano Plurianual da União;  
PROACOR - Processo de Acompanhamento Orçamentário;  
PROMOTE - Processo de Monitoramento Temático;  
SAOC - Sistema de Acompanhamento de Operações de Crédito;  
SEFA - Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica;  
SEORI - Secretaria de Organização Institucional;  
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira;  
SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento;  
SIPLORC - Sistema de Planejamento e Acompanhamento Orçamentário;  
SOF - Secretaria de Orçamento Federal;  
SPI - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos;  
UG - Unidade Gestora;  
UG EXEC - Unidade Gestora Executora;  
UG CRED - Unidade Gestora Credora; e  
UO - Unidade Orçamentária.

## 2 PRINCÍPIOS

### 2.1 PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS

**2.1.1** Os Princípios Orçamentários visam estabelecer regras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência aos processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. Válidos para todos os Poderes e para todos os entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), são estabelecidos e disciplinados tanto por normas constitucionais e infraconstitucionais quanto pela doutrina.

**2.1.2** Nesse sentido, integram o Manual Técnico de Orçamento (MTO) os princípios orçamentários, abaixo relacionados, cuja existência e aplicação decorrem de normas jurídicas:

a) Unidade ou Totalidade

De acordo com este princípio, o orçamento deve ser uno, ou seja, cada ente governamental deve elaborar um único orçamento. Este princípio é mencionado no caput do art. 2º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e objetiva evitar múltiplos orçamentos dentro da mesma entidade política. Dessa forma, todas as receitas previstas e despesas fixadas, em cada Exercício Financeiro, devem integrar um único documento legal (LOA) dentro de cada nível federativo.

b) Universalidade

Segundo este princípio, a LOA de cada ente federado deve conter todas as receitas e as despesas de todos os Poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo poder público. Este princípio é mencionado no caput do art. 2º da Lei nº 4.320/1964, recepcionado e normatizado pelo § 5º do art. 165 da CF.

c) Anualidade ou Periodicidade

Conforme este princípio, o Exercício Financeiro é o período de tempo ao qual se referem à previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na LOA. Este princípio é mencionado no caput do art. 2º da Lei nº 4.320/1964. Segundo o seu art. 34, o Exercício Financeiro coincide com o ano civil (1º de janeiro a 31 de dezembro).

d) Exclusividade

O princípio da exclusividade, previsto no § 8º do art. 165 da CF, estabelece que a LOA não contenha dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Ressalvam-se dessa proibição a autorização legal para abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito.

e) Orçamento Bruto

O princípio do orçamento bruto, previsto no art. 6º da Lei nº 4.320/1964, preconiza o registro das receitas e despesas na LOA pelo valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções.

f) Não Vinculação da Receita de Impostos

Estabelecido pelo inciso IV do art. 167 da CF, este princípio veda a vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, salvo exceções estabelecidas pela própria CF, *in verbis*:

“Art. 167. São vedados:

[...]

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os art. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos art. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003);

[...]

§ 4º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os art. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os art. 157, 158 e 159, I, a e b, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta. (incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993).”

**2.1.3** A exceção prevista no princípio da “Não Vinculação da Receita de Impostos” é aplicada aos recursos orçamentários originários do Fundo Aeronáutico.

## **2.2 PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**2.2.1** O art. 37 da CF dispõe que a Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos seguintes princípios:

a) **Legalidade**

Este princípio impõe ao Agente da Administração o dever de agir em conformidade com a lei, assim sendo, ao pretender fazer algo, deve dispor de alguma norma que o habilite para tal.

b) **Impessoalidade**

De acordo com este princípio, que se encontra vinculado ao Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público, o Agente da Administração deve agir de modo a alcançar o interesse da Administração Pública, pautando-se por critérios objetivos e impessoais.

c) **Moralidade**

Segundo este princípio, além de legais, os atos do Agente da Administração devem ser morais, ou seja, devem ser consoantes com a moral, os bons costumes, as regras de boa administração, os princípios de justiça e equidade e a ideia comum de honestidade.

d) **Publicidade**

Princípio essencial à atuação de qualquer Agente da Administração, visa proporcionar ampla transparência ao ato administrativo para assegurar a verificação de sua regularidade, garantindo o pleno exercício da cidadania.

e) Eficiência

De acordo com este princípio, que se encontra vinculado ao princípio da economicidade, o Agente da Administração possui o dever de atuar buscando o aperfeiçoamento contínuo de seu rendimento, ou seja, deve procurar alcançar ou superar os resultados propostos com o menor dispêndio de recursos possível. É o “fazer mais com menos”.

**2.2.2** Além dos referidos princípios também merece destaque o Princípio da Eficácia, que pode ser traduzido como a medida do grau de atingimento da Meta Física fixada para um determinado projeto, atividade ou programa em relação ao previsto. De acordo com o TCU, a eficácia pode ser entendida como o grau em que se atingem os objetivos de uma Ação (quanto a bens e serviços disponibilizados), em um determinado período de tempo, independentemente dos custos implicados.

**2.2.3** Sendo o COMAER um Órgão que integra a Administração Direta da União, os princípios ora elencados também deverão nortear seus Agentes da Administração ao longo de todo o processo orçamentário da Aeronáutica, indo desde a elaboração da previsão da despesa orçamentária até o controle dos resultados alcançados (evolução).

### 3 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A compreensão do orçamento exige o conhecimento de sua estrutura e organização, implementadas por meio de um sistema de classificação estruturado. Esse sistema tem o propósito de atender às exigências de informação demandadas por todos os possíveis interessados nas questões relacionadas às finanças públicas, como os Poderes Públicos, as organizações públicas e privadas e a Sociedade em geral.

Na estrutura atual do Orçamento Público, as programações orçamentárias estão organizadas em Programas de Trabalho, que contêm informações qualitativas e quantitativas, sejam físicas ou financeiras.

O Programa de Trabalho, que define qualitativamente a programação orçamentária, deve responder, de maneira clara e objetiva, às perguntas clássicas que caracterizam o ato de orçar, sendo, do ponto de vista operacional, composto dos seguintes blocos de informação: Classificação por Esfera, Classificação Institucional, Classificação Funcional e Estrutura Programática, conforme detalhado a seguir.

#### 3.1 CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR ESFERA ORÇAMENTÁRIA

**3.1.1** Na LOA, a Esfera tem por finalidade identificar se a despesa pertence ao Orçamento Fiscal (F), da Seguridade Social (S) ou de Investimento das Empresas Estatais (I), conforme disposto no § 5º do art. 165 da CF.

**3.1.2** Na base de dados do SIOP, o campo destinado à Esfera Orçamentária é composto de um código de dois dígitos, que será associado à Ação/PO:

- a) Código “10” - Orçamento Fiscal: referente aos Poderes da União, seus Fundos, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público e empresas estatais dependentes;
- b) Código “20” - Orçamento da Seguridade Social: abrange todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração Direta ou Indireta, bem como os Fundos e Fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público, inclusive as empresas estatais dependentes; e
- c) Código “30” - Orçamento de Investimento: abrange o orçamento de investimentos das empresas estatais independentes em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

**3.1.3** O § 2º do art. 195 da CF estabelece que a proposta de Orçamento da Seguridade Social seja elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela Saúde, Previdência Social e Assistência Social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na LDO, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.

#### 3.2 CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL DA DESPESA

**3.2.1** A Classificação Institucional, na União, reflete as estruturas organizacional e administrativa e compreende dois níveis hierárquicos: Órgão Orçamentário e Unidade Orçamentária (UO). As dotações orçamentárias, especificadas por categoria de programação



em seu menor nível, são consignadas às UO, que são as responsáveis pela realização das Ações/Planos Orçamentários. Órgão Orçamentário é o agrupamento de UO.

**3.2.2** O código da Classificação Institucional compõe-se de cinco dígitos, sendo os dois primeiros reservados à identificação do Órgão Orçamentário e os demais à UO.

**3.2.3** Desta forma, o MD, Órgão Orçamentário ao qual o COMAER encontra-se subordinado, é identificado com o Código “52”.

**3.2.4** As UO listadas sob a responsabilidade do COMAER, e seus respectivos códigos, são as seguintes:

- a) Comando da Aeronáutica - código UO **52111**;
- b) Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica - código UO **52211**; e
- c) Fundo Aeronáutico - código UO **52911**.

**3.2.5** Existem, ainda, as Operações Oficiais de Crédito, que assumem o papel de Órgão Orçamentário e que englobam os Recursos sob Supervisão da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica (código UO **74205**), sob a responsabilidade da CFIAer.

**3.2.6** A relação dos demais Órgãos e Unidades Orçamentárias da União pode ser encontrada nas Tabelas de Classificações Orçamentárias do MTO.

### **3.3 CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL DA DESPESA**

**3.3.1** A Classificação Funcional é formada por Funções e Subfunções e busca responder basicamente à indagação “em que área de despesa a ação governamental será realizada?”. Cada Ação Orçamentária identificará a Função e a Subfunção às quais se vinculam.

**3.3.2** A atual Classificação Funcional foi instituída pela Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do então Ministério do Orçamento e Gestão (MOG), e é composta de um rol de Funções e Subfunções prefixadas, que servem como agregador dos gastos públicos por área de ação governamental nos três níveis de Governo. Trata-se de uma classificação independente dos programas e de aplicação comum e obrigatória, no âmbito dos Municípios, dos Estados, do Distrito Federal e da União, o que permite a consolidação nacional dos gastos do Setor Público.

**3.3.3** A Classificação Funcional é representada por cinco dígitos, sendo os dois primeiros relativos às Funções e os três últimos às Subfunções.

**3.3.3.1** A Função traduz o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação (despesa) do Setor Público, refletindo a competência institucional de cada Órgão que o integra, como por exemplo, Cultura, Educação, Saúde, Defesa, que se encontram na esfera de responsabilidade dos respectivos Ministérios. As despesas em relação às quais não se possa associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como: dívidas, ressarcimentos, indenizações e outras afins, são reunidas na função “Encargos Especiais”, representando, portanto, uma agregação neutra.

**3.3.3.2** A Subfunção representa um nível de agregação imediatamente inferior à Função. Visa agregar determinado subconjunto de despesas do Setor Público, evidenciando a natureza básica da atuação do Governo, ou seja, das ações governamentais que se aglutinam em torno

das Funções. De acordo com a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, é possível combinar as Subfunções a Funções diferentes daquelas a elas diretamente relacionadas, o que se denomina “matricialidade”.

**3.3.4** Portanto, a classificação funcional será efetuada por intermédio da relação da ação (projeto, atividade ou operação especial) com a subfunção e a função. A partir da ação, classifica-se a despesa de acordo com a especificidade de seu conteúdo e produto, em uma subfunção, independente de sua relação institucional. Em seguida será feita a associação com a função, em decorrência da área de atuação característica do órgão/ unidade em que as despesas estão sendo efetuadas.

**3.3.5** O rol das Funções e Subfunções pode ser encontrado nas Tabelas de Classificações Orçamentárias do MTO.

## **3.4 ESTRUTURA PROGRAMÁTICA**

### **3.4.1 PROGRAMA**

**3.4.1.1** Toda ação do Governo está estruturada em Programas orientados para a realização dos objetivos estratégicos definidos para o período do PPA, ou seja, quatro anos.

**3.4.1.2** A Lei do atual PPA foi elaborada com base em diretrizes oriundas do Programa de Governo, onde destaca-se a Visão Estratégica, que indica, em termos gerais, o País almejado em um horizonte de longo prazo e estabelece, ainda, os macrodesafios para o alcance dessa nova realidade de País.

**3.4.1.3** Com fulcro nessas diretrizes, o PPA 2016-2019 encontra-se constituído por Programas Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

**3.4.1.4** Os Programas Temáticos organizam as agendas de Governo pelos temas das Políticas Públicas, expressando e orientando a ação governamental para a entrega de bens e serviços à Sociedade; cada programa está ligado a um macrodesafio, que possui um valor global (estimativa dos recursos necessários) e se desdobra em:

- a) Objetivos: expressam as escolhas do Governo Federal para a implementação de determinada política pública, possuindo Metas físicas associadas, e se desdobram em Iniciativas;
- b) Metas: apontam compromissos que o Governo deve perseguir ao longo do período do PPA, e podem ser quantitativas ou qualitativas; e
- c) Iniciativas: declaram as entregas de bens e serviços à Sociedade, resultantes da coordenação de Ações Orçamentárias, institucionais, normativas, de pactuação entre entes federados, entre Estado e sociedade e de integração de políticas públicas.

**3.4.1.5** Os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado contemplam as despesas destinadas ao apoio e à manutenção da atuação governamental ou, ainda, aquelas não tratadas nos Programas Temáticos.

**3.4.1.6** Não integram o PPA 2016-2019 os programas destinados exclusivamente a operações especiais, que se referem às despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de

bens ou serviços. Exemplos desse tipo de despesa são o pagamento de dívidas, ressarcimentos, sentenças judiciais, transferências, indenizações, financiamentos e contribuições a entidades.

### 3.4.2 AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

**3.4.2.1** A identificação das Ações possui quatro níveis distintos, divididos, sequencialmente, em termos de função, subfunção, programa e, conforme sua temporalidade ou característica finalística, de atividade, projeto ou operação especial.

**3.4.2.2** A Ação do tipo Atividade (1º dígito do código igual à 2, 4, 6 ou 8) consiste no instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um Programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de Governo.

Exemplo: Ação 2048 - Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico.

**3.4.2.3** A Ação do tipo Projeto (1º dígito do código igual à 1, 3, 5 ou 7) representa o instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um Programa, envolvendo um conjunto de operações, realizadas num período limitado de tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de Governo, podendo implicar a criação da infraestrutura de uma nova Atividade.

Exemplo: Ação 14VX - Implantação do CIAAR em Lagoa Santa/MG.

**3.4.2.4** A Ação do tipo Operação Especial (1º dígito do código da Ação igual à 0) retrata as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de Governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços. Representam, basicamente, o detalhamento da função “Encargos Especiais”.

Exemplo: Ação 0284 - Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa.

#### **3.4.2.5** As Ações possuem os seguintes atributos:

- a) Título: forma de identificação da Ação Orçamentária pela Sociedade na LOA. Expressa, em linguagem clara, o objeto da Ação;
- b) Descrição: expressa, de forma sucinta, o que é e para que efetivamente é feito no âmbito da Ação, seu escopo, suas delimitações e o seu objetivo;
- c) Tipo: Projeto, Atividade ou Operação Especial;
- d) Base Legal: instrumentos normativos que dão respaldo à Ação e que permitem identificar se é transferência obrigatória ou se trata de aplicação de recursos em área de competência da União;
- e) Produto: bem ou serviço que resulta da Ação, destinado ao público-alvo, ou o insumo estratégico que será utilizado para a produção futura de bem ou serviço. Cada Ação deve ter um único produto. Em situações especiais, expressa a quantidade de beneficiários atendidos pela Ação;

Observação: no caso das Operações Especiais em que a mensuração seja possível, útil ou desejável, ao invés do campo “Produto”, haverá um campo intitulado “Item de Mensuração”.

- f) Especificação do Produto: características do produto acabado, visando sua melhor identificação;
- g) Unidade de Medida: padrão selecionado para mensurar a produção do bem ou serviço;
- h) Beneficiário da Ação: segmento da sociedade ou do Estado para o qual os bens ou serviços são produzidos ou adquiridos, ou ainda aqueles que diretamente usufrui dos seus efeitos;
- i) Forma de Implementação: descrição de todas as etapas do processo até a entrega do produto, inclusive as desenvolvidas por parceiros;
- j) Detalhamento da Implementação: síntese das razões técnicas que motivaram a Ação Orçamentária, os estudos/documentos que possibilitaram sua licitação/contratação e o modo como será sua execução, podendo conter dados técnicos e detalhes sobre os procedimentos que fazem parte da respectiva execução;
- k) Unidade Responsável: Unidade Administrativa, Entidade, inclusive Empresa Estatal ou Parceiro (Estado, Município, Distrito Federal, ou setor privado), responsável pela execução da Ação Orçamentária;
- l) Custo Total Estimado do Projeto: atributo específico dos Projetos, que trata do custo de referência, a preços correntes, desde o seu início até a sua conclusão;
- m) Total Físico do Projeto: atributo específico dos Projetos que trata da quantidade de produto a ser ofertado ao final de seu período de execução;
- n) Previsão de Início e Término (Duração do Projeto): atributo específico dos Projetos que trata das datas de início e término do Projeto. Nas ações em que houver mais de um localizador, a data de início da ação corresponderá à do localizador que primeiramente se inicia e a de término do último a ser concluído;
- o) Marcador “Regionalizar na Execução”: para os casos em que não seja possível a regionalização durante o processo de elaboração orçamentária, foi criado este atributo que permitirá se fazer a regionalização na execução. Quando o campo “Regionalizar na execução” for marcado, o módulo de Acompanhamento solicitará a execução física e também a região onde a despesa ocorreu;
- p) Marcador “Ação de Insumo Estratégico”: este campo deverá ser marcado nos casos de Ações que retratem a produção ou a aquisição de insumos estratégicos. Tais insumos são aqueles cuja interrupção no fornecimento pode comprometer a produção de bens e serviços ou a expansão do fornecimento destes à Sociedade ou ao Estado; e
- q) Marcador “Detalhamento Obrigatório em Planos Orçamentários”: Quando marcado, indica que a ação deverá conter um PO específico, diferente de “0000”. Como exemplo podem-se citar as ações que exigem acompanhamento intensivo.

**3.4.2.6** As solicitações de criação ou supressão de Ações Orçamentárias serão avaliadas pelo EMAER, por proposição dos ODSA, dos Agentes Responsáveis ou própria, mediante preenchimento de formulário padronizado. As solicitações julgadas pertinentes serão

encaminhadas ao MD para análise e posterior envio à SOF.

### 3.4.3 PLANO ORÇAMENTÁRIO

**3.4.3.1** Os Planos Orçamentários (PO), em termos qualitativos, são vinculados a uma Ação Orçamentária, entendida a Ação como uma combinação de Esfera-Unidade Orçamentária-Função-Subfunção-Programa-Ação. Por conseguinte, variando qualquer um destes classificadores, o conjunto de PO varia também.

**3.4.3.2** Porém, em termos quantitativos, os PO de uma Ação são válidos quando associados aos seus Subtítulos/Localizadores de gasto. Ou seja, se uma Ação possui PO vinculados, a captação da proposta orçamentária (física e financeira) se dará no nível da associação Subtítulo+PO. A proposta de dotação para o Subtítulo será, pois, a soma das propostas dos PO associados àquele Subtítulo. Já a meta física do Subtítulo será captada à parte, pois o produto do PO poderá ser diferente do produto da Ação, impedindo o somatório.

**3.4.3.3** Para contemplar as diferentes formas de acompanhamento das ações orçamentárias, o detalhamento da programação em PO, que não substitui as demais classificações já apresentadas, poderá apresentar-se das seguintes maneiras: produção pública intermediária, etapas de projeto, mecanismo de acompanhamento intensivo ou funcionamento de estruturas administrativas descentralizadas.

**3.4.3.4** Cada Plano Orçamentário (PO) será constituído pelos seguintes atributos:

- a) Código: identificação alfanumérica de quatro posições, criada automaticamente pelo sistema SIOP e modificável pelo usuário;
- b) Título: texto que identifica o PO, de forma resumida;
- c) Caracterização: descrição detalhada do que será feito no âmbito do PO;
- d) Produto Intermediário: bem ou serviço gerado pelo PO (dispensável apenas quando a respectiva Ação não possuir produto);
- e) Unidade de Medida: padrão utilizado para mensurar o produto do PO; e
- f) Unidade Responsável: unidade administrativa responsável pela execução do PO.

**3.4.3.5** As solicitações de criação ou supressão de Planos Orçamentários serão avaliadas pelo EMAER, por proposição dos ODSA, dos Agentes Responsáveis ou própria, mediante preenchimento de formulário padronizado. As solicitações julgadas pertinentes serão encaminhadas ao MD para análise e posterior envio à SOF.

### 3.4.4 SUBTÍTULO (LOCALIZADOR DE GASTO)

**3.4.4.1** Todos os tipos de Ações serão detalhadas em Subtítulos, utilizados especialmente para identificar a localização física da Ação Orçamentária, não podendo haver, por conseguinte, alteração de sua finalidade, do produto e das metas estabelecidas.

**3.4.4.2** A Localização do Gasto poderá ser de abrangência nacional, no exterior, por Região (Norte, Nordeste, Centro Oeste, Sudeste, Sul), por Estado ou Município ou, excepcionalmente, por um critério específico. A LDO veda, na especificação do Subtítulo, a referência a mais de uma localidade, área geográfica ou beneficiário, se determinados.

**3.4.4.3** O subtítulo, cuja código numérico é composto por quatro posições, deverá ser usado para indicar a localização geográfica da ação ou operação especial da seguinte forma:

- a) Projetos: localização (de preferência, Município) onde ocorrerá a construção, no caso de obra física, como por exemplo, obras de engenharia; nos demais casos, o local onde o projeto será desenvolvido;
- b) Atividades: localização dos beneficiários/público-alvo da ação, o que for mais específico (normalmente são os beneficiários); e
- c) Operações especiais: localização do recebedor dos recursos previstos na transferência, compensação, contribuição etc., sempre que for possível identificá-lo.

**3.4.4.4** O COMAER, através de suas Unidades Orçamentárias (Comando da Aeronáutica, Fundo Aeronáutico, Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica e Recursos sob Supervisão da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica), trabalha, essencialmente, com o Subtítulo Nacional, cujo código é “0001”.

**3.4.4.5** A relação dos Localizadores de Gasto pode ser encontrada no MTO.

### **3.5 PROGRAMAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA**

#### **3.5.1 PROGRAMAÇÃO FÍSICA**

**3.5.1.1** A programação física é realizada por meio da definição da meta física de cada Ação Orçamentária, sendo indicada em nível de Subtítulo.

**3.5.1.2** Ressalte-se que a territorialização das metas físicas é expressa nos Localizadores de Gasto previamente definidos para a Ação, como, por exemplo, no caso da vacinação de crianças, quando a meta será regionalizada pela quantidade de crianças a serem vacinadas ou de vacinas empregadas em cada Estado (Localizadores de Gasto), ainda que a campanha seja de âmbito nacional e a despesa seja paga de forma centralizada, ou no caso da distribuição de livros didáticos.

#### **3.5.2 PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA**

**3.5.2.1** Os art. 12 e 13 da Lei nº 4.320/1964, tratam da classificação da despesa por Categoria Econômica e Elementos. Assim como no caso da receita, o art. 8º dessa Lei estabelece que os itens da discriminação da despesa serão identificados por números de código decimal, na forma do respectivo Anexo IV, atualmente consubstanciados no Anexo II da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001.

**3.5.2.2** O conjunto de informações que formam o código é conhecido como classificação por Natureza da Despesa (ND) e informa a Categoria Econômica da Despesa, o Grupo a que ela pertence, a Modalidade de Aplicação e o Elemento de Despesa.

**3.5.2.3** Na base de dados do SIOP, o campo que se refere à Natureza da Despesa contém um código composto por oito algarismos, sendo que o 1º dígito representa a Categoria Econômica, o 2º o Grupo de Natureza da Despesa (GND), o 3º e o 4º dígitos representam a Modalidade de Aplicação, o 5º e o 6º o Elemento de Despesa (ED) e o 7º e o 8º dígitos representam o desdobramento facultativo do Elemento de Despesa, denominado de Subelemento ou Subitem.

**3.5.2.4** A relação correspondente a esses cinco conjuntos de informações pode ser encontrada nas Tabelas de Classificações Orçamentárias do MTO.

### **3.6 PLANO INTERNO**

**3.6.1** Instrumento de planejamento e de acompanhamento da ação programada, usado como forma de detalhamento de um projeto/atividade, de uso exclusivo de cada Ministério ou Órgão, podendo desdobrar-se ou não em etapas.

**3.6.2** O Plano Interno (PI) tem a finalidade de, como parte integrante do detalhamento da célula orçamentária no Comando da Aeronáutica, identificar, dentro do SIAFI, níveis inferiores de desdobramento da execução das Ações e dos Planos Orçamentários, com vinculação direta às etapas e eventos previstos no orçamento do COMAER.

**3.6.3** É atribuição exclusiva do EMAER, por intermédio da Quinta Subchefia (5SC), a criação, o controle e a liberação dos códigos de PI para a execução das Ações/PO pertencentes ao orçamento do COMAER, bem como o gerenciamento de suas finalidades e características.

## **4 PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA**

### **4.1 PREVISÃO DE DESPESAS DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS EM GERAL**

**4.1.1** A elaboração da previsão de despesas das Ações da LOA e/ou de seus Planos Orçamentários, aos quais encontram-se vinculados os Projetos e Atividades do COMAER, é da competência do respectivo Agente Responsável, conforme estabelecido em Portaria do Comandante da Aeronáutica.

**4.1.2** A previsão das despesas de que trata o item anterior deve corresponder à consolidação das necessidades elencadas nos Planos Setoriais dos ODSA, no Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER), no Plano Plurianual de Obras (PPO) e no Plano de Articulação e Equipamento da Aeronáutica (PLAer), em consonância com o PPA.

**4.1.3** Os ODSA deverão encaminhar ao respectivo Agente Responsável por Ação da LOA e/ou PO, diretamente ou por meio de suas unidades administrativas, o planejamento resumido (síntese) de cada Projeto ou Atividade, bem como os valores relativos aos recursos orçamentários necessários à sua execução.

**4.1.3.1** A síntese do planejamento relativo a cada Projeto ou Atividade a ser encaminhada pelos ODSA aos respectivos Agentes Responsáveis deverá apresentar, clara e precisamente, os objetivos almejados, bem como as metas físicas estabelecidas para efetivamente acompanhar o seu alcance, e a metodologia de cálculo a ser usada na sua mensuração, de modo a propiciar a validação dos valores previstos para o Exercício Financeiro e a possibilitar, efetivamente, o acompanhamento da evolução de sua execução.

**4.1.3.2** Para a realização de uma análise efetiva e consistente é necessário que exista um planejamento definido que justifique as demandas de recursos orçamentários. Para isso, no processo de planejamento, o Agente da Administração responsável por uma determinada Ação e/ou Plano Orçamentário deverá, juntamente com sua equipe (Agentes Auxiliares), ter mapeado as Organizações Militares ou Unidades Operacionais (OM) que fazem uso do respectivo recurso. Dessa forma, o Agente responsável consolidará o planejamento das atividades das referidas OM, sintetizando-o e registrando-o em documento específico (Plano de Metas ou Programa de Trabalho anuais).

**4.1.3.3** Com o Plano de Metas ou Programa de Trabalho em mãos, os Agentes terão subsídio para comparar os resultados alcançados com a execução dos recursos das Ações/Plano Orçamentários sob sua responsabilidade, avaliando se tais resultados estão convergindo em direção ao planejado, ou se eles estão divergindo. Neste último caso, deverão ser levantadas as possíveis causas e proceder à tomada de decisão visando a estabelecer as ações intervenientes a serem adotadas para corrigir as divergências.

**4.1.3.4** Os ODSA deverão manter os respectivos Agentes Responsáveis, permanentemente, informados sobre quaisquer ocorrências eventuais ou contratuais que venham a implicar em alteração do planejamento inicial.

**4.1.4** De posse das sínteses dos planejamentos e respectivos valores informados pelos ODSA vinculados a Ação da LOA e/ou PO sob a sua responsabilidade, o Agente Responsável procederá a sua consolidação na respectiva previsão de despesas para o ano “T”.



**4.1.5** Os Agentes Responsáveis do COMAER deverão inserir no SIPLORC, até o dia **25 MAR 2016**, as previsões de despesas das Ações e/ou PO sob sua responsabilidade, bem como a descrição da síntese do planejamento (campo “Justificativas da Proposta Orçamentária”), embasando o valor dos recursos orçamentários pleiteados.

**4.1.6** O Agente Responsável deverá certificar-se da consistência da metodologia de cálculo, uma vez que também servirá de base para uma eventual necessidade de readequação da meta física inicialmente estipulada, em função de cortes orçamentários que venham a ocorrer antes da aprovação da LOA ou de contingenciamentos implementados pelo Governo durante o ano “T”.

**4.1.7** A síntese do planejamento, contendo os objetivos, a meta física e sua metodologia de cálculo, servirá de parâmetro para o acompanhamento da evolução da execução física e financeira das Ações e PO, possibilitando a produção de informações que contribuirão para avaliar o processo relativo ao orçamento da Aeronáutica, conforme discorrido no Capítulo 6 do presente Manual.

## **4.2 PREVISÃO DE DESPESAS DE AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS ESPECÍFICAS**

Todas os ODSA e as Unidades Administrativas incumbidas de informar as necessidades de recursos orçamentários para a execução de suas Atividades ou Projetos ao Agente Responsável por Ação da LOA/PO, também deverão informar o resumo de seu respectivo planejamento (síntese), em conformidade com o já estabelecido no item 4.1.3 acima.

### **4.2.1 CONVÊNIOS**

**4.2.1.1** Para os convênios aprovados e que estarão vigentes no ano “T”, a Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (SEFA), órgão responsável pela coordenação da celebração de convênios no âmbito do COMAER, deverá encaminhar formalmente ao EMAER, até o dia **26 FEV 2016**, uma relação contendo as seguintes informações: Objeto, Órgãos Conveniente/Concedente, Fonte de Recurso Detalhada, valor previsto e datas de início e término.

**4.2.1.2** Os Agentes Responsáveis por Ação da LOA ou PO que planejam realizar novos convênios deverão fazer suas previsões de despesas na Fonte de Recursos 281, detalhando, no campo “Justificativa”: o Objeto, os Órgãos Conveniente/Concedente, os valores previstos por Natureza de Despesa e as datas de início e término do convênio. Todos estes dados e informações deverão ser inseridos no SIPLORC até o dia **25 MAR 2016**.

### **4.2.2 MOVIMENTAÇÃO DE MILITARES**

**4.2.2.1** No caso das despesas com a concessão de ajudas de custo e de indenização de transporte (pessoal e bagagem), bem como a contratação de terceiros para o transporte de bagagem, destinados ao custeio da movimentação de militares, no País e exterior, os ODSA deverão atentar para os seguintes prazos:

- a) o DEPENS deverá informar ao COMGEP, por meio de documento formal, até o dia **26 FEV 2016**, a previsão de movimentação de alunos das escolas de formação (total físico e financeiro), bem como dos Cursos de Carreira para o ano “T”;
- b) o DEPENS, também, deverá informar ao COMGEP, por meio de documento formal, até o dia **26 FEV 2016**, a previsão de movimentação de

militares do Plano de Missões de Ensino (PLAMENS), no País e exterior, para o ano “T” (total físico e financeiro);

- c) o GABAER deverá informar ao COMGEP por meio de documento formal, até **26 FEV 2016**, a previsão de movimentação de pessoal no exterior (total físico e financeiro) para o ano “T”;
- d) o COMGEP deverá elaborar, até o dia **26 FEV 2016**, a previsão de movimentação do pessoal militar (PLAMOV, MPEOS etc) no País para o ano “T” (total físico e financeiro); e
- e) os ODSA, bem como o Chefe do Gabinete do EMAER, deverão informar ao COMGEP por meio de documento formal, até o dia **26 FEV 2016**, a previsão de movimentação ou afastamento de militar (total físico e financeiro), para fora de sede, sem desligamento de sua Organização de origem (comissionamentos) para o ano “T”.

**4.2.2.2** O Comando-Geral do Pessoal (COMGEP), após a análise e validação das previsões de despesas recebidas, relativas às necessidades de recursos para atender às concessões de ajudas de custo e às indenizações de transporte (pessoal e bagagem), no País e no exterior, mediante o pagamento direto ao militar ou a terceiros, deverá informá-las ao Agente Responsável pela **Ação 212O** até o dia **11 MAR 2016**.

**4.2.2.3** O Agente Responsável pela **Ação 212O** deverá realizar a consolidação das despesas e providenciar sua inserção no SIPLORC até o dia **25 MAR 2016**.

**4.2.3** Contratação de pessoal por tempo determinado, auxiliares locais e estagiários

**4.2.3.1** No caso de despesas com contratação de pessoal por tempo determinado, auxiliares locais e estagiários, os ODSA deverão atentar para os seguintes prazos:

- a) o DCTA, o DECEA e os Parques de Material (PAMA) deverão informar à SDPP, até o dia **26 FEV 2016**, as suas necessidades, por intermédio de um relatório circunstanciado de custos, contendo a quantidade de contratados por tempo determinado e de estagiários, bem como os valores salariais, incluindo encargos, e a previsão da data de efetivação; e
- b) o EMAER, por meio da Segunda Subchefia (2SC), o COMGAP e a COPAC deverão informar à SDPP, até o dia **26 FEV 2016**, as suas necessidades, por intermédio de um relatório circunstanciado de custos, contendo a quantidade de auxiliares locais, bem como os valores salariais, incluindo encargos, e a previsão da data de efetivação.

**4.2.3.2** A Subdiretoria de Pagamento de Pessoal (SDPP) após a análise e validação das previsões de despesas recebidas, relativas às necessidades de recursos para atender à contratação de pessoal por tempo determinado, auxiliares locais e estagiários, deverá realizar a consolidação das despesas e providenciar sua inserção no SIPLORC até o dia **25 MAR 2016**.

**4.2.3.3** A Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica (CFIAer) deverá estabelecer as suas necessidades para a contratação de pessoal por tempo determinado e estagiários e providenciar sua inserção no SIPLORC até o dia **25 MAR 2016**.

#### 4.2.4 SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (STI)

**4.2.4.1** Os ODGSA, através do Elo de Coordenação, deverão encaminhar, até o dia **26 FEV 2016**, à Diretoria de Tecnologia da Informação da Aeronáutica (DTI) todas as informações orçamentárias relativas à tecnologia da Informação (TI) recebidas de seus respectivos Gerentes de Projetos de TI e Elos de Serviços do STI subordinados, já consolidadas no PDTI Setorial, para a elaboração da previsão de despesa para o ano “T”.

**4.2.4.2** Para a inclusão de novos Projetos de TI na previsão de despesa, além de proceder a sua inserção no PDTI Setorial, deverá ser enviado ao EMAER o documento Necessidade Operacional (NOP), previsto na NSCA 7-4 - Gerenciamento do Ciclo de Vida de Sistemas de TI da Aeronáutica, em consonância com a DCA 400-6 - Ciclo de Vida de Sistemas e Materiais na Aeronáutica, no que for aplicável, e elaborado de acordo com a ICA 400-14 - Confeção de Necessidade Operacional.

**4.2.4.3** O Projeto de TI que estiver sendo atendido por Ação diferente da **Ação 20SA** deverá estar discriminado no PDTI Setorial para fins de controle do Órgão Central do STI.

**4.2.4.4** Os Agentes Responsáveis por Ação/PO deverão realizar a consolidação das despesas referentes aos projetos de tecnologia da informação de interesse estratégico ou de âmbito setorial, e proceder a sua inserção no SIPLORC até o dia **25 MAR 2016**.

**4.2.4.6** Em razão do disposto no inciso XIII do Anexo I do PLDO-2016, os Agentes Responsáveis por Ação/PO que planejam realizar despesas com TI deverão detalhar, ao nível de Subelemento de Despesa, os gastos previstos com tecnologia da informação, inclusive, hardware, software e serviços, utilizando as NDD discriminadas no **Anexo B**.

#### 4.2.5 AÇÃO 2000 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE

**4.2.5.1** As Unidades Gestoras (UG) do COMAER deverão inserir no SIPLORC, até o dia **11 MAR 2016**, as previsões de despesas relativas às suas necessidades para arcar com os dispêndios referentes à/ao(s):

- a) Vida Vegetativa (Plano Interno A000034.01.00);
- b) Serviços Públicos (Plano Interno A000034.02.00);
- c) Contratos Administrativos de Despesas (Plano Interno A000034.06.00), conforme item 4.2.5.4; e
- d) Manutenção e Conservação de PNR e PNRF (Plano Interno A000009.00.00), conforme a previsão de arrecadação na Fonte 250.120.560.

**4.2.5.2** As UG deverão lançar no SIPLORC, ainda, as previsões de despesas a serem realizadas com respaldo nos Recursos Próprios da Unidade - RPU, em conformidade com a previsão de arrecadação nas Fontes 250.120.510, 250.120.520, 250.120.610, 250.120.620 e 250.120.630, para o ano “T”.

**4.2.5.3** Juntamente com os valores relativos às previsões de despesas supracitadas (itens 4.2.5.1 e 4.2.5.2), as UG também deverão registrar no SIPLORC a metodologia de cálculo utilizada para chegar aos valores necessários a fazer frente a tais compromissos, sejam contratuais ou não.

**4.2.5.4** Somente serão considerados Contratos Administrativos de Despesas (PI A000034.06.00), para fins desta proposta, os contratos de limpeza e conservação de áreas, manutenção de viaturas, lavagem de roupas de cama, mesa e banho. As UG deverão relacionar no campo específico do SIPLORC, os seguintes dados, por contrato: N°/UG/Ano, Objeto Resumido e valor para o ano “T”, bem como informar se o contrato é pago com créditos de RPU. As Unidades deverão, também, registrar, no campo “Justificativa”, o montante executado no ano “T-2”.

**4.2.5.5** Em função das limitações orçamentárias estabelecidas pelo Governo, ficará a cargo do EMAER a criteriosa alocação dos recursos do Plano Orçamentário 0002 - Manutenção Geral da Ação 2000, nas UO: 52111 - Comando da Aeronáutica e 52911 - Fundo Aeronáutico. A metodologia de cálculo utilizada para a alocação de recursos às UG fundamentar-se-á na execução orçamentária de anos anteriores (série histórica) e em demandas específicas. Será levado em consideração, ainda, a metodologia de cálculo utilizada pelas UG na previsão de suas despesas.

**4.2.5.6** Caso ocorram fatos novos, como a implantação de novas Unidades, transferência de Unidades, aumento de efetivo ou de encargos, construção de novas instalações etc, que possam gerar uma elevação das despesas acima descritas, as UG também deverão relatá-las na metodologia de cálculo, explicitando-se as justificativas, a previsão legal e o método de cálculo desses acréscimos, decréscimos ou alterações.

**4.2.5.7** Caso, ainda, ocorram fatos não passíveis de previsão, como em casos de fortuitos e de força maior, e que também venham implicar em significativa elevação das despesas acima descritas, a UG deverá informar ao EMAER, por meio de relatório circunstanciado, contendo as justificativas, a previsão legal e o método de cálculo das necessidades suplementares de recursos, via Cadeia de Comando, mesmo fora do prazo de elaboração da previsão das despesas.

**4.2.5.8** Os recursos destinados às despesas com pagamento de diárias - civil e militar (NDD 3390.14.14, 3390.14.16, 3390.15.14 e 3390.15.16) e aquisição de passagens (NDD 3390.33.01 e 3390.33.02) e de material permanente (ND 4490.52.00), serão alocados para o ODG e os ODSA, que os repassarão às suas OM subordinadas, ao longo do Exercício Financeiro, de acordo com planejamento, prioridades e critérios próprios, buscando eficiência, eficácia e efetividade na execução orçamentária.

**4.2.5.9** O Agente Responsável pela **Ação 2000** deverá realizar a consolidação das despesas referentes à administração da Unidade, recebidas diretamente das UG, e inseri-las no SIPLORC até o dia **25 MAR 2016**.

#### **4.2.6** Plano Plurianual de Obras (PPO)

**4.2.6.1** A responsabilidade pela consolidação e priorização das necessidades do PPO do COMAER, bem como pela elaboração da previsão de despesas destinadas a sua execução, compete ao Chefe da Quarta Subchefia (4SC) do EMAER. Uma vez consolidada e priorizada, atribuindo-se a mais elevada prioridade às obras já iniciadas em Exercícios Financeiros anteriores, deverá registrá-la no SIPLORC, até o dia **25 MAR 2016**, discriminando os valores por ODGSA.

### **4.3 CREDENCIAMENTO PARA ACESSO AOS SISTEMAS**

**4.3.1** Os Agentes Responsáveis por Ação da LOA e/ou PO, sob a responsabilidade do COMAER, bem como os seus Agentes Auxiliares, deverão estar com o seu cadastro

atualizado no SIPLORC e no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) do Governo Federal.

**4.3.2** Os referidos Agentes que não se encontrarem credenciados para acesso ao SIPLORC, deverão preencher o cadastro de usuário no Sistema, disponível em sua página de entrada da INTRAER, <www.siplorc.intraer>, onde encontrarão as respectivas instruções específicas.

**4.3.3** Após o cadastro, os interessados deverão entrar em contato com a Seção de Planejamento e Orçamento - 5SC1 da Quinta Subchefia do EMAER para obterem seu perfil de acesso ao SIPLORC.

**4.3.4** Os Agentes Responsáveis e seus Agentes Auxiliares deverão solicitar seu credenciamento para acesso ao SIOP por meio do Formulário de Credenciamento, conforme as instruções específicas de preenchimento, ambos disponíveis na página INTRAER da Quinta Subchefia do EMAER. A senha e *login* de acesso serão enviados automaticamente pelo Sistema ao e-mail funcional informado pelo usuário.

**4.3.5** Os Agentes Auxiliares credenciados no SIPLORC ou no SIOP deverão encontrar-se devidamente designados em Boletim Interno de sua OM para o exercício de tal atribuição junto ao Agente Responsável pela respectiva Ação da LOA e/ou PO.

#### **4.4 MÉTODO PARA A ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO COMAER**

**4.4.1** Todos os lançamentos efetuados no SIPLORC pelos Agentes Responsáveis deverão encontrar-se fundamentados no planejamento, objetivos, metas físicas e metodologia de cálculo relativos aos Projetos, Atividades ou Unidades Administrativas dos ODSA, retratando exata e fidedignamente o contido na respectiva documentação comprobatória recebida e devidamente arquivada, pois fundamentarão a Proposta Orçamentária do COMAER, bem como possíveis expansões de Limites Orçamentários.

**4.4.2** As previsões de despesas deverão retratar as reais necessidades do COMAER. O planejamento deverá ser focado em Projetos e Atividades inerentes ao COMAER, relacionados a determinados Planos Internos e coerentes com a descrição/caracterização de cada Ação e/ou PO, respectivamente, constante na estrutura programática do COMAER. Tal sistemática facilita a visualização do planejamento, suas alterações e possíveis contingenciamentos, bem como possibilita um melhor controle na execução dos recursos.

**4.4.3** Será apresentado aos Agentes Responsáveis por Ação da LOA ou PO, a partir de **SET 2016**, os limites estabelecidos no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para confirmação ou alteração da previsão de despesa registrada no início de cada Exercício Financeiro, dentro de um escopo mais próximo da realidade orçamentária para o ano “T”.

**4.4.4** Os valores informados no SIPLORC poderão sofrer alterações, caso haja alguma modificação, fruto de um corte ou acréscimo, quando da aprovação da LOA, ou em virtude da implementação de contingenciamentos pelo Governo Federal.

**4.4.5** Quando ocorrerem as referidas restrições orçamentárias e devido a suas implicações, o Agente Responsável por Ação da LOA ou PO deverá envidar esforços junto aos respectivos ODSA e UA, visando a readequação do planejamento, da meta física e, quando necessário, de sua metodologia de cálculo.

**4.4.6** Uma vez realizada a readequação pelos ODSA e/ou unidades administrativas envolvidas, o Agente Responsável pela respectiva Ação e/ou PO deverá informá-la à Quinta Subchefia (5SC) do EMAER até **NOV 2016**.

#### **4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A PREVISÃO DE DESPESAS**

- a) A justificativa apresentada pelo ODSA para sustentar eventual aumento da previsão de despesas, ou seja, da necessidade de recursos orçamentários para suas Atividades, Projetos ou OM subordinadas, deverão se consubstanciar em dados consistentes, numericamente representados, de maneira a fundamentar o pleito. Vale ressaltar que as justificativas serão encaminhadas ao MD e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para validação, o que requer subsídios para respaldar os respectivos aumentos de recursos creditícios;
- b) A moeda a ser utilizada como referência em todas as previsões de despesas deve ser o Real (R\$ 1,00). As despesas vinculadas à moeda estrangeira devem ser lançadas em Real e o seu valor na moeda original informado no campo “justificativas”, bem como o câmbio utilizado para a conversão. Procedimento análogo deverá ser adotado para os valores plurianuais contratados além do ano “T”;
- c) A previsão de despesas na ND 3390.36 - Prestação de Serviços de Terceiros - Pessoa Física deverá ser acompanhada, conforme o caso, da estimativa de recursos na ND 3391.47, decorrentes do pagamento de tributos e contribuições sociais e econômicas referentes a essas contratações sem vínculo empregatício;
- d) As despesas com a aquisição de prêmios, condecorações, medalhas e troféus devem ser registradas na ND 3390.31. Atentar para as orientações contidas no § 2º do Art. 1º da Portaria nº 3.771/MD, de 30 de novembro de 2011, do MD ou outro dispositivo legal que venha a orientar a mencionada despesa no âmbito do COMAER;
- e) As despesas com aquisições de material para distribuição gratuita, tais como livros didáticos, medicamentos, gêneros alimentícios e outros materiais ou bens que possam ser distribuídos gratuitamente, exceto se destinados às premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas, dentre outras, devem ser lançadas na ND 3390.32;
- f) A responsabilidade pela elaboração da previsão dos recursos creditícios para a concretização do PLAMENS-BR e PLAMENS-EXT e do Plano de Missões Técnico-Administrativas no Exterior (PLAMTAX) compete ao Chefe da Primeira Subchefia (1SC) do EMAER, que deverá registrar no SIPLORC, até o dia 25 MAR 2016, discriminando os valores por ODGSA;
- g) A responsabilidade pela elaboração da previsão de despesas relativas aos recursos destinados ao atendimento das necessidades administrativas dos Adidos Militares da Aeronáutica no exterior compete ao Chefe da Segunda Subchefia (2SC) do EMAER, que deverá informá-la ao Agente Responsável pelo PO 0002 da Ação 2000, até o dia 11 MAR 2016, para seu registro no SIPLORC;
- h) A responsabilidade pela elaboração da previsão das despesas relativas aos recursos necessários ao atendimento do Programa de Operações e

Exercícios da Aeronáutica (PROEAER) compete ao Chefe da Terceira Subchefia (3SC) do EMAER, em coordenação com os ODSA. Uma vez concluída, o Chefe da 3SC deverá informá-la ao Agente Responsável pelo PO 0012 da Ação 20XA, até o dia 11 MAR 2016, para registro no SIPLORC;

- i) A responsabilidade pela consolidação da previsão de despesas relativas aos recursos para atender à contratação de serviços necessários ao funcionamento, manutenção, recuperação e modernização de instalações e à aquisição de equipamentos e insumos indispensáveis ao funcionamento do Sistema de Subsistência do COMAER compete ao Subdiretor de Abastecimento (SDAB) da DIRINT. Uma vez concluída, deverá registrar no SIPLORC, até o dia 25 MAR 2016, os valores discriminados por Planos Internos, respectivamente, na Ação 20XA/PO 0007 - Material de Intendência (PI A000173.01.00) e Ação 2012/PO 0004 - Alimentação de Militares em Rancho (PI A000172.00.00, A000173.02.00 e A000173.03.00);
- j) As necessidades de recursos no decorrer do Exercício Financeiro serão analisadas, no âmbito da legislação específica, nos casos de emergência/urgência, conforme Portaria nº 264/GC6, de 04 de junho de 2012, ou outra norma que venha a substituí-la;
- k) As informações orçamentárias do Governo Federal, a exemplo do MTO e do Cadastro de Ações, encontram-se disponíveis no Portal da SOF: [www.orcamentofederal.gov.br](http://www.orcamentofederal.gov.br); e
- l) Esta Instrução foi elaborada com fulcro no Manual Técnico do Orçamento (MTO), edição de 2016, expedido pela Secretaria do Orçamento Federal (SOF), e visa detalhar e dar ênfase às especificidades do COMAER, portanto, não dispensa o conhecimento prévio do citado Manual.

#### **4.6 PRAZOS RELATIVOS À PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA**

**4.6.1** Os prazos abaixo estipulados referem-se à previsão da despesa como documento único, são eles:

- **22 FEV 2016** - Início dos lançamentos no SIPLORC das previsões de despesas, e da síntese dos respectivos planejamentos, pelos Agentes Responsáveis por Ação da LOA ou por PO, definidos em Portaria do Comandante da Aeronáutica; e
- Início dos lançamentos no SIPLORC pelas Unidades Gestoras de suas previsões de despesas relativas às necessidades de recursos para arcar com os dispêndios referentes à Vida Vegetativa (A000034.01.00), Serviços Públicos (A000034.02.00), Contratos Administrativos de Despesas (A000034.06.00), Manutenção e Conservação de PNR e PNRF na Fonte 560 (A000009.00.00) e, ainda, aos gastos a serem custeados com os Créditos para Recursos Próprios da Unidade - RPU, com previsão de arrecadação nas Fontes 510, 520, 610, 620 e 630.

- **26 FEV 2016** - Prazo para a SEFA, por intermédio da Subsecretaria de Contratos e Convênios (SUCONV), encaminhar ao EMAER a relação dos Convênios, especificando: Objeto, Órgãos Conveniente/Concedente, Fonte Detalhada, valor previsto e datas de início e término;
- Prazo para os ODSA e o Chefe do Gabinete do EMAER, informarem ao COMGEP, conforme o caso, a previsão de movimentação de alunos das escolas de formação e dos Cursos de Carreira, a previsão de movimentação do PLAMENS-BR e EXT, a previsão de movimentação de pessoal militar, no País e exterior (PLAMOV e MPEOS), e a previsão de movimentação ou afastamento de militar, para fora de sede, sem desligamento de sua Organização de origem (comissionamentos);
- Prazo para o DCTA, DECEA e os Parques de Material (PAMA) encaminhareм à SDPP as suas necessidades, por intermédio de um relatório circunstanciado de custos, que contenha a quantidade de contratados por tempo determinado e de estagiários, os valores salariais, incluindo encargos, e a previsão da data de efetivação;
- Prazo para o COMGAP, 2SC/EMAER e COPAC encaminhareм à SDPP as suas necessidades, por intermédio de um relatório circunstanciado de custos que contenha a quantidade de auxiliares locais, os valores salariais, incluindo encargos, e a previsão da data de efetivação; e
- Prazo para os ODSA informarem as suas respectivas necessidades de recursos de TI à Diretoria de Tecnologia da Informação da Aeronáutica (DTI).
- **11 MAR 2016** - Último dia para as Unidades Gestoras lançarem as previsões de despesas relativas às suas respectivas necessidades destinadas à Vida Vegetativa (A000034.01.00), Serviços Públicos (A000034.02.00), Contratos Administrativos de Despesas (A000034.06.00), Manutenção e Conservação de PNR e PNRF na Fonte 560 (A000009.00.00) e, ainda, aos Créditos para os Recursos Próprios da Unidade - RPU, com previsão de arrecadação nas Fontes 510, 520, 610, 620 e 630, bem como das informações referentes à metodologia de cálculo empregada.
- **25 MAR 2016** - Último dia para os Agentes Responsáveis por Ação da LOA ou por PO, definidos em Portaria do Comandante da Aeronáutica, registrarem no SIPLORC os dados com suas necessidades de recursos para o ano "T", em função das etapas (Projetos) e dos eventos (Atividades) de cada Ação/PO, bem como as informações relativas à síntese do respectivo planejamento.
- **ABR 2016** - A SEFA, por intermédio da Subsecretaria de Contratos e Convênios (SUCONV) e a CFIAer informarão ao EMAER os dados referentes ao pagamento da dívida oriunda de



financiamentos externos e internos, respectivamente, em até 05 (cinco) dias após sua inclusão no SAOC.

- **SET 2016** - O EMAER informará aos Agentes Responsáveis por Ação da LOA ou por PO o período de abertura do SIPLORC, as regras para lançamento do detalhamento da despesa, assim como os limites estabelecidos no PLOA. Esta data somente poderá ser definida após a divulgação do PLOA pela SOF/MP.

## **5 GERENCIAMENTO ORÇAMENTÁRIO**

### **5.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

**5.1.1** A necessidade de reprogramar o orçamento, devido às constantes modificações do cenário político e econômico e do acionamento de missões inopinadas, provoca uma demanda interna cujo objetivo visa o remanejamento e a coordenação da aplicação dos recursos orçamentários disponíveis, vinculando-os aos objetivos estratégicos do COMAER.

**5.1.2** O gerenciamento orçamentário tem o objetivo de orientar e coordenar as alterações do planejamento, descentralizações e o remanejamento dos recursos orçamentários, promovendo sua correta e eficiente aplicação de acordo com as necessidades da Força Aérea no decorrer do Exercício Financeiro.

#### **5.1.2.1 O GERENCIAMENTO ORÇAMENTÁRIO TEM COMO OBJETIVOS GERAIS:**

- a) estabelecer procedimentos para a autorização relativa à celebração de Atos Administrativos referentes a Contratos Administrativos Plurianuais no âmbito do COMAER; e
- b) coordenar a descentralização e o remanejamento de recursos do Plano de Ação do COMAER decorrentes de alterações orçamentárias, bem como os provenientes de Destaques e Créditos Adicionais.

**5.1.3** A responsabilidade pelo gerenciamento das Ações e Planos Orçamentários, no âmbito do COMAER, compete aos Agentes Responsáveis estabelecidos por meio de Portaria do Comandante do COMAER.

**5.1.4** Toda e qualquer solicitação de alteração orçamentária deverá ser expedida pelo Agente Responsável pela respectiva Ação Orçamentária/Plano Orçamentário.

**5.1.5** Os recursos orçamentários provenientes de Missão Aérea Indenizável (MAI) deverão processados em conformidade com a DCA 400-48 Missões Aéreas Indenizáveis, aprovada pela Portaria nº 162/GC6, de 18 mar 2010.

### **5.2 AUTORIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS PLURIANUAIS**

**5.2.1** Para fins deste Manual, entendem-se como Contratos Administrativos Plurianuais todos os contratos, termos, convênios, auxílios, contribuições e subvenções com previsão de execução ao longo de mais de um Exercício Financeiro, excetuando-se aqueles referentes à Administração da Unidade (vida vegetativa), isto é, que se valham de recursos orçamentários da Ação 2000 ou com finalidade equivalente.

#### **5.2.2 INSTRUÇÕES AOS AGENTES RESPONSÁVEIS**

**5.2.2.1** Os Agentes Responsáveis por Ação Orçamentária cujo planejamento preveja a necessidade de se realizar licitação, dispensa ou inexigibilidade, da que resulte um ou mais Contratos Administrativos Plurianuais, deverão realizar uma prévia análise da disponibilidade de recursos orçamentários para futuras contratações, respeitando a rotina de aprovação abaixo estabelecida.

**5.2.2.2** Os Agentes Responsáveis cujas Ações Orçamentárias prevejam ou já venham arcando com o custeio de Contratos Administrativos Plurianuais deverão solicitar, via cadeia de Comando, como pré-requisito legal de validação, autorização do EMAER para a realização do(a) respectivo(a):

- a) Procedimento Licitatório ou de Dispensa/Inexigibilidade de Licitação;
- b) Formalização de Contrato de Despesa;
- c) Termos Aditivos e Apostilamentos;
- d) Rescisão Contratual; e
- e) Cancelamento de Autorização.

### **5.2.3 PROCEDIMENTO LICITATÓRIO OU DE DISPENSA OU INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

**5.2.3.1** O Agente Responsável pela Ação Orçamentária que preveja o custeio de Contrato Administrativo Plurianual deverá, por meio de mensagem fac-símile, solicitar autorização ao EMAER para a realização do respectivo procedimento licitatório ou procedimento de dispensa ou inexigibilidade de licitação, em conformidade com a Lei nº 8.666/93.

**5.2.3.2** O Agente Responsável deverá solicitar a autorização ao EMAER, via Cadeia de Comando, por meio do formulário de “Solicitação de Autorização” (Anexo D), obedecendo as seguintes orientações:

- a) Objeto resumido do Contrato - Deve apresentar a síntese do objeto finalístico do contrato. (Ex.: “Construção de 400 Próprios Nacionais Residenciais”).
- b) Cronograma Financeiro - Deve expressar o efetivo desembolso, considerando-o de forma projetada, incluindo também os reajustes e repactuações, em conformidade com o instrumento contratual.
- c) Valor estimado total - Representa a previsão do valor total que será comprometido no orçamento do Exercício Financeiro corrente e subsequentes nos quais o Contrato estará vigente até o seu encerramento.
- d) Ação e Plano Orçamentário - Deve apresentar o código da Ação Orçamentária que esteja em vigência e em consonância com a aplicação de seus recursos orçamentários, de forma a justificar a necessidade do gasto com base no planejamento plurianual e na LOA, e do respectivo Plano Orçamentário.
- e) Saldo atualizado da Ação e do Plano Orçamentário - Esta estimativa de disponibilidade creditícia deve contabilizar o respectivo orçamento aprovado no Plano de Ação do COMAER e o previsto para os próximos Exercícios Financeiros que integram o planejamento plurianual da Aeronáutica, considerando, de forma conservadora, a projeção dos valores em função de prováveis variações que ocorrerão baseadas em aspectos políticos e econômicos. O Agente Responsável deverá levar em consideração os valores já comprometidos com os Contratos Administrativos Plurianuais em andamento, mesmo que a liquidação ou o pagamento de determinadas parcelas/etapas ainda não tenham sido efetivamente realizados, bem como incluir a dedução do valor total referente ao Cronograma Financeiro apresentado.

**5.2.3.3** O Ordenador de Despesas da UG que objetive realizar procedimento licitatório ou de dispensa ou inexigibilidade que venha a resultar na celebração de Contrato Administrativo Plurianual a ser custeado com recursos provenientes de outros Órgãos, por meio de Destaques ou Convênios, deverá requisitar ao representante legal do Órgão de origem a confirmação formal da previsão de recursos orçamentários para seu custeio nos Exercícios Financeiros subsequentes.

**5.2.3.4** Posteriormente, o referido Ordenador de Despesas da UG deverá enviar uma cópia do documento de confirmação expedido pelo Órgão de origem ao EMAER, a fim de subsidiar futuro pedido de autorização para a contratação.

## **5.2.4 FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO DE DESPESA**

**5.2.4.1** Visando assegurar a existência de recursos na Ação Orçamentária específica para honrar compromissos futuros assumidos pelo COMAER, o Agente Responsável por Ação Orçamentária cujo planejamento preveja a celebração de Contrato Administrativo Plurianual, deverá proceder à inclusão da despesa total estimada no planejamento plurianual da Aeronáutica, por meio do SIPLORC, bem como a inserção das necessidades de créditos nas Propostas Orçamentárias dos Exercícios Financeiro subsequentes, certificando-se, ainda, da capacidade de ser custeado no Exercício corrente (quando for o caso).

**5.2.4.2** O Agente Responsável pela Ação Orçamentária que preveja o custeio de Contrato Administrativo Plurianual deverá, por meio de mensagem fac-símile, solicitar autorização ao EMAER para realizar a celebração (assinatura) do Contrato.

**5.2.4.3** O Agente Responsável deverá solicitar a autorização ao EMAER, via Cadeia de Comando, por meio do Anexo D, conforme orientações constantes do Item 5.2.4.2 deste Manual.

**5.2.4.4** A autorização do EMAER para a contratação levará em consideração as disponibilidades orçamentárias da Ação Orçamentária, bem como as estimativas constantes do PPA.

**5.2.4.5** Após celebração do Contrato, o Agente Responsável pela Ação Orçamentária deverá informar ao EMAER, por meio de mensagem fac-símile, em até cinco dias úteis, contados da data de sua publicação no Diário Oficial da União, além das informações contidas no Item 5.2.3.2, os seguintes dados (Anexo D):

- a) Número do Contrato;
- b) Empresa contratada; e
- c) Datas de Vigência do Contrato.

**5.2.4.6** O aporte de recursos orçamentários para o custeio de parcelas de Contrato Administrativo Plurianual, que estiverem previstas para o Exercício corrente, ficará sob a responsabilidade do Agente Responsável pela Ação Orçamentária correlata.

## **5.2.5 TERMOS ADITIVOS E APOSTILAMENTOS**

**5.2.5.1** Os Contratos Administrativos Plurianuais poderão ser reajustados, repactuados ou revisados, observada a legislação específica, por meio de Termo Aditivo ou Apostilamento, conforme o caso.

**5.2.5.2** Os Termos Aditivos e Apostilamentos a Contratos, que gerem acréscimo ao valor do contrato original e que não tenham sido objeto de previsão orçamentária para o Exercício corrente, deverão ter as suas assinaturas condicionadas à aprovação do Agente Responsável pela Ação e pelo Plano Orçamentário.

**5.2.5.3** O Agente Responsável deverá solicitar autorização ao EMAER, via Cadeia de Comando, para a assinatura de todo e qualquer Termo Aditivo ou Apostilamento relativos a Contratos Administrativos Plurianuais, que resultem em alteração dos valores inicialmente contratados, por meio do Anexo D, conforme orientações constantes dos Itens 5.2.3.2 e 5.2.4.5 deste Manual.

## **5.2.6 RESCISÃO CONTRATUAL**

**5.2.6.1** O Ordenador de Despesas de UG que vier a promover a rescisão de Contrato Administrativo Plurianual deverá comunicar o fato imediatamente ao Agente Responsável pela Ação Orçamentária correlata.

**5.2.6.2** O Agente Responsável por Ação Orçamentária deverá informar ao EMAER a rescisão de Contrato Administrativo Plurianual, por meio de Fac-símile, via Cadeia de Comando, a fim de permitir a desvinculação do recurso orçamentário referente ao compromisso assumido, disponibilizando-o para outras contratações.

**5.2.6.3** O Agente Responsável deverá, para tanto, solicitar ao EMAER, via Cadeia de Comando, a disponibilização dos recursos orçamentários que se encontravam vinculados ao Contrato rescindido, por meio do Anexo D, conforme orientações constantes dos Itens 5.2.3.2 e 5.2.4.5 deste Manual.

## **5.2.7 CANCELAMENTO DE AUTORIZAÇÃO**

**5.2.7.1** Quando a assinatura do Contrato ou Termo Aditivo não for efetivada ou for protelada para o Exercício subsequente, o Ordenador de Despesas da UG deverá requisitar ao Agente Responsável, que solicite ao EMAER, via Cadeia de Comando, por meio do Anexo D, o cancelamento da autorização concedida e a disponibilização dos créditos reservados ao custeio daquela despesa para outra contratação da Ação Orçamentária.

**5.2.7.2** Esta medida visa atualizar o saldo da Ação Orçamentária no Plano de Ação, otimizar sua utilização durante o planejamento plurianual da Aeronáutica e tornar transparente o processo de autorização, requisitos fundamentais para que se cumpram os princípios da Administração Pública e Orçamentários.

**5.2.7.3** Na hipótese de que ocorram “circunstâncias supervenientes” e/ou “fatos imprevisíveis” (como corte de recursos e contingenciamento do orçamento), que impeçam, posterguem ou dificultem a celebração ou execução do contrato nas condições pactuadas, o Ordenador de Despesas da UG deverá requisitar ao Agente Responsável pela Ação correlata, no prazo de 06 meses da data da autorização, que solicite ao EMAER o seu cancelamento.

**5.2.7.4** Quando voltar a ser possível dar prosseguimento ao Contrato ou Termo Aditivo, o Agente Responsável deverá solicitar nova autorização para sua celebração ou execução, via Cadeia de Comando, por meio do Anexo D.

### **5.3 ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

**5.3.1** A movimentação de créditos após o recebimento das dotações na respectiva Unidade Orçamentária (UO), denomina-se descentralização, que pode ser de caráter interno (Provisão) ou externo (Destaque).

#### **5.3.2 DESCENTRALIZAÇÃO INTERNA (PROVISÃO)**

**5.3.2.1** A descentralização que envolva UG pertencente ao mesmo Órgão denomina-se **provisão**, sendo que, no caso específico do COMAER, consiste na transferência de créditos da UG 120002 - SEFA, Tesouro Nacional (Órgão 0001) e UG 121002 - SEFA, Fundo Aeronáutico (Órgão 52911), para as diversas UG executoras do COMAER.

**5.3.2.2** As descentralizações dos créditos, até a aprovação do Plano de Ação serão realizadas na forma de antecipação dos valores nele previstos e deverão obedecer às orientações emitidas pelo EMAER.

#### **5.3.3 DESCENTRALIZAÇÃO EXTERNA (DESTAQUE)**

**5.3.3.1** A descentralização que envolva UG pertencente a Órgão externo ao COMAER denomina-se destaque, consiste na transferência de créditos recebidos de outros órgãos da Administração Federal para as diversas UG executoras do COMAER, ou vice-versa (destaque do COMAER para outro Órgão).

#### **5.3.4 PROCEDIMENTOS REFERENTES ÀS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

**5.3.4.1** Anualmente são editadas Portarias da SOF disciplinando os procedimentos e prazos que devem ser observados para solicitação de alterações orçamentárias.

**5.3.4.2** As alterações do Orçamento do COMAER, ou seja, do Plano de Ação, deverão ser solicitadas pelos Ordenadores de Despesas das UG, via Cadeia de Comando, ao Agente Responsável pela Ação Orçamentária, com a respectiva apresentação da necessidade, bem como das razões que as justifiquem. Quando necessário, o Agente Responsável por PO deverá solicitar alteração orçamentária ao Agente Responsável pela Ação a qual esteja vinculado.

**5.3.4.3** O Agente Responsável pela Ação Orçamentária, julgando procedente a alteração pleiteada, deverá solicitar a alteração ao EMAER, via Cadeia de Comando, por meio do formulário “Justificativa para Alteração Orçamentária” (Anexo E), que deverá descrever:

- a) Necessidade de Alteração Orçamentária: descrever a proposta de alteração orçamentária, com as razões que deram origem a insuficiência de dotação orçamentária detectada, incluindo a variação dos parâmetros atuais em relação àqueles originalmente utilizados, se for o caso.
- b) Impacto do Cancelamento de Dotações: descrever o impacto que será gerado com o cancelamento da fonte de compensação, quando houver.
- c) Consequências do Não Atendimento do Pleito: apresentar as repercussões negativas no desenvolvimento das ações do Órgão/ Unidade, caso a alteração solicitada não seja atendida ou o seja parcialmente.

- d) Reflexos do Atendimento da Demanda Sobre o Nível de Gastos de Custeio do Órgão e/ou da UO: demonstrar quais os efeitos do atendimento das dotações propostas nos gastos de custeio do Órgão/Unidade, caso a alteração solicitada seja atendida).
- e) Outras Informações Consideradas Relevantes: apresentar qualquer outra informação julgada importante que possa servir de subsídio para a análise da alteração orçamentária solicitada.

**5.3.4.4** Juntamente com o Anexo E, o Agente Responsável por Ação deverá enviar ao EMAER, o formulário “Informações Complementares para Processamento” (Anexo F).

**5.3.4.5** Julgando o pleito procedente, o EMAER solicitará a alteração orçamentária a Subsecretaria de Administração Financeira (SUFIN) da SEFA, por meio de Mensagem Direta, acompanhada dos Anexos E e F, que, após a sua avaliação, a encaminhará a SOF.

### **5.3.5 ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUALITATIVA**

**5.3.5.1** Nos casos de necessidade de abertura de créditos especiais ou extraordinários, em que há necessidade de criação de um novo Programa de Trabalho, requisitada pelo Agente Responsável, por meio do Anexo E, a 5SC procederá à solicitação de alteração orçamentária qualitativa, que pode ser de iniciativa do COMAER (por meio de suas três UO), do Órgão Setorial (MD) ou do Órgão Central (SOF).

**5.3.5.2** Tal alteração implica a criação de uma nova Ação Orçamentária, com todos os seus atributos, ou no desdobramento de uma Ação já existente em novo subtítulo.

**5.3.5.3** Ao identificar a necessidade de criação de Programa de Trabalho para créditos especiais ou extraordinários, o COMAER ou o Órgão Setorial deverá proceder à solicitação por meio do módulo qualitativo do SIOP, prestando informações claras e precisas para o entendimento e a análise do pedido.

### **5.3.6 ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUANTITATIVA**

**5.3.6.1** A alteração quantitativa do orçamento viabiliza a realização anual dos Programas mediante a alocação de recursos para as Ações Orçamentárias, e pode ser de iniciativa do COMAER (por meio de suas três UO), do Órgão Setorial (MD) ou do Órgão Central (SOF).

**5.3.6.2** Em qualquer caso, o Agente Responsável deverá encaminhar a justificativa de sua necessidade (Anexo E) ao EMAER, que, por sua vez, deverá elaborar a solicitação de alteração orçamentária de forma a atender as condições dispostas em Portaria editada pela SOF.

**5.3.6.3** As solicitações de alteração orçamentária de iniciativa do COMAER deverão ser elaboradas, no “momento” específico para as UO, por meio do SIOP, e, posteriormente, encaminhadas ao Órgão Setorial (MD).

**5.3.6.4** Quando se tratar de necessidades de créditos adicionais, as solicitações deverão ser submetidas, previamente, aos Órgãos superiores da Cadeia de Comando, onde, em cada nível, será estudada a possibilidade de solução para o pleito junto aos Agentes Responsáveis por Ação que lhe estejam vinculados. Uma vez verificada solução interna, as justificativas da necessidade deverão ser encaminhadas ao EMAER, que dará continuidade ao processo de alteração orçamentária.

**5.3.6.5** As necessidades de créditos adicionais que envolvam as Fontes 149 e 281 deverão ser submetidas, antecipadamente, a Subsecretaria de Contratos e Convênios (SUCONV) da SEFA, para análise e deliberação.

**5.3.6.6** O MD procederá à avaliação global da necessidade dos créditos solicitados e da possibilidade de oferecer recursos orçamentários compensatórios. Após a avaliação e aprovação da sua pertinência, o MD encaminhará a SOF a solicitação de créditos adicionais das UO do COMAER.

**5.3.6.7** As solicitações de alterações orçamentárias que envolvam Projetos constantes do PEMAER, deverão obrigatoriamente ser encaminhados, por meio dos respectivos Agentes Responsáveis por Ação, à Sexta Subchefia do EMAER (6SC), que, após análise e aprovação, as remeterá a Quinta Subchefia do EMAER, que dará continuidade ao processo de alteração orçamentária.

**5.3.6.8** Os remanejamentos de créditos das Ações 2000, 20XC, 2004, 20X8 e 20X9 deverão ser requisitados pelos Ordenadores de Despesas das UG, via Cadeia de Comando, aos respectivos Agentes Responsáveis.

### **5.3.7 EFETIVAÇÃO DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO SIAFI**

**5.3.7.1** Caso aprovada a alteração orçamentária, caberá a SOF a elaboração do ato legal necessário à formalização da alteração orçamentária.

**5.3.7.2** O ato legal será elaborado em função do tipo de alteração orçamentária pretendida, podendo ser:

- a) Projeto de Lei: para os créditos suplementares dependentes de autorização legislativa e para os créditos especiais, cabendo salientar que os projetos de lei são produzidos separadamente por área temática;
- b) Decreto do Poder Executivo: para créditos suplementares autorizados na LOA e para a transposição e os remanejamentos (De/Para institucionais) autorizados na LDO;
- c) Medida Provisória: para os créditos extraordinários; e
- d) Portaria da SOF: para as alterações de fonte de recursos, de identificador de uso ou de identificador de resultado primário.

**5.3.7.3** Uma vez publicado o ato legal, a SOF realizará a efetivação da alteração orçamentária dos créditos publicados no SIOP e transmitirá as informações a STN, para que seja efetuada a sua disponibilização no SIAFI para as UG, por intermédio de notas de dotação.

**5.3.7.4** As solicitações de remanejamentos de créditos entre PO pelos Agentes Responsáveis por Ação, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do Art. 13, da Portaria SOF nº 16, de 29 de abril de 2015, serão operacionalizadas pela SUFIN da SEFA.

### **5.3.8 MODIFICAÇÕES AO PLANO DE AÇÃO**

**5.3.8.1** O Agente Responsável por Ação que solicitar alteração orçamentária que envolva recursos ainda não descentralizados (Plano de Ação, Destaques ou Créditos Adicionais) para as UG, deverão enviar seu pleito diretamente à Quinta Subchefia do EMAER que, em caso de aprovação, remeterá a solicitação a SUFIN, por meio de Planilha do Sistema A5.



**5.3.8.2** As solicitações de alterações orçamentárias que envolvam recursos de Projetos ou Atividades constantes do PEMAER, encaminhadas pelos respectivos Agentes Responsáveis por Ação, deverão ser submetidas à prévia análise e parecer favorável da Sexta Subchefia do EMAER. Recebido o parecer, o Agente Responsável poderá enviar a solicitação a SEFA, por meio de Planilha do Sistema A5.

#### **5.4**     GERENCIAMENTO DOS ATRIBUTOS DO PPA

**5.4.1** As propostas de alteração de atributo do PPA visando sua adequação à realidade do Orçamento do COMAER, deverão ser encaminhadas pelos respectivos Agentes Responsáveis, ouvidos os ODS alcançados pelo atributo, para a Quinta Subchefia do EMAER, que, após análise do pleito, dará o devido encaminhamento ao Órgão Setorial.

**5.4.2** A Quinta Subchefia do EMAER também poderá propor as alterações julgadas necessárias, com fulcro nos achados (conclusões) decorrentes do exame das análises apresentadas pelos respectivos Agentes Responsáveis, por meio do Processo de Monitoramento Temático.

**5.4.3** A efetivação de todas as alterações propostas dependerá diretamente de abertura de janela de trabalho específica para essa finalidade, estabelecida pelo MPOG, conforme programação própria.

**5.4.4** Importante frisar que o gerenciamento do PPA (entendido este como aquela gestão voltada à organização, coordenação e controle das ações destinadas ao alcance dos atributos do PPA) deve articular os meios necessários para viabilizar as Metas associadas a cada Objetivo, aos quais estão vinculadas as Ações Orçamentárias constantes da LOA.

## **6 CONTROLE ORÇAMENTÁRIO**

### **6.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

**6.1.1** Sem dispensar a consulta aos Manuais Técnicos já editados pelo MPOG, o presente Capítulo objetiva a consolidação das orientações dispersas emitidas pela SOF e SPI, ambas do MPOG, e pelo Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças (DEORF) do MD, e o esclarecimento mais pormenorizado dos dados e das informações que deverão ser coletados, processados e registrados no SIOP pelos Agentes da Administração do COMAER responsáveis pelos Processos de Acompanhamento Orçamentário (PROACOR) e de Monitoramento Temático (PROMOTE).

**6.1.2** A fiel observância dos dispositivos ora estabelecidos revela-se fundamental para assegurar a divulgação de informações fidedignas e exatas sobre as conquistas e os óbices enfrentados pelo COMAER para cumprir seu Planejamento Institucional.

**6.1.3** As informações e os dados relativos ao PROACOR e ao PROMOTE que forem registrados no SIOP servirão, também, para subsidiar a elaboração dos seguintes documentos oficiais:

- a) Mensagem Presidencial que inaugura a sessão legislativa do Congresso Nacional;
- b) Prestação de Contas da Presidência da República (PCPR), publicada pela Controladoria Geral da União (CGU); e
- c) Relatório de Gestão dos Órgãos de Direção Geral e Setorial (ODGS).

**6.1.4** Assim sendo, o presente capítulo busca padronizar as rotinas e os procedimentos a serem utilizados pelos Agentes da Administração do COMAER que atuam no PROACOR e/ou no PROMOTE.

### **6.1.5 O PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO (PROACOR)**

**6.1.5.1** O PROACOR, operacionalizado no Módulo “Acompanhamento da Execução Orçamentária” do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), tem por finalidade o controle físico-financeiro da execução das Ações Orçamentárias da Lei Orçamentária Anual (LOA) e dos Planos Orçamentários (PO) correlatos, sob a responsabilidade do Comando da Aeronáutica (COMAER).

**6.1.5.2** No âmbito do COMAER, o PROACOR tem como objetivos gerais:

- a) produzir informações que possibilitem o aperfeiçoamento da gestão das Ações e respectivos PO, com base, em especial, na análise dos fatores causadores de possíveis diferenças entre o planejado e o executado, mantendo o foco nos resultados;
- b) subsidiar a execução do processo decisório de alocação e realocação de recursos previstos na LOA e do processo de monitoramento do PPA;
- c) subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão do COMAER, da Prestação de Contas Anual do Presidente da República (PCPR) e da Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional; e

- d) dar transparência à utilização dos recursos públicos confiados pela Sociedade ao COMAER.

**6.1.5.3** No âmbito do COMAER, a responsabilidade pelo acompanhamento das Ações e PO compete ao Agente da Administração que vier a assumir, formalmente, cargo e/ou função que esteja elencado no Anexo B da Portaria nº 939/GC4/2015, momento a partir do qual passa a ser designado Agente Responsável.

#### **6.1.6 O PROCESSO DE MONITORAMENTO TEMÁTICO (PROMOTE)**

**6.1.6.1** O PPA trata-se de um instrumento de planejamento, orçamentação, gestão e execução das políticas públicas, organizado por temas a elas relacionados e contendo as orientações para implementação das ações governamentais para atendimento das demandas exigidas pela Sociedade Brasileira. Tais políticas públicas são desdobradas em diversos Programas Temáticos, cada qual possuindo diversos Atributos (os Indicadores e Objetivos de cada Programa e as Metas e Iniciativas de cada Objetivo).

**6.1.6.2** Enquanto os Indicadores apontam a evolução de cada Programa Temático, as Metas quantificam o avanço, estagnação ou recuo das realizações propostas para o alcance dos Objetivos (que definem “o que deve ser feito”), compostos por uma ou mais Iniciativas (que indicam as realizações ou resultados - bens e/ou serviços - entregues à sociedade, obtidos por meio das Ações Orçamentárias que lhes estão vinculadas).

**6.1.6.3** O PROMOTE, operacionalizado no Módulo “Monitoramento Temático” do SIOP, visando, principalmente, a criação de um fluxo de informações relevantes harmonizadas e de indicadores úteis para subsidiar a tomada de decisões tempestivas nos âmbitos decisórios de governo, bem como proporcionar conhecimentos densos e aprofundados sobre as realidades nacionais, com ênfase às dimensões estratégicas e críticas da implementação e da gestão das políticas públicas.

**6.1.6.4** No âmbito do COMAER, o PROMOTE consiste nas seguintes atividades periódicas (semestrais):

- a) Análise dos Indicadores do Programa 2058 relacionados ao COMAER;
- b) Análise Situacional dos Objetivos sob a tutela do COMAER;
- c) Averiguação do alcance das Metas associadas a cada Objetivo; e
- d) Análise Situacional dos Empreendimentos Individualizados como Iniciativas vinculadas a cada Objetivo.

**6.1.6.5** No âmbito do COMAER, a responsabilidade pelo monitoramento dos Objetivos, Metas e Iniciativas do PPA compete ao Agente da Administração que vier a assumir, formalmente, cargo e/ou função que esteja elencado no Anexo A da Portaria nº 939/GC4/2015, momento a partir do qual passa a ser designado Agente Responsável.

**6.1.2.6** Destaca-se que o PROACOR e o PROMOTE são complementares, ou seja, as informações e dados relativos à evolução da Ação da LOA, e/ou de seus PO, permitem explicar a situação dos Indicadores do Programa e das Iniciativas de cada Objetivo, bem como contribuem para a análise do alcance dos Objetivos e das Metas associadas, razão pela qual todas as informações e dados gerados por ambos os Processos deverão guardar plena consistência entre si.

## **6.2 INSTRUÇÕES GERAIS AOS AGENTES RESPONSÁVEIS**

**6.2.1** O controle realizado por meio do PROMOTE e do PROACOR deve estar alicerçado na integração do planejamento e na coordenação do gerenciamento. Este esforço de integração e coordenação deve ser realizado ao longo de cada Exercício Financeiro, continuamente, pelo Agente Responsável por Atributo do PPA, em relação aqueles Atributos que lhe estiverem vinculados, ou pelo Agente Responsável por Ação Orçamentária, em relação aos PO subordinados.

**6.2.2** Torna-se premente a necessidade de alinhamento entre os Indicadores e Objetivos de Programa do PPA e entre as Metas e Iniciativas dos respectivos Objetivos, bem como entre as Ações da LOA e seus respectivos PO, especialmente ao longo dos períodos de elaboração das correspondentes Análises Situacionais dos Atributos ou do Localizador da Ação ou do PO, a serem lançadas no SIOP.

**6.2.3** Considerando-se as competências gerais atribuídas aos Agentes Responsáveis por Atributo do PPA ou por Ação e/ou PO, por meio da Portaria nº 939/GC4, de 08 jul. 2015, e a exigência legal de se realizar o PROMOTE e o PROACOR, em conformidade com a Programação estabelecida pelo EMAER, os seguintes procedimentos deverão ser adotados pelos referidos Agentes Responsáveis:

**6.2.3.1** Deve ser estruturado e implementado um sistema de informações confiável, perene e tempestivo, que seja capaz de reunir dados e informações, de forma abrangente, sobre todos os atos e fatos, ocorridos no período considerado, relativos à:

- a) situação observada ou ao produto gerado (bens/serviço), por meio da execução das atividades e dos projetos suportados pelas Ações Orçamentárias da LOA vinculadas ao Atributo, bem como de outras Ações das quais venha se beneficiar, direta ou indiretamente, e de selecionar e consolidar o que se revelar mais importante para refletir sua evolução real, bem como possibilitar uma projeção mais realista sobre seu alcance até o final do PPA vigente.
- b) execução das atividades e/ou dos projetos suportados pelas Ações e/ou PO, e de selecionar e consolidar o que se revelar mais importante para refletir sua evolução real, bem como possibilitar uma projeção mais realista sobre seu alcance até o final do Exercício Financeiro corrente ou dos subsequentes (inscrição em Restos a Pagar).

**6.2.3.2** Os dados e informações relativos à situação ou ao produto gerado (bens/serviço) no âmbito de Atributo do PPA ou à execução das atividades e/ou dos projetos suportados pelas Ações da LOA e/ou respectivos PO, obtidos e selecionados por meio do referido sistema de informações, devem ter sua fidedignidade e precisão asseguradas, encontrando seu respaldo em documentação comprobatória que os suportem, ou seja, deverão espelhar fielmente os atos, fatos e situações registrados em relatórios técnicos ou administrativos, atas de reunião ou qualquer outro documento oficial recebido ou gerado ao longo do gerenciamento do Atributo do PPA ou da Ação da LOA ou PO.

**6.2.3.3** Considerando-se que os registros efetuados no SIOP permanecerão sujeitos à fiscalização dos Órgãos de Controle Interno (Controladoria Geral da União - CGU) e Externo (Tribunal de Contas da União - TCU), bem como a publicidade que lhes será dada, a

respectiva documentação comprobatória deve ser autuada em forma de processo e preservada em arquivo organizado para facilitar futuras consultas.

**6.2.3.4** Ao longo da Análise Situacional do Atributo do PPA, no âmbito do PROMOTE, e da Análise do Localizador de Ação Orçamentária ou de PO, no âmbito do PROACOR, deve ser adotada uma postura de gerenciamento estratégico frente aos resultados que forem apurados, mantendo-se o foco no alcance do que foi inicialmente proposto, quando da aprovação/revisão do PPA ou da LOA. Deve-se evitar a abordagem de questões mais afetas ao nível operacional, que apresentam menor relevância para demonstrar a evolução das realizações do Atributo do PPA ou da Ação da LOA ou PO.

**6.2.3.5** As referidas Análises devem ser elaboradas de modo a permitir uma perfeita noção de continuidade face às demais Análises sucessivas e cumulativas realizadas nos períodos anteriores. Portanto, logo ao seu início, devem apresentar uma breve referência sobre a evolução histórica do Atributo, ao longo do PPA, ou da Ação ou PO, ao longo da LOA. Importante notar que, no caso das Ações ou PO que abranjam Projeto ou Atividade que se perpetua através dos anos, embora deva ser observado o princípio da anualidade orçamentária, a Análise elaborada não deve se desconectar dos Exercícios anteriores, uma vez que lhes dão continuidade.

**6.2.3.6** Todas as Análises referentes a um mesmo Atributo do PPA ou Ação da LOA e seus PO devem apresentar conformidade e coerência entre si, razão pela qual, qualquer inconformidade por ventura identificada, quando da elaboração da Análise, deve ser justificada por meio de nota explicativa.

**6.2.3.7** As Análises em tela devem ser redigidas por meio de textos claros e concisos e de maneira objetiva (baseada nos atos e fatos) e direta (sem rodeios e sem se afastar do assunto principal), tendo em vista que o SIOP estabelece um número máximo de caracteres para cada tipo de Análise.

**6.2.3.8** Objetivando assegurar uma maior efetividade ao PROMOTE e ao PROACOR, após o Agente Responsável providenciar o lançamento dos dados e análise no SIOP, a Quinta Subchefia (5SC) do EMAER, atuando de forma preventiva, procederá à avaliação de sua conformidade quanto à forma, coerência e consistência (fidedignidade e exatidão).

**6.2.3.9** As inconformidades verificadas nos dados e Análises lançados no SIOP implicarão a emissão de recomendações por parte da 5SC, que serão comunicadas por meio do Relatório de Avaliação de Análise (RAA), via mensagem eletrônica (e-mail), devendo o Agente Responsável promover os ajustes julgados pertinentes e proceder a sua atualização no SIOP, conforme Programação estabelecida pelo EMAER.

**6.2.3.10** Após a atualização realizada no SIOP, o Agente Responsável deverá providenciar o preenchimento do formulário “Relatório de Controle Semestral” (RCS), Anexos I a N, conforme o caso, e depois de sua aprovação e assinatura, enviá-lo (cópia digitalizada em formato PDF e em *Word*) a 5SC, por meio de mensagem eletrônica endereçada a <[emaer-5sc3@emaer.aer.mil.br](mailto:emaer-5sc3@emaer.aer.mil.br)>, conforme Programação estabelecida.

**6.2.3.11** O RCS foi elaborado como um “espelho” dos campos de preenchimento obrigatório no SIOP, tendo como finalidade proporcionar um mais efetivo controle de qualidade dos dados e informações lançados no SIOP pelos Agentes Responsáveis, portanto, o

preenchimento dos campos do RCS deverá ser realizado em total conformidade com as instruções deste Manual.

**6.2.3.12** Após o fechamento do período de captação do SIOP, deverá ser impresso o Relatório emitido pelo SIOP e mantido em arquivo juntamente com o original do RCS assinado, o respectivo RAA emitido pelo EMAER e o restante da documentação comprobatória.

### **6.3 INSTRUÇÕES GERAIS AOS AGENTES AUXILIARES**

**6.3.1** Considerando que os Agentes Responsáveis por Ação e/ou PO invariavelmente exercem cargos de Chefia, Direção ou Comando de Organizações Militares, a Portaria nº 939/GC4, de 08 jul 2015, estabelece que devem ser designados 02 (dois) Agentes da Administração para exercer a função de seus Agentes Auxiliares.

**6.3.2** Com a finalidade de regulamentar as competências elencadas pelo Art. 10º da Portaria nº 939/GC4, de 08 jul 2015, ficam estabelecidas as seguintes atribuições aos Agentes Auxiliares:

- a) Tomar conhecimento da legislação, normas, instruções e orientações afetas ao Atributo do PPA ou a Ação Orçamentária e/ou respectivo(s) PO(s), bem como de suas eventuais atualizações.
- b) Propor ao respectivo Agente Responsável cronograma de trabalho semestral, de modo a poder cumprir, no início do semestre subsequente, a Programação estabelecida pelo EMAER.
- c) Prover o suporte administrativo ao Agente Responsável, propondo, formalmente, as medidas administrativas suficientes ao seu provimento, de modo a permitir a execução de todos os procedimentos, tarefas e atividades estabelecidos pela legislação, normas, instruções e orientações afetas ao Atributo do PPA ou a Ação Orçamentária e/ou respectivo(s) PO(s).
- d) Prestar o assessoramento técnico ao Agente Responsável por Ação/PO, propondo, formalmente, as medidas administrativas suficientes a sua prestação, de modo a permitir a execução de todos os procedimentos, tarefas e atividades estabelecidos pela legislação, normas, instruções e orientações afetas ao Atributo do PPA ou a Ação Orçamentária e/ou respectivo(s) PO(s).
- e) Requisitar, tempestiva e formalmente, todas as informações e dados necessários ao atendimento dos requisitos estabelecidos no presente manual junto aos Agentes da Administração que estiverem diretamente à frente da(s) Atividade(s) e/ou do(s) Projeto(s) vinculados ao Atributo do PPA ou a Ação e/ou PO sob a responsabilidade do Agente Responsável auxiliado.
- f) Adotar as medidas técnico-administrativas suficientes para assegurar a fidedignidade e a exatidão das informações e dos dados recebidos.
- g) Consolidar toda a documentação recebida, contendo as informações e dados referentes à evolução do Atributo do PPA ou da Ação Orçamentária e/ou respectivo(s) PO(s) vinculados ao Agente Responsável auxiliado.
- h) Proceder à avaliação dos resultados alcançados e à elaboração da Análise, relativamente ao Atributo do PPA ou à Ação Orçamentária e/ou

respectivo(s) PO(s) que esteja sob a responsabilidade do Agente Responsável auxiliado, em conformidade com os critérios estabelecidos no presente Manual.

- i) Zelar para que as avaliações e análises a serem elaboradas sobre o Atributo do PPA ou Ação e/ou respectivo(s) PO(s) reflitam, fidedigna e exatamente, os registros contidos na documentação comprobatória recebida e previamente aprovada pelo respectivo Agente Responsável.
- j) Submeter os dados e a análise a serem lançados no SIOP no período de captação inicial, conforme programação do EMAER, à apreciação do respectivo Agente Responsável, e, em seguida, efetuar os registros no Sistema.
- k) Após receber o Relatório Padrão de Análise (RAA) emitido pela 5SC, proceder ao atendimento das recomendações de ajuste julgadas pertinentes pelo respectivo Agente Responsável, reeditando os registros dos dados e da análise lançados no SIOP, em especial no tocante às inconsistências classificadas como críticas.
- l) Ato contínuo, preencher o RCS com os dados e a análise ajustados no SIOP e, após sua assinatura, submetê-lo à aprovação e assinatura do Agente Responsável.
- m) Em seguida, encaminhar o RCS assinado a 5SC, cópia digitalizada (PDF) e em formato editável (*Word*), por meio de mensagem eletrônica endereçada a <[emaer-5sc3@emaer.aer.mil.br](mailto:emaer-5sc3@emaer.aer.mil.br)>, conforme Programação do EMAER.
- n) Concluídos os trabalhos de lançamento das informações e dados no SIOP, após o fechamento do período de “captação”, imprimir o Relatório referente à análise da Ação/PO disponibilizado pelo Sistema, e mantê-lo em arquivo organizado, juntamente com o RCS assinado, o RAA emitido pelo EMAER e a respectiva documentação comprobatória, em forma de processo, para futuras consultas.

**6.3.3** Os próximos Capítulos discorrerão sobre as Instruções Específicas do PROMOTE, referentes a cada tipo de Atributo do PPA, e do PROACOR, relativas a Ação da LOA e aos respectivos PO, esclarecendo e, quando necessário, complementando as orientações técnicas constantes dos Manuais do SIOP, objetivando melhor instruir os Agentes Responsáveis do COMAER nos trabalhos de elaboração da “Análise Situacional” dos Atributos do PPA sob sua responsabilidade, de modo a torná-la mais efetiva.

## **6.4** MONITORAMENTO TEMÁTICO DOS INDICADORES DO PPA

**6.4.1** Os indicadores são ferramentas criadas com o papel de assistir o gestor, auxiliando no processo de tomada de decisão e, no âmbito do Setor Público, de aumentar a transparência. Ao apresentarem, de forma contínua (estabilidade), fidedigna (confiabilidade) e significativa (validade), determinada realidade observada (aspectos da situação) ou construída (resultados da ação), os indicadores tornam possível sua aferição, observação e avaliação, desde que amplamente aceitos pelos colaboradores (legitimidade), para atender às necessidades dos tomadores de decisão (utilidade).

**6.4.2** No âmbito do PPA, os Indicadores são um conjunto de parâmetros que permite o acompanhamento da evolução de um programa, permitindo identificar, mensurar e comunicar

a evolução de determinado aspecto da intervenção proposta pelo programa, razão pela qual devem guardar sintonia com seus Objetivos estabelecidos (SPI/MPOG, 2015).

**6.4.3** Observadas as Instruções Gerais e os aspectos acima, o Agente Responsável deverá:

- a) no campo “Valor apurado”: lançar o valor para o índice aferido na data de apuração, considerando a respectiva unidade de medida; e
- b) no campo “Data de apuração”: lançar a data de apuração do índice no formato dia/mês/ano.

**6.4.4** No campo “Observação”, o Agente Responsável deverá lançar um texto versando sobre a evolução do Indicador, abordando os tópicos a seguir, em conformidade com as orientações ora estabelecidas:

**6.4.4.1** Principais considerações no período:

- a) discorrer sobre a evolução, no período, da realidade que é objeto do Indicador, considerando a sua performance anterior e correlacionando-a, quando possível, com as circunstâncias, atos e fatos que influenciaram o índice alcançado;
- b) classificar o índice apurado no período em Excelente, Ótimo, Bom, Regular ou Ruim, tendo por base o “Índice de Referência” estabelecido no início do PPA, considerado, então, como um índice inicial aceitável ou adequado; e
- c) na medida do possível, comparar os valores apurados para o Indicador com outros Indicadores divulgados por outros Órgãos equivalentes ou semelhantes, seja em âmbito nacional ou internacional.

**6.4.4.2** Perspectivas:

Apresentar as expectativas relacionadas à evolução do Indicador para o período subsequente do PPA, considerando tendências decorrentes da adoção de novas medidas técnicas ou administrativas ou de algum cenário percebido/esperado.

**6.4.4.3** Mudança da metodologia de cálculo:

Informar, por meio de relato circunstanciado, qualquer mudança na metodologia de cálculo até então adotada, provocada pela necessidade de melhorar os requisitos de qualidade do Indicador: validade, estabilidade, confiabilidade e utilidade.

**6.4.4.4** Fatores que contribuíram ou dificultaram:

- a) descrever quais foram os fatores que contribuíram para a evolução do Indicador, seja positiva ou negativamente, bem como para a efetividade de sua aferição, como o excesso ou ausência de formalismo, baixa aceitação pelos “colaboradores” (legitimidade) ou a falta de rigor, de recursos ou de condições técnicas para a coleta de dados ou o levantamento das informações; e
- b) indicar ainda possíveis dificuldades na utilização do Indicador como instrumento de apoio à tomada de decisão da alta administração ou de avaliação de desempenho pelo COMAER.



#### **6.4.4.5** Informações Complementares:

Outras informações consideradas relevantes para melhor retratar a evolução da situação ou dos produtos/serviços apresentada pelo Indicador no período considerado.

**6.4.5** Embora o lançamento das análises relativas aos Indicadores dos Programas do PPA 2012-2015 no SIOP seja de responsabilidade da SPI/MP, todas as informações e dados necessários para subsidiar tais lançamentos deverão ser informados tempestivamente pelos Agentes Responsáveis à frente dos Órgãos diretamente incumbidos do planejamento, gestão e controle das ações administrativas correlatas.

**6.4.6** Por fim, ressalta-se que a Análise Situacional deverá ser redigida como um texto único e coerente, retratando de forma resumida todos os tópicos acima descritos e, ao mesmo tempo, guardando a devida harmonia, especialmente quando da transição entre os parágrafos pertencentes a tópicos distintos.

### **6.5** MONITORAMENTO TEMÁTICO DOS OBJETIVOS DO PPA

**6.5.1** Os Objetivos do PPA expressam “o que deve ser feito, refletindo as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de Iniciativas, com desdobramento no território” nacional (SPI/MPOG, 2015).

**6.5.2** No campo “**Análise Situacional**”, o Agente Responsável deverá lançar um texto versando sobre a evolução de seu Objetivo, abordando os tópicos a seguir, em conformidade com as orientações ora estabelecidas:

#### **6.5.2.1** Principais Realizações no Período:

- a) discorrer sobre o que foi efetivamente realizado ou sobre as atividades que foram desenvolvidas durante o período, quantificando sempre que possível, de modo a demonstrar sua evolução desde o último período avaliado;
- b) cabe destacar que para o processo de confecção “Análise Situacional” a ser inserida no SIOP, o Agente responsável deverá, obrigatoriamente, mapear, captar e consolidar todas as informações sobre a situação (andamento) dos projetos existentes na Força Aérea Brasileira e vinculados ao Objetivo sob sua responsabilidade, e que demandam gastos públicos, tais como os relacionados aos campos de aquisição e modernização de aeronaves, aeroespacial, tecnológico, segurança de voo e controle do Espaço Aéreo Brasileiro;
- c) além disso, as informações supracitadas não devem se restringir apenas aos projetos, mas também devem abranger as atividades de grande relevância para o cumprimento da missão institucional da FAB, tais como as realizações de operações finalísticas, subsidiárias e aquelas relativas ao preparo e emprego da Força, bem como a capacitação técnica e operacional do pessoal da Aeronáutica para executar com eficiência e eficácia tais atividades;
- d) nesse sentido, a implementação dos pontos levantados e explicitados acima são necessários devido à própria finalidade do processo de Monitoramento Temático que, conforme o Guia de Monitoramento do PPA 2012-2015, é “fazer com que a atividade de preenchimento das informações no SIOP

sirva, também, para subsidiar a elaboração da Mensagem Presidencial, da Prestação de Contas da Presidência da República (PCPR) e do Relatório de Gestão”, pois tais informações “concorrem para o mesmo propósito de declarar as realizações do Governo no período, tendo-se como referência os Objetivos, as Metas e os Empreendimentos Individualizados como Iniciativas, além das ações propriamente orçamentárias e os recursos extra orçamentários”;

- e) ressalta-se que as informações prestadas sobre as realizações no período avaliado deverão levar em consideração as mais relevantes realizações ou informações, com foco nos principais resultados, sobre todas as:
- Iniciativas (inclusive as não “Individualizadas”) vinculadas ao Objetivo, uma vez que expressam as entregas dos bens e serviços produzidos por meio das Ações Orçamentárias a elas vinculadas;
  - Metas associadas que mensuram o quão próximo o Órgão se encontra do alcance do Objetivo; e
  - Contribuições de outros Órgãos para a conquista do Objetivo.

#### **6.5.2.2 Fatores que contribuíram ou dificultaram:**

- a) descrever quais foram os fatores que contribuíram para a execução das atividades direcionadas ao alcance do Objetivo (como a readequação de processos internos de gestão e/ou de produção, a entrada em operação de novos equipamentos, a implementação de novas técnicas, etc.), bem como aqueles fatores que dificultaram (como a insuficiência de recursos orçamentários ou humanos); e
- b) também deverão ser informados os principais impactos decorrentes dos fatores que contribuíram e/ou dificultaram o alcance do Objetivo.

#### **6.5.2.3 Arranjos de Gestão e Pactuações Relevantes:**

- a) quanto aos arranjos de gestão, no caso dos fatores que dificultaram o alcance do Objetivo, deverão ser informadas as medidas técnicas (como as ações de logísticas ou soluções de TI) e/ou administrativas (ajustes nas rotinas ou procedimentos, etc) adotadas para evitar e/ou mitigar suas consequências negativas;
- b) este mesmo procedimento deverá ser utilizado quando se tratar de medidas extraordinárias (não previamente planejadas) que tenham otimizado as realizações do Objetivo; e
- c) no tocante às pactuações relevantes, descrever eventuais acordos que tenham sido firmados com a sociedade civil organizada (ONGs - organizações não governamentais, sindicatos, etc.), com os demais Ministérios ou Órgãos do Governo Federal, com os demais Entes Federados (Estados ou Municípios) ou com a iniciativa privada, que tenham proporcionado união de forças (sinergia) para otimizar o alcance das realizações planejadas para o Objetivo.

#### **6.5.2.4 Público beneficiado:**

- a) informar, sempre que for possível, o público beneficiado, ou seja, o grupo ou parcela da sociedade que foi atendido, direta ou indiretamente, pelas realizações do Objetivo ou que dela tenha obtido algum benefício perceptível; e
- b) por exemplo, a sociedade brasileira por ser beneficiada pelas operações aéreas que resultam na dissuasão do tráfico de entorpecentes por via aérea nas fronteiras do Brasil.

#### **6.5.2.5 Políticas Públicas Associadas e seus Resultados:**

- a) neste item deverá ser indicada a conexão com outras políticas públicas e respectivos resultados, ou seja, quais as contribuições resultantes das realizações do Objetivo que contribuíram para outras áreas de Política Pública do Governo, como as voltadas à educação e saúde; e
- b) por exemplo, na análise situacional do Objetivo 0462 (“Elevar a capacidade operativa da FAB para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio do seu preparo e emprego.”) poderia ser mencionado algum apoio prestado as Comunidades Indígenas localizadas nas regiões alcançadas por Operações Aéreas realizadas pela FAB, que tenha sido beneficiada, por exemplo, com assistência médica e/ou odontológica, uma vez que estes “resultados” poderiam ser associados às políticas governamentais sob responsabilidade da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

#### **6.5.2.6 Entregas Agregadas:**

- a) neste item, deverão ser indicados os subprodutos resultantes dos processos que levaram ao alcance das realizações do Objetivo, que, embora não mencionadas no PPA, geraram resultados intermediários importantes, como a geração de emprego, a redução de desigualdades verificadas e outros ganhos de gestão, raciocínio este que pode levar a citação de projetos específicos percebidos como relevantes; e
- b) por exemplo, a aquisição de aeronaves de empresas sediadas no território nacional, cuja contratação tenha proporcionado a criação de novos postos de trabalho na região de São José de Campos-SP.

#### **6.5.2.7 Distribuição Territorial:**

Embora, em geral, os Objetivos do COMAER sejam de distribuição “nacional”, quando for possível ou quando a sua regionalização já estiver previamente estipulada pelo SIOP, deverão ser indicadas as localizações territoriais, por Região do País, que o Objetivo tenha abrangido ao longo de suas realizações.

#### **6.5.2.8 Informações Complementares:**

Outras informações consideradas relevantes para melhor retratar a evolução das realizações apresentada pelo Objetivo no período considerado.

#### **6.5.2.9 Visão Prospectiva:**

- a) considerando o andamento dos projetos e das atividades inerentes ao Objetivo, bem como a necessidade de assegurar a coerência e a noção de continuidade que deve haver entre as informações relativas aos períodos de

vigência do PPA anteriores e o período atual sob análise, discorrer sobre as expectativas ou previsões de realização para os próximos períodos de vigência do PPA; e

- b) por exemplo, em decorrência da celeridade no cumprimento de suas Metas e/ou Iniciativas no ano anterior e/ou corrente, pode-se fazer a previsão de que o Objetivo estabelecido poderá ser alcançado um semestre antes do término do período de vigência do PPA ou do contrato firmado.

**6.5.3** Por fim, ressalta-se que a Análise Situacional deverá ser redigida como um texto único e coerente, retratando de forma resumida todos os tópicos acima descritos e, ao mesmo tempo, guardando a devida harmonia, especialmente quando da transição entre os parágrafos pertencentes a tópicos distintos.

**6.5.4** Concluída a Análise Situacional, no campo “**Anexo**”, o Agente Responsável poderá anexar arquivos que julgue necessários a uma melhor contextualização ou visualização da análise realizada sobre o Atributo, como planilhas, relatórios ou fotografias. Importante observar que, caso seja anexado algum arquivo, deverá ser preenchido o campo “**Assunto**” (localizado abaixo do campo “**Anexo**”), relativo ao documento anexado, com o propósito de prestar esclarecimentos sobre seu conteúdo.

## **6.6** MONITORAMENTO TEMÁTICO DAS METAS DO PPA

**6.6.1** A meta trata-se de uma definição em termos quantitativos de algo (objetivo) que se planeja alcançar dentro de um prazo determinado.

**6.6.2** No âmbito do PPA, as Metas são medidas “do alcance do Objetivo, podendo ser de natureza quantitativa ou qualitativa, a depender das especificidades de cada caso. Quando qualitativa, a meta também deverá ser passível de avaliação.” (SPI/MPOG, 2015).

**6.6.3** No campo “Análise Situacional”, o Agente Responsável deverá lançar um texto versando sobre a evolução de sua Meta, abordando os 10 tópicos a seguir:

### **6.6.3.1** Principais Realizações no Período:

- a) considerando que as Metas são medidas de alcance de um determinado Objetivo, ou seja, que é através delas que o gestor se localiza e mensura os resultados, indicando a que distância se encontra do Objetivo planejado e almejado, existe a necessidade de que sejam expressas por meio de uma indicação quantitativa ou qualitativa que meça seu atingimento;
- b) assim sendo, a análise situacional deverá proporcionar uma visão gerencial e estratégica sobre a consecução da Meta declarada, abrangendo a descrição das principais realizações necessárias para demonstrar a variação observada no período analisado; e
- c) por exemplo, imaginando-se uma Meta cujo escopo seja “Substituir 50% da frota de caças da FAB” (toda Meta é criada visando ser cumprida nos 04 anos do PPA), seu Agente Responsável deverá colher informações sobre todas as Iniciativas (Projetos) cujo objeto seja a aquisição de novas aeronaves do tipo caça, partindo do princípio que a cada ano deverá, em média, alcançar a substituição de 12,25% da frota. Desta forma, caso a frota

possua, ao início do PPA, 80 caças, a cada ano pode ser planejado que 10 deles sejam substituídos.

#### **6.6.3.2 Fatores que contribuíram ou dificultaram:**

- a) descrever quais foram os fatores que contribuíram para o alcance da Meta (como a readequação de processos internos de gestão e/ou de produção, a entrada em operação de novos equipamentos, a implementação de novas técnicas, etc), bem como os desafios de implementação (de ordem técnica, operacional e/ou administrativa) enfrentados para o alcance da Meta (como o não cumprimento de etapas contratuais pelo Fornecedor ou a necessidade de repactuação contratual devido a cortes orçamentários/contingenciamentos, etc.);
- b) também deverão ser informados os principais impactos decorrentes dos fatores que contribuíram e/ou dificultaram o alcance da Meta; e
- c) considerando-se, ainda, o exemplo apresentado na alínea anterior, caso apenas uma parcela da Meta programada para cada ano do PPA seja alcançada, deverá ser apresentado um breve relato que aborde as causas que impediram o atingimento da Meta no período, bem como seus reflexos sobre a capacidade da FAB cumprir a missão de defesa aérea.

#### **6.6.3.3 Visão Prospectiva:**

- a) considerando o andamento dos projetos e das atividades inerentes às Iniciativas associadas a Meta, bem como a necessidade de assegurar a coerência e a noção de continuidade que deve haver entre as informações relativas aos períodos de vigência do PPA anteriores e o período atual sob análise, discorrer sobre as expectativas ou previsões de realização para os próximos períodos de vigência do PPA; e
- b) por exemplo, em decorrência da celeridade na execução dos Projetos e/ou Atividades (pertencentes as Iniciativas que contribuem para o alcance da Meta) ocorrida no ano anterior e/ou corrente, pode-se fazer a previsão de que a Meta estabelecida poderá ser alcançada um semestre antes do término do período de vigência do PPA ou do contrato firmado.

#### **6.6.3.4 Informações Complementares:**

Relatar outras informações consideradas relevantes para melhor retratar a evolução das realizações apresentada pela Meta no período considerado.

**6.6.4** No caso das Metas quantificáveis, além do campo “Análise Situacional”, existem outros 03 (três) campos que, também, deverão ser preenchidos no SIOP, conforme explicado a seguir:

- a) campo “Meta Quantificável?”: deverá ser selecionado (SIM ou NÃO), de modo a indicar se a Meta é ou não quantificável, ou seja, se é possível se estabelecer um percentual (ou, excepcionalmente, quantidade) a ser atingido até o término da vigência do PPA;
- b) campo “Quantidade alcançada”: no caso de se tratar de Meta quantificável, deverá ser lançado o valor apurado para a Meta, considerando a sua respectiva unidade de medida e, ainda, o alcançado nos períodos anteriores.

A “quantidade alcançada” é cumulativa, uma vez que a Meta do Objetivo em análise é para todo o período do PPA, isto é, deve ser somada ao total (do quantitativo) acumulado ao longo do(s) período(s) anterior(es); e

- c) campo “Data de referência”: refere-se à data de apuração da Meta quantificável. A data a ser lançada neste campo deverá estar situada entre o primeiro dia do período (semestre) subsequente e a data em que ocorreu o lançamento no SIOP.

**6.6.5** Algumas Metas são regionalizadas e, nestes casos, deve-se proceder a um segundo nível de lançamento de dados e informações no SIOP. Nesses casos, o quantitativo da Meta que foi alcançado no período, que foi lançado quando do preenchimento do campo, deve corresponder, obrigatoriamente, ao somatório das metas atingidas em cada região:

- a) campo “Quantidade alcançada”: conforme explicado na alínea “b” do Item 7.3, apenas observando-se que deverá corresponder ao percentual/quantidade relativo à região analisada;
- b) campo “Data de referência”: conforme explicado na alínea “c” do Item 7.3; e
- c) campo “Observação”: espaço destinado ao registro de informações gerais sobre a apuração da Meta na região considerada, caso seja julgado conveniente ou oportuno.

**6.6.6** Por fim, ressalta-se que a Análise Situacional deverá ser redigida como um texto único e coerente, retratando de forma resumida todos os tópicos acima descritos e, ao mesmo tempo, guardando a devida harmonia, especialmente quando da transição entre os parágrafos pertencentes a tópicos distintos.

**6.6.7** Concluída a Análise Situacional, no campo “Anexo”, o Agente Responsável poderá anexar arquivos que julgue necessários a uma melhor contextualização ou visualização da análise realizada sobre o Atributo, como planilhas, relatórios ou fotografias. Importante observar que, caso seja anexado algum arquivo, deverá ser preenchido o campo “**Assunto**” (localizado abaixo do campo “Anexo”), relativo ao documento anexado, com o propósito de prestar esclarecimentos sobre seu conteúdo.

## **6.7** MONITORAMENTO TEMÁTICO DAS INICIATIVAS DO PPA

**6.7.1** As iniciativas do PPA declaram “as entregas à sociedade de bens e serviços, resultantes da coordenação de Ações Orçamentárias e outras ações institucionais e normativas, bem como da pactuação entre entes federados, entre Estado e Sociedade e da integração de políticas públicas”. (SPI/MPOG, 2015)

**6.7.2** No campo “Análise Situacional”, o Agente Responsável deverá lançar um texto versando sobre a evolução de sua Iniciativa Individualizada, abordando os 10 tópicos a seguir:

### **6.7.2.1** Principais Realizações no Período:

- a) discorrer sobre o que foi efetivamente realizado no empreendimento ou sobre as atividades que foram desenvolvidas durante o período, descrevendo em que fase se encontra a sua execução, bem como fazendo referência às quantidades de bens e/ou serviços já entregues/alcançados (quando viável), de modo a demonstrar a evolução da Iniciativa desde o último período avaliado;

- b) ressalta-se que as informações prestadas sobre as realizações no período avaliado deverão levar em consideração apenas o que for considerado mais relevante sobre todas as entregas dos bens e serviços produzidos pelos Projetos e/ou Atividades vinculados a Iniciativa por meio das respectivas Ações da LOA e/ou Planos Orçamentários; e
- c) por exemplo, imaginando-se uma Iniciativa cujo escopo seja “Desenvolver uma aeronave de patrulha de fabricação nacional para a FAB” (lembrar que toda Iniciativa tem por base um Empreendimento, ou seja, um Projeto de grande vulto), seu Agente Responsável deverá colher informações sobre o andamento do(s) respectivo(s) contrato(s), objetivando apresentar um relato fidedigno e preciso sobre as principais realizações do período capazes de refletir a situação em que se encontra o desenvolvimento de sua Iniciativa, como a entrega e o voo do primeiro protótipo de um total de três aeronaves previstas.

#### **6.7.2.2 Fatores que favoreceram ou dificultaram:**

- a) descrever quais foram os fatores que contribuíram para o alcance da Iniciativa (como a readequação de processos internos de gestão e/ou de produção, a entrada em operação de novos equipamentos, a implementação de novas técnicas, etc.), bem como os desafios de implementação (de ordem técnica, operacional e/ou administrativa) enfrentados para o alcance da Iniciativa (como o não cumprimento de etapas contratuais pelo Fornecedor ou a necessidade de repactuação contratual devido a cortes orçamentários/contingenciamentos, etc.);
- b) também deverão ser informados os principais impactos decorrentes dos fatores que contribuíram e/ou dificultaram o alcance da Iniciativa; e
- c) considerando-se o exemplo da alínea anterior, o relato sobre uma etapa contratual que não foi cumprida pelo consórcio ou empresa contratada devido a uma greve dos funcionários, tendo como consequência o atraso na data de entrega e/ou do voo do segundo protótipo da aeronave.

#### **6.7.2.3 Visão Prospectiva:**

Considerando o andamento do empreendimento vinculado à Iniciativa, bem como a necessidade de assegurar a coerência e a noção de continuidade que deve haver entre as informações relativas aos períodos de vigência do PPA anteriores e o período atual sob análise, discorrer sobre as expectativas ou previsões de realização para os próximos períodos de vigência do PPA.

#### **6.7.2.4 Arranjos de Gestão e Pactuações Realizadas:**

- a) quanto aos arranjos de gestão, no caso dos fatores que dificultaram o alcance das etapas do empreendimento, deverão ser informadas as medidas técnicas (como as ações de logística ou soluções de TI) e/ou administrativas (ajustes nas rotinas ou procedimentos, etc) adotadas para evitar e/ou mitigar suas consequências negativas;
- b) este mesmo procedimento deverá ser utilizado quando se tratar de medidas extraordinárias (ou seja, não previamente planejadas) adotadas, que tenham otimizado as realizações do empreendimento; e

- c) no tocante às pactuações relevantes, descrever eventuais acordos que tenham sido firmados com outros Ministérios ou Órgãos do Governo Federal, com os demais Entes Federados (Estados ou Municípios) ou com a iniciativa privada, que tenham proporcionado união de forças (sinergia) para otimizar o alcance das realizações planejadas para o empreendimento.

#### **6.7.2.5 Entregas parciais à Sociedade:**

- a) indicar, quando for observado, os subprodutos resultantes dos processos que levaram ao alcance das realizações do Empreendimento, que, embora não mencionadas no PPA, geraram resultados intermediários importantes, como a geração de emprego, a redução de desigualdades verificadas e outros ganhos de gestão; e
- b) considerando o exemplo dos itens anteriores, o desenvolvimento de uma aeronave de patrulha por uma empresa nacional, cuja contratação tenha proporcionado a criação de novos postos de trabalho na região de São José de Campos-SP.

#### **6.7.2.6 Contribuição de Medidas Institucionais:**

Descrever, caso exista, o andamento de medidas institucionais, como, por exemplo, ações do Governo regulamentadas em Lei ou Decreto para a consecução dos objetivos expressos nos Programas Temáticos, vinculadas às Iniciativas.

#### **6.7.2.7 Informações Complementares:**

Relatar outras informações consideradas relevantes para melhor retratar a evolução das realizações apresentadas pelo empreendimento individualizado como Iniciativa ao longo do período considerado.

**6.7.3** Por fim, ressalta-se que a Análise Situacional deverá ser redigida como um texto único e coerente, retratando de forma resumida todos os tópicos acima descritos e, ao mesmo tempo, guardando a devida harmonia, especialmente quando da transição entre os parágrafos pertencentes a tópicos distintos.

**6.7.4** Concluída a Análise Situacional, no campo “Anexo”, o Agente Responsável poderá anexar arquivos que julgue necessários a uma melhor contextualização ou visualização da análise realizada sobre o Atributo, como planilhas, relatórios ou fotografias. Importante observar que, caso seja anexado algum arquivo, deverá ser preenchido o campo “Assunto” (localizado abaixo do campo “Anexo”), relativo ao documento anexado, com o propósito de prestar esclarecimentos sobre seu conteúdo.

### **6.8 ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA LOA**

**6.8.1** O Agente Responsável por Ação, quando do levantamento das informações e dados necessários ao preenchimento dos campos relativos ao PROACOR, deverá levar em consideração os registros lançados no SIOP pelos Agentes Responsáveis por PO vinculados a Ação sob sua responsabilidade, de modo a assegurar a coerência e a consistência entre si.

**6.8.2** Destaca-se que o SIOP utiliza no cálculo dos indicadores de desempenho, automaticamente, os dados financeiros relativos aos valores liquidados (não com os valores empenhados) e à Meta Física realizada (produtos efetivamente recebidos), razão pela qual o



Agente responsável deverá estar atento às análises e conclusões que desta relação poderão advir, especialmente por analistas de outros Órgãos Governamentais não inteiramente familiarizados com os assuntos internos do COMAER.

**6.8.3** Assim sendo, o Agente Responsável por Ação Orçamentária da LOA deverá promover a coleta e o processamento das informações e dos dados necessários e suficientes ao preenchimento dos campos disponibilizados pelo SIOP, observando as seguintes instruções:

**6.8.3.1** Seção “LOA + Créditos XXXX”:

Nesta Seção, os Agentes Responsáveis deverão pautar-se por uma metodologia adequada para a obtenção e consolidação dos dados relativos aos bens e/ou serviços (produtos) gerados, bem como ter como base comparativa o planejamento para o qual o recurso orçamentário foi alocado, uma vez que ele servirá de parâmetro para a avaliação do resultado. Neste sentido, é importante destacar que, uma vez lançados no SIOP, tais registros, além de serem utilizados pelo próprio Sistema no cálculo dos indicadores de desempenho de sua Ação, também poderão vir a contribuir para aperfeiçoar o Planejamento e Orçamento do COMAER.

**6.8.3.2** Subseção “Execução Física”:

- a) campo “Meta”: este campo é preenchido automaticamente, pois o SIOP extrai as informações da LOA relativas à Meta Física prevista para Exercício Financeiro. (MAO 2015, item 2.9); e
- b) campo “Reprogramado”: inserir a quantidade de produto reprogramada para o Exercício Financeiro corrente. A reprogramação da Meta Física possui caráter gerencial e, quando for julgada necessária, tem por finalidade redefinir os resultados que serão alcançados pela Ação Orçamentária até o encerramento do Exercício Financeiro, de modo a permitir uma mensuração mais precisa e fidedigna. A reprogramação é realizada em dois momentos, um no meio do ano e outro no final, sempre com foco no resultado a ser alcançado no Exercício Financeiro como um todo. (MAO 2015, item 2.5). Ressaltam-se ainda os seguintes aspectos:
  - este campo deverá ser preenchido caso o Agente Responsável julgue necessário fazer uma readequação do planejamento da Meta Física para o ano corrente, tanto em função de cortes e/ou contingenciamentos, quanto por outras razões administrativas, em conformidade com o estabelecido no item 2.6 do MAO 2015.
  - ressalta-se, ainda, que o Agente Responsável poderá aumentar a Meta Física ou diminuí-la na reprogramação de acordo com o verificado na gestão. Caso seja verificado, por exemplo, algum aumento na eficiência da gestão da Ação, ou quando se observe que os recursos não serão suficientes para o seu pleno alcance no Exercício Financeiro correspondente.
  - as razões que motivaram a reprogramação da Meta Física deverão, obrigatoriamente, ser relatadas no campo “Análises do Localizador”. (MAO 2015, item 2.6).

- caso o Agente Responsável julgue não ser necessário efetuar a reprogramação, deverá repetir o valor da Meta Física prevista (item 1.1 acima) neste campo, pois esse campo não poderá deixar de ser preenchido.
  - o SIOP emitirá um “alerta” nas situações em que o campo “Reprogramado” for igual a 0 e existirem recursos orçamentários disponíveis para a execução da Ação, pois isto constitui uma incoerência.
- c) campo “Realizado”: inserir a quantidade de produto (bens ou serviços) alcançada pela Ação, conforme o momento do Exercício Financeiro a que se refere a fase do PROACOR, sendo a primeira fase relativa ao acumulado de janeiro a junho e a segunda relativa ao acumulado de janeiro a dezembro;
- O SIOP emitirá, automaticamente, um “alerta” nas situações em que a Meta Física realizada (campo “Realizado”) for igual a 0 (zero) e constem valores relativos à execução orçamentária (campo “Liquidado”), ou quando ocorrer o inverso. Neste caso, quando não se tratar de erro de digitação a ser corrigido, o Agente Responsável pela Ação deverá ratificar os dados inseridos, relatando o motivo que justificam tal situação na Seção “Análises do Localizador” (Item 4).
  - a realização da meta física ou a geração de produto estão diretamente relacionadas à liquidação da despesa, visto que representa o recebimento do bem ou a realização do serviço. Por esta razão o cálculo de indicadores de desempenho realizado pelo SIOP correlaciona as variáveis “meta física realizada” e “despesa liquidada”. Caso o recurso de uma determinada Ação apresente apenas despesas empenhadas, é sinal de que não houve execução orçamentária, uma vez que ainda não houve “geração” de bens ou serviços.
- d) campo “Data de Apuração”: inserir a data de apuração da Meta Física realizada. A referida data deverá situar-se entre o dia da abertura do SIOP e a data limite para inserção de dados que são estabelecidas para cada fase (Janeiro a Junho ou Janeiro a Dezembro), conforme cronograma divulgado pela 5SC/EMAER.

#### 6.8.3.3 Subseção “Indicadores”:

A verificação dos indicadores de eficácia e eficiência serve para avaliar o desempenho da execução da Ação Orçamentária. Assim, a partir deles, é possível chegar-se a determinadas conclusões sobre o alcance da Meta Física e sobre a performance da gestão dos recursos orçamentários alocados à respectiva Ação (MAO 2015, item 4).

- a) campo “Eficácia LOA / Eficácia Reprogramado”: estas informações são automaticamente geradas pelo SIOP;
- cálculo da Eficácia da LOA: a “Eficácia LOA” na gestão da Ação é obtida a partir da relação entre a “Meta Física Realizada” e a “Meta Física Prevista” na LOA.
  - cálculo da Eficácia da Reprogramação: a “Eficácia Reprogramada” na gestão da Ação é obtida a partir da relação entre a “Meta Física Realizada” e a “Meta Física Reprogramada”.
- b) campo “Eficiência LOA / Eficiência Reprogramado”: estas informações são automaticamente geradas pelo SIOP; e

- Cálculo da Eficiência da LOA: a “Eficiência LOA” na gestão da Ação é obtida a partir da relação entre a “Dotação Atual”, “Meta Física Prevista” na LOA, “Meta Física Realizada” e “Valor Financeiro Liquidado”.
- Cálculo da Eficiência da Reprogramação: a “Eficiência Reprogramado” na gestão da Ação é obtida a partir da relação entre “Valor Financeiro Reprogramado”, “Meta Física Reprogramada”, “Valor Financeiro Liquidado” e “Meta Física Realizada”.

c) com o objetivo de exemplificar possíveis conclusões que podem advir do preenchimento deste campo, no caso hipotético apresentado pela tabela abaixo, as Ações Orçamentárias “X”, “Y” e “Z” geraram os seguintes indicadores no período de 2013 a 2014:

**Tabela 1 - Descrição da execução orçamentária das Ações hipotéticas X, Y e Z.**

Ação	Financeiro (R\$)				Físico		Indicadores (%)	
	Dotação Inicial (a)	Dotação Atual (b)	Liquidado (c)	Execução (%) (c/b)	Meta LOA (d)	Realizado (e)	Eficiência (b/d)/(c/e)	Eficácia (e/d)
X	1.843.000	1.843.000	423.485	22,98	800	753	409,63	94,13
Y	51.709.600	46.538.700	12.030.641	25,85	155	155	386,83	100,00
Z	716.972.722	755.511.679	312.265.135	41,33	5	5	241,95	100,00

a) com base a tabela acima é possível verificar que:

- o indicador de eficácia aponta o alcance efetivo das Metas Físicas previstas por suas respectivas Ações. Neste sentido, pode-se observar que as Ações Orçamentárias Y e Z tiveram todas suas Metas Físicas atingidas, com exceção da Ação X (94,12%);
- o indicador de eficiência demonstra a capacidade de geração de produtos (bens ou serviços) com os recursos orçamentários disponibilizados. Neste contexto todas as Ações apresentaram índices considerados extremos pela SOF;
- analisando conjuntamente os indicadores (itens a e b), a exemplo da Ação X, que não conseguiu atingir todas as suas Metas físicas (Indicador de Eficácia 94,12%), embora tenha uma execução (liquidado) muito aquém em relação ao recurso disponibilizado, o que é demonstrado pelo seu indicador de Eficiência 409,63%. Tal constatação pode levar um analista (ou um cidadão qualquer) a concluir que os recursos inicialmente alocados a Ação teriam sido superiores aos que realmente foram necessários para o atingimento da Meta Física prevista, indicando a necessidade de ajustes para o Exercício Financeiro seguinte;
- ainda em relação à alínea “b” acima, o Analista poderia concluir que a revisão da Meta Física (Campo “Meta”) e/ou Meta Financeira (Campo “Reprogramado Financeiro”) deixou de ser realizada ou não foi adequadamente estudada pelos respectivos Agentes Responsáveis; e
- pode-se inferir, também, que a Meta Física alcançada no Exercício Financeiro, com tamanha eficiência e eficácia, tenha sido consequência do somatório indevido da quantidade de produtos (bens ou serviços) alcançados com os recursos do RAP - Não Processado (Exercícios Anteriores) com a

quantidade total de produtos alcançados com os recursos da LOA do Exercício Financeiro examinado.

#### 6.8.3.4 Subseção “Execução Financeira”:

- a) campo “Dotação Atual”: este campo é preenchido automaticamente, pois o SIOP extrai as informações da LOA e de créditos adicionais eventualmente concedidos no decorrer do Exercício Financeiro diretamente do Sistema de Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). (MAO 2015, item 2.9);
- b) campo “Reprogramado Financeiro”: Neste campo deverá ser inserido, se for o caso, o valor (R\$) que foi efetivamente disponibilizado para a execução da Ação Orçamentária, ou seja, o Limite de Movimentação e Empenho (LME). Normalmente, o LME corresponde ao montante de crédito efetivamente disponibilizado para a Ação executar, devendo ser calculado por meio da diferença entre o recurso orçamentário da dotação atualizada (Campo “Dotação Atual”) e os cortes e contingenciamentos (créditos indisponíveis) sofridos pela Ação Orçamentária. (MAO 2015, item 2.7)

Ressaltam-se ainda os seguintes aspectos:

- Se não houver cortes e contingenciamentos ou alteração da dotação atual deverá ser lançado, neste campo, o mesmo valor do campo “Dotação Atual”, conforme orientação expedida pela SOF.
- Para obter os valores atualizados da execução orçamentária com a finalidade de realizar o cálculo do LME, o Agente Responsável deverá realizar pesquisa no Sistema “Tesouro Gerencial”, por meio de consulta padrão disponibilizada no seguinte caminho: “Relatórios Compartilhados” > “Consulta Gerenciais” > “Relatórios de Bancada dos Órgãos Superiores” > “52111 - Comando da Aeronáutica” > “EMAER” > “Quinta-Subchefia - 5SC\_5SC3” > “Acompanhamento Orçamentário - 2015” > “Execução Ação\_PO - Acompanhamento Orçamentário - 2015”.
- A definição e a manutenção da pasta “Acompanhamento Orçamentário - 2015” é de responsabilidade exclusiva da 5SC3-EMAER. Caso o usuário necessite efetuar qualquer alteração na consulta padronizada, deverá salvá-la em pasta própria, denominada “Meus Relatórios”. Para tanto, o usuário deverá utilizar a opção “Salvar como”, e não a opção “Salvar”.
- c) campo “Empenhado”: como explicado no item 1.3.1, este campo é preenchido automaticamente pelo SIOP;
- d) campo “Liquidado”: idem ao item anterior; e
- e) campo “Pago”: idem ao item anterior.

#### 6.8.3.5 Seção “RAP Não Processado”:

- a) nesta Seção, o objeto do Acompanhamento Orçamentário serão as Metas Físicas não alcançadas em Exercícios Financeiros anteriores, isto é, deter-se-á naquelas Ações que tiveram alguma parcela de seus recursos orçamentários inscritos em Restos a Pagar (RAP) Não Processados e que

necessitam ser contabilizados no SIOP separadamente daqueles pertencentes a LOA do Exercício Financeiro corrente.

- b) para obter os valores atualizados da execução dos RAP Não Processado, o Agente Responsável deverá realizar pesquisa no Tesouro Gerencial, por meio de consulta padrão disponibilizada no seguinte caminho: “Relatórios Compartilhados” > “Consulta Gerenciais” > “Relatórios de Bancada dos Órgãos Superiores” > “52111 - Comando da Aeronáutica” > “EMAER” > “Quinta-Subchefia - 5SC\_5SC3” > “Acompanhamento Orçamentário - 2015” > “RAP Não Processados Ação\_PO - Acompanhamento Orçamentário - 2015”;
- c) em relação ao item de informação “Inscrito líquido” dos Restos a Pagar Não Processado (RPNP) previsto no SIOP, ele corresponde à soma do RPNP “Inscrito” mais “Reinscrito” deduzido pelos RPNP “Cancelado”. Portanto, ao gerar a consulta supracitada, o Agente Responsável ou Auxiliar deverá realizar o seguinte cálculo: (“Inscrito” + “Reinscrito”) - Cancelado = “Inscrito líquido”; e
- d) a definição e a manutenção da pasta “Acompanhamento Orçamentário - 2015” é de responsabilidade exclusiva da 5SC3-EMAER. Caso o usuário necessite efetuar qualquer alteração na consulta padronizada, deverá salvá-la em pasta própria, denominada “Meus Relatórios”. Para tanto, o usuário deverá utilizar a opção “Salvar como”, e não a opção “Salvar”.

#### **6.8.3.6 Subseção “Execução Física”:**

- a) campo “Realizado”: os recursos orçamentários de uma determinada Ação que não tenham sido totalmente liquidados no(s) Exercício(s) Financeiro(s) anterior(es), e que tenham sido inscritos em RAP Não Processados, implicarão o alcance dos resultados que ficaram pendentes no(s) Exercício(s) subsequente(s). Os produtos (bens ou serviços) obtidos com tais recursos orçamentários deverão ser inseridos neste campo de acordo com o período do Exercício Financeiro a que se refere a fase do PROACOR, sendo a primeira fase referente ao acumulado de janeiro a junho e a segunda ao acumulado de janeiro a dezembro. (MAO 2015, itens 2.21 a 2.24). Ressaltam-se ainda os seguintes aspectos:
  - considerando que cada LOA estabelece Metas Físicas vinculadas a seus recursos orçamentários próprios (Princípio da Anualidade), o Agente Responsável deverá considerar os produtos advindos do RAP Não Processado separadamente dos produtos gerados com os recursos contemplados na LOA do Exercício Financeiro avaliado, uma vez que estarão vinculados à Meta Física do Exercício Financeiro anterior, que não havia sido plenamente atingida;
  - o SIOP emitirá automaticamente um “alerta” nas situações em que a Meta Física realizada (campo “Realizado”) for igual a 0 (zero) e constem valores relativos à execução orçamentária (campo “Liquidado a Pagar”), ou quando ocorrer o inverso. Neste caso, quando não se tratar de erro de digitação a ser corrigido, o Agente Responsável pela Ação Orçamentária deverá ratificar os dados inseridos, relatando sua justificativa no campo “Análises do Acompanhamento Orçamentário”;

- b) com o objetivo de reforçar os procedimentos a serem observados pelos Agentes Responsáveis e de exemplificar possíveis conclusões advindas do preenchimento deste campo, apresenta-se um caso hipotético representado pela tabela abaixo, onde a Ação “X” gerou os seguintes produtos (em unidades) no período de 2012 a 2013:

**Tabela 2 - Descrição da execução orçamentária dos Restos a Pagar Não Processados (RAP N.P.)**

Lei Orçamentária Anual (LOA)		2013					2014				
		1ª Fase (Jan a Jun)		2ª Fase (Jan a Dez)			1ª Fase (Jan a Jun)		2ª Fase (Jan a Dez)		
		Prev.	Real.	Prev.	Real.	RAP N.P. 2013	Prev.	Real.	Prev.	Real.	RAP N. P. 2014
<b>LOA 2013</b>	<b>Meta Física (un)</b>	30	10	30	20	10	10*	05*	10*	10*	0
	<b>"Financeiro" ** (R\$)</b>	15.000	5.000	15.000	10.000	5.000	5.000	2.500	5.000	5.000	0
<b>LOA 2014</b>	<b>Meta Física (un)</b>	-	-	-	-	-	40	15	40	30	10
	<b>"Financeiro" ** (R\$)</b>	-	-	-	-	-	20.000	7.500	20.000	15.000	5.000

Notas: \*Os campos em cinza referem-se à parcela da Meta Física não alcançada da LOA 2013 e que foi atingida ao longo do Exercício Financeiro de 2014.

\*\* O campo “Financeiro” refere-se aos valores liquidados e não aos que foram empenhados.

As siglas da tabela significam: Prev. = Prevista e Real. = Realizada.

- a) com base na referida tabela pode-se concluir que:

- o Agente Responsável deve ter o cuidado de contabilizar o produto da Ação “X” relativo ao RAP Não Processado 2013 separadamente daquele que for obtido com os recursos orçamentários da LOA 2014, já que são recursos oriundos de Exercícios Financeiros distintos;
- a Meta Física atingida (realizada) em 2014 com recursos do RAP Não Processado 2013 (R\$ 5.000,00) foi de 10 unidades. Esta quantidade foi exatamente o limite (30-20) a ser lançado no SIOP, considerando-se um indicador de eficácia de 100%. Verifica-se, portanto, que a Meta Física, relativa à LOA 2013 e alcançada somente em 2014, foi considerada independentemente daquela que foi atingida nesta mesma Ação Orçamentária com os recursos orçamentários da LOA 2014;
- Por outro lado, a Meta Física a ser alcançada (prevista) com os recursos da LOA 2014 (R\$ 20.000,00) era de 40 unidades, contudo apenas 30 unidades foram produzidas, gerando novo RAP Não Processado para o Exercício Financeiro subsequente (no caso, de 2014), no valor de R\$ 5.000,00 (20.000 - 15.000), relativo às 10 unidades não produzidas em 2014. Importante salientar que, caso as 10 un relativas ao RAP Não Processado de 2013 e produzidas em 2014 (item ii acima), tivessem sido somadas às 30 un produzidas com os recursos orçamentários da LOA 2014 (10 + 30) e, ato contínuo, lançadas indevidamente no campo “Realizado”, tal fato poderia gerar distorções da realidade e levar um analista a concluir que a Meta Física da Ação (40 un) teria sido atingida;
- quando do registro das Metas Físicas alcançadas pela Ação “X” (campos “Realizado” da LOA + Créditos XXXX e do RAP Não Processado) no SIOP, as unidades produzidas com os recursos originados em cada

Exercício deverão ser lançadas separadamente. A não observância desta regra implicará a deturpação dos resultados que serão calculados pelo SIOP por meio dos Indicadores de “Eficiência” e “Eficácia”, uma vez que extrapolarão os padrões considerados normais pela SOF; e

- da mesma forma, quando do relato sobre a evolução da Ação “X” (campo “Análise do Localizador”) no SIOP, as quantidades produzidas relativas a cada Exercício Financeiro deverão ser comentadas separadamente, objetivando manter a consistência das informações prestadas.

- b) campo “Data da Apuração”: inserir a data de apuração da Meta Física realizada. A referida data deverá situar-se entre o dia da abertura do SIOP e a data limite para inserção de dados em cada fase (Janeiro a Junho ou Janeiro a Dezembro) do PROACOR, conforme cronograma divulgado pela SSC-EMAER.

#### **6.8.3.7** Seção “RAP Processado”

Todos os campos da seção “RAP Processado” são preenchidos automaticamente pelo SIOP.

#### **6.8.3.8** Seção “Análises do Localizador”

Nesta seção deverá ser analisada a evolução da execução da Ação, ou seja, o alcance efetivo dos produtos da Ação ao longo do período avaliado face o planejamento (o quê realizar e como) previamente estabelecido. Nesse sentido, o texto deverá ser descrito de modo a demonstrar a variação da Meta Física alcançada frente à liquidação da despesa ocorrida no período.

- a) campo “Adicionar análise”: o Agente Responsável deverá, obrigatoriamente, inserir uma análise versando sobre a evolução da execução orçamentária da Ação sob sua responsabilidade dentro do período considerado. (MAO 2015, item 5.3). Ressaltam-se ainda os seguintes aspectos:
  - o simples não preenchimento do referido campo provocará uma crítica do SIOP deixando a Ação pendente no Sistema;
  - caso a execução física efetivamente realizada não esteja em perfeita conformidade com o que foi programado, todos os fatores que vieram a dar causa a uma eventual incompatibilidade também devem ser descritos ao longo da análise apresentada. (MAO 2015, item 5.3);
  - as informações utilizadas para consubstanciar as análises efetuadas também serão submetidas aos Órgãos de Controle Interno (CGU) e Externo (TCU), o que tem ensejado a solicitação de informações complementares mais pormenorizadas aos respectivos Agentes Responsáveis. (MAO 2014, item 5.5).
- b) importante ressaltar que, para a consolidação e avaliação de todas as informações relativas a Ação, torna-se essencial a articulação entre o Agente Responsável pela Ação Orçamentária e os Agentes Responsáveis por PO que lhe estão vinculados, conforme estabelecido pela Portaria nº 939/GC4/2015. Embora a análise seja feita de forma global com foco na

Ação, o alcance de seus produtos (bens e serviços) necessariamente decorre dos resultados obtidos nos seus respectivos PO. Portanto, o Agente Responsável pela Ação deverá verificar se as informações relativas aos PO vinculados guardam coerência com a análise que se pretende registrar no SIOP. (MTO 2015, item 6.1.1).

**6.8.3.9** A análise em tela deverá ser redigida de forma objetiva (baseada nos fatos) e direta (sem rodeios), devendo obrigatoriamente abordar os seguintes tópicos (MAO 2014, item 5), se possível preservando esta mesma sequência na apresentação das ideias:

- a) síntese do planejamento adotado para a execução da Ação, ou seja, “o quê e como se pretende realizar” durante o ano com os recursos orçamentários recebidos. O Agente da Administração deverá sintetizar quais serão as principais ações ou atividades a serem implementadas para o alcance da Meta Física da Ação Orçamentária. Tais atividades planejadas deverão estar alinhadas com a Descrição da Ação Orçamentária, onde está expresso o “seu escopo, suas delimitações e o seu objetivo” (MTO 2015);
- b) metodologia de cálculo utilizada na apuração dos produtos (bens ou serviços) realizados no Exercício, ou seja, descrever o critério de captação e consolidação de informações utilizadas para mensuração do resultado da Meta Física da respectiva Ação Orçamentária. Para tanto, o Agente responsável deve manter controle sobre a execução dos recursos orçamentários da Ação que forem descentralizados a cada Organização Militar que esteja contribuindo para o alcance da Meta Física, de modo a acompanhar o que estão produzindo (bens ou serviços) e, principalmente, se o que está sendo gerado como resultado está convergindo para o objetivo estabelecido e expresso na Meta Física da Ação;
- c) descrever as principais realizações (iniciativas) que contribuíram diretamente para o alcance da meta física realizada (baseado na síntese do planejamento descrito, conforme item a). Tais realizações devem possuir relação direta com a execução orçamentária e guardar sintonia com a finalidade prevista na descrição da Ação;
- d) descrever os resultados alcançados, tendo por parâmetro a Meta Física estabelecida na LOA, demonstrando ainda a representatividade dos resultados da Ação em relação ao seu contexto, ou seja, se tais resultados estão convergindo para alcançar o objetivo (produto final) estabelecido com os recursos planejados.
- e) os fatores que dificultaram o alcance da Meta Física da Ação e/ou que vieram a contribuir, com especial ênfase naqueles que provocaram uma eventual reprogramação da Meta Física prevista da Ação (quando houver);
- f) as medidas que, embora não previstas no planejamento inicial (o “como” fazer), foram adotadas para o alcance efetivo da Meta Física prevista ou reprogramada, seja no enfrentamento de óbices a sua execução ou para otimizar sua eficiência ou eficácia;
- g) as principais consequências (físicas, financeiras, etc) para a execução da Ação advindas do não atingimento da Meta no período sob avaliação (1ª ou 2ª Fase), inclusive para o próximo período ou Exercícios Financeiros subsequentes;



- h) a evolução observada no alcance de produtos obtidos com os recursos orçamentários oriundos de RAP Não Processado deverá ser comentada separadamente da relativa aos produtos obtidos com os recursos do Exercício Financeiro sob avaliação, uma vez que se referem à(s) Meta(s) Física(s) relativas a Exercício(s) Financeiro(s) anterior(es);
- i) caso ocorra RAP Não Processado ao término do Exercício Financeiro, o relato sobre as expectativas para o Exercício Financeiro seguinte, relativas ao alcance do remanescente (produto ainda não obtido) da Meta Física prevista ou reprogramada; e
- j) informações adicionais julgadas relevantes.

#### **6.8.3.10** Seção “Comentário sobre Regionalização”

Esta Seção estará disponível para preenchimento naquelas Ações em que não foi possível definir a regionalização durante a fase da Proposta da Lei Orçamentária Anual (PLOA), motivo pelo qual sua definição somente poderá ser realizada ao longo da execução orçamentária.

- a) campo “Adicionar Comentário”: o Agente Responsável deverá inserir um comentário versando sobre a execução orçamentária da Ação sob sua responsabilidade em cada região do Território Nacional que tiver sido individualizada. (MAO 2015, item 2.15). Ressaltam-se ainda os seguintes aspectos:
  - o simples não preenchimento do referido campo provocará uma crítica do SIOP, emitindo um “Alerta” para a respectiva Ação Orçamentária;
  - o Agente Responsável deverá fornecer informações sobre a execução orçamentária da Ação (dados físicos, financeiros e RAP liquidados), bem como sobre a(s) região(ões) do Território Nacional onde ocorreu.

**6.8.3.11** Logo após concluir cada sessão de lançamento de dados e/ou informações sobre a Ação Orçamentária, o Agente Auxiliar, antes de sair do Sistema, deverá clicar na opção “Gravar”, localizada na parte superior da janela de trabalho.

### **6.9** ACOMPANHAMENTO DOS PLANOS ORÇAMENTÁRIOS DAS AÇÕES

**6.9.1** Apesar de existir uma quantidade reduzida de campos a serem preenchidos pelo Agente Responsável por PO no SIOP, deve-se ter em consideração que os dados e informações que neles forem lançados servirão de fonte formal de consulta para a consolidação de dados e informações e para a construção das análises a serem apresentadas pelo Agente Responsável pela Ação a qual o respectivo PO esteja vinculado.

**6.9.2** Assim sendo, o Agente Responsável por PO deverá providenciar a coleta e o processamento das informações e dos dados necessários e suficientes para o preenchimento dos campos disponibilizados pelo SIOP, observando as seguintes instruções:

#### **6.9.2.1** Seção “Acompanhamento de Plano Orçamentário”

##### **6.9.2.2** Subseção “Plano Orçamentário”:

- a) campo “Plano Orçamentário”: selecionar o código e respectivo título do PO;

- b) campo “Produto”: informação gerada automaticamente pelo SIOP; e
- c) campo “Unidade de Medida”: informação gerada automaticamente pelo SIOP.

#### 6.9.2.3 Subseção “Financeiro”

Os campos “Dotação Atual”, “Empenhado”, “Liquidado” e “Pago” são captados automaticamente do SIAFI. (MAO 2015, item 2.15).

#### 6.9.2.4 Subseção “Físico”:

Os Agentes Responsáveis deverão pautar-se por uma rigorosa metodologia de obtenção e consolidação das informações relativas aos produtos intermediários (bens e/ou serviços) gerados.

- a) campo “Meta”: este campo é preenchido automaticamente pelo SIOP e refere-se à Meta Física prevista para Exercício Financeiro;
- b) campo “Realizado”: inserir a quantidade de produto intermediário (bens ou serviços) alcançado pela Ação, conforme a fase do Exercício Financeiro a que se refere o Acompanhamento orçamentário, sendo a primeira fase relativa ao acumulado de janeiro a junho e a segunda relativa ao acumulado de janeiro a dezembro;
- c) ressalta-se ainda que nas situações em que a Meta Física realizada (campo “Realizado”) for igual a 0 (zero) e constem valores relativos à execução orçamentária (campo “Liquidado”), ou quando ocorrer o inverso, o Agente Responsável deverá ratificar os dados inseridos, relatando o motivo que justifica tal situação na Seção “Análise de PO” (Item 1.4.1 acima); e
- d) campo “Data da Apuração”: inserir a data de apuração da Meta Física realizada. A referida data deverá situar-se entre o dia da abertura do SIOP e a data limite para inserção de dados que são estabelecidas para cada fase (Janeiro a Junho ou Janeiro a Dezembro), conforme cronograma divulgado pela 5SC/EMAER.

#### 6.9.2.5 Subseção “Análise de PO”:

Nesta subseção deverá ser comentada a evolução da execução do PO, ou seja, o alcance efetivo dos produtos intermediários do PO ao longo do período avaliado face o planejamento (o quê realizar e como) previamente estabelecido.

- a) campo “Análise”: o Agente Responsável deverá inserir, no mínimo, um comentário versando sobre a evolução da execução orçamentária do PO sob sua responsabilidade dentro do período considerado. Ressalta-se ainda o seguinte aspecto:
  - caso a execução física efetivamente realizada não esteja em perfeita conformidade com o que foi programado, todos os fatores que vieram a dar causa a uma eventual i; e compatibilidade também devem ser relatados ao longo do comentário;
  - as informações utilizadas para consubstanciar os comentários efetuados também poderão ser examinadas pelos Órgãos de Controle Interno (CGU)

e Externo (TCU), o que poderá ensejar a solicitação de informações complementares mais pormenorizadas.

**6.9.2.6** De modo semelhante ao adotado no item 3.4.2 acima, o comentário em tela deverá ser redigido de forma objetiva e direta, devendo abordar os seguintes tópicos, se possível observando a mesma sequência na apresentação das ideias com os ajustes necessários para caracterizar o PO:

- a) síntese do planejamento adotado para a execução do PO, ou seja, o quê e como se pretende realizar durante o ano com os recursos orçamentários recebidos. O Agente da Administração deverá sintetizar quais serão as **principais** ações ou atividades a serem implementadas para o alcance da Meta Física do PO. Tais atividades planejadas deverão estar alinhadas com a Descrição da Ação Orçamentária onde está expresso o “seu escopo, suas delimitações e o seu objetivo” (MTO 2015), uma vez que o PO está vinculado à respectiva Ação;
- b) metodologia de cálculo utilizada na apuração dos produtos intermediários (bens ou serviços) realizados no Exercício, ou seja, descrever o critério de captação e consolidação de informações utilizadas para mensuração do resultado da Meta Física do PO. Para tanto, o Agente Responsável deve manter controle sobre a execução dos recursos orçamentários do PO que forem descentralizados a cada Organização Militar que esteja contribuindo para o alcance da Meta Física, de modo a acompanhar o que estão produzindo (bens ou serviços) e, principalmente, se o que está sendo gerado como resultado está convergindo para o objetivo estabelecido e expresso na Meta Física do PO;
- c) descrever as principais realizações que contribuíram diretamente para o alcance da meta física realizada (baseado na síntese do planejamento descrito, conforme item a acima). Tais realizações devem possuir relação direta com a execução orçamentária e guardar sintonia com a finalidade prevista na descrição da Ação a qual o PO está vinculado e com a caracterização do próprio PO;
- d) descrever os resultados alcançados, tendo por parâmetro a Meta Física estabelecida no planejamento, demonstrando ainda a representatividade dos resultados do Plano Orçamentário em relação ao seu contexto, ou seja, se tais resultados estão convergindo para o alcance do objetivo (produto final) estabelecido com os recursos planejados. O alinhamento dos resultados com a finalidade constante da descrição da Ação à qual o respectivo PO está vinculado, e com a caracterização do próprio PO, deve ser claro;
- e) os fatores que dificultaram o alcance da Meta Física do PO e/ou que vieram a contribuir, com especial ênfase naqueles que provocaram um eventual replanejamento da Meta Física prevista para o PO (quando houver);
- f) as medidas que, embora não previstas no planejamento inicial (“como”), foram adotadas para o alcance efetivo da Meta Física prevista ou reprogramada, seja no enfrentamento de óbices a sua execução ou para otimizar sua eficiência ou eficácia;
- g) as principais consequências (físicas, financeiras, etc.) para a execução do PO advindas do não atingimento da Meta no período sob avaliação (1ª ou 2ª

Fase), inclusive para o próximo período ou Exercícios Financeiros subsequentes;

- h) a evolução observada no alcance de produtos obtidos com os recursos orçamentários oriundos de RAP Não Processado deverá ser comentada separadamente da relativa aos produtos obtidos com os recursos do Exercício Financeiro sob avaliação, uma vez que se referem à(s) Meta(s) Física(s) relativa(s) ao(s) Exercício(s) Financeiro(s) anterior(es);
- i) caso ocorra RAP Não Processado ao término do Exercício Financeiro, o relato sobre as expectativas para o Exercício Financeiro seguinte, relativas ao alcance do remanescente (produto ainda não obtido) da Meta Física prevista ou reprogramada; e
- j) informações adicionais julgadas relevantes.

**6.9.2.7** Logo após concluir cada sessão de lançamento de dados e/ou informações sobre a Ação Orçamentária, o Agente Auxiliar, antes de sair do Sistema, deverá clicar na opção “Gravar”, localizada na parte superior da janela de trabalho.

## **6.10** TRAMITAÇÃO PARA O “MOMENTO” ÓRGÃO SETORIAL

**6.10.1** Os três “momentos” do PROACOR, no âmbito do SIOP, são: Unidade Orçamentária (UO), Órgão Setorial (OS) e Formalização. No COMAER, o PROACOR se desenvolve no momento UO, sendo encerrado com a “tramitação” de cada Ação Orçamentária (juntamente com seus respectivos PO) sob a responsabilidade do COMAER para o momento OS (no caso, representado pelo MD).

**6.10.2** Processamento da “Tramitação” das Ações Orçamentárias:

- a) a captação relativa à Análise das Ações da LOA, sob a responsabilidade do COMAER, ocorrida durante o momento UO, deverá ter sido concluída para que o Sistema permita sua tramitação ao momento seguinte;
- b) assim sendo, importante ressaltar que o não preenchimento do campo “Análise” da Ação será considerado como pendência pelo SIOP, impedindo sua tramitação para o momento seguinte;
- c) após o encerramento do período de “captação”, conforme programação do PROACOR estabelecida pelo EMAER, a partir do qual os Agentes Responsáveis não mais poderão efetuar lançamentos no SIOP, as ações sem pendência poderão ser marcadas para tramitação e enviadas ao momento OS;
- d) as Ações que apresentarem pendências devem primeiro ter a situação apontada pelo SIOP solucionada, de modo a permitir que se realize sua tramitação; e
- e) a tramitação das Ações sob a responsabilidade do COMAER será procedida pelo Agente da Administração designado pelo EMAER e possuidor, como usuário do SIOP, do papel Gestor ou Tramitador do Acompanhamento Orçamentário.

**6.10.3** Concluída a tramitação de cada Ação, o SIOP exibirá mensagem informando o envio com sucesso ou o motivo que impossibilitou a operação.

## **7 DISPOSIÇÕES FINAIS**

**7.1** Os casos não previstos deverão ser encaminhados, por meio de documento formal, via cadeia de comando, ao Exmo. Sr. Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica para apreciação.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília, DF, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, DF, 1964.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF, 2000.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015, DF, 2012.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.689, de 02 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 7.930, de 18 de fevereiro de 2013 (art. 7º, § 10) e pelo Decreto nº 8.056, de 25 de julho de 2013 (art. 5º, §§ 1º, 2º e 3º). Estabelece no âmbito do Poder Executivo federal, limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens. Brasília, DF, 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Manual Técnico de Orçamento - MTO. Versão 2016. Brasília: MP, 2015.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Orçamentário Federal. Manual do Usuário - Orientador do Acompanhamento Orçamentário. Versão 2015. Brasília: MP, 2015.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Orçamento Federal. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Guia de Monitoramento PPA 2012-2015: Módulo de Monitoramento Temático. Brasília: MP, 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. Portaria nº 3.771/MD, de 30 de novembro de 2011. Dispõe sobre as diretrizes para a aplicação de recursos públicos em solenidades, cerimoniais, homenagens, eventos comemorativos, recepções, troca de brindes e quaisquer outros do gênero por órgãos e unidades da administração central do Ministério da Defesa, Comandos das Forças Singulares e entidades vinculadas. Brasília, DF, 2011.

Comando da Aeronáutica. Portaria nº 714/GC3, de 29 de julho de 2009. Aprova a Diretriz que dispõe sobre a Sistemática de Planejamento Institucional da Aeronáutica - DCA 11-1. Brasília, DF, 2009.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 939/GC4, de 08 de julho de 2015. Dispõe sobre as competências dos Agentes da Administração responsáveis pelo Planejamento, Gestão e Monitoramento dos Indicadores, Objetivos, Metas e Empreendimentos Individualizados como Iniciativas constantes do Plano Plurianual (PPA), bem como pelo Planejamento, Gestão e Acompanhamento da execução orçamentária das Ações constantes da Lei Orçamentária Anual (LOA) e respectivos Planos Orçamentários, sob responsabilidade do COMAER. Brasília, DF, 2015.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 1587/GC3, de 21 de outubro de 2015. Dispõe sobre classificação e qualificação de Unidades do Comando da Aeronáutica. Brasília, DF, 2015.

## ANEXO A

### ESTRUTURA PROGRAMÁTICA

Informações extraídas do Cadastro de Ações utilizado para a elaboração do PLOA 2016

- Obs.: 1- os atributos contidos no presente Anexo poderão sofrer alterações pela criação/extinção de Planos Orçamentários (PO), ao longo de 2016, ou quando da revisão qualitativa do Cadastro de Ações para a elaboração do PLOA 2017; e
- 2- os cargos/funções dos Agentes da Administração responsáveis pela coordenação de Ações/PO, relacionados neste Anexo, poderão ser alterados em função de reedição da Portaria nº 939/GC4, de 08 de julho de 2015.

#### ● **PROGRAMA 0089 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO**

##### ■ **AÇÃO: 09.272.0089.0179.0001 - PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS (OPERAÇÃO ESPECIAL)**

**DESCRIÇÃO:** Pagamento de aposentadorias e pensões aos Militares das Forças Armadas, conforme as regras do regime previdenciário próprio.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Subdiretor de Pagamento de Pessoal (SDPP) da DIRINT.

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica.

**FONTE DE RECURSOS:** 100, 123 e 153.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3190.01	3190.03	3190.91
3190.92		

**ITEM DE MENSURAÇÃO:** Não especificado.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Não especificada.

**BASE LEGAL:** Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001.

##### ■ **AÇÃO: 09.272.0089.0181.0001 - PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS (OPERAÇÃO ESPECIAL)**

**DESCRIÇÃO:** Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis da União ou dos seus pensionistas.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Subdiretor de Pagamento de Pessoal (SDPP) da DIRINT (UO: 52111) e Presidente da CFIAer (UO: 52211).



**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111) e Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica (52211).

**FONTE DE RECURSOS:** 100 e 169.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3190.01      3190.03      3190.91  
3190.92

**ITEM DE MENSURAÇÃO:** Não especificado.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Não especificada.

**BASE LEGAL:** Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998.

● **PROGRAMA 0902 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO**

■ **AÇÃO: 05.482.0902.00JE.0001 - FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO PARA O PESSOAL DA AERONÁUTICA (OPERAÇÃO ESPECIAL)**

**DESCRIÇÃO:** Financiamento para a compra de imóvel, construção ou ampliação de imóvel, quitação de financiamento ou compra de terreno com simultânea construção. Concessão de empréstimo imobiliário para melhorar a condição residencial de beneficiário vivenciando, em sua moradia, situações de risco relacionadas à violência urbana ou ações da natureza (chuvas, enchentes, deslizamentos e outros). Concessão de empréstimo imobiliário para aquisição de material de construção, pequenos reparos, reforma ou legalização de imóvel ou ainda complementação de poupança necessária à aquisição de unidade residencial. Viabilizar ao pessoal da Aeronáutica, por meio de financiamento, a aquisição a reforma de moradias em níveis adequados a sua condição socioeconômica.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Presidente da CFIAer.

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Recursos sob Supervisão da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica (74205).

**FONTE DE RECURSOS:** 250 e 280.

**NATUREZA DA DESPESA:**

4590.62      4590.66

**ITEM DE MENSURAÇÃO:** Servidor beneficiado.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

**FORMA DE IMPLEMENTAÇÃO:** Linha de Crédito.

**DETALHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO:** Concessão de empréstimos e financiamentos imobiliários de acordo com as regras do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), Sistema Financeiro Imobiliário

(SFI) e normas internas sobre operações imobiliárias na Força Aérea Brasileira.

**BASE LEGAL:** Não especificada.

● **PROGRAMA 0905 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)**

■ **AÇÃO: 28.843.0905.0283.0001 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA (OPERAÇÃO ESPECIAL)**

**DESCRIÇÃO:** Pagamentos a título de amortização e encargos decorrentes de dívida contraída internamente por meio de contratos específicos. Fazer face às obrigações financeiras decorrentes de operações de crédito contratadas no país.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Presidente da CFIAer.

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica (52211).

**FONTE DE RECURSOS:** 100, 143 e 144.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3290.21	3290.22	4690.71
4690.77		

**ITEM DE MENSURAÇÃO:** Não especificado.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Não especificada.

**BASE LEGAL:** Não especificada.

● **PROGRAMA 0906 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)**

■ **AÇÃO: 28.844.0906.0284.0001 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL EXTERNA (OPERAÇÃO ESPECIAL)**

**DESCRIÇÃO:** Pagamento de amortização e encargos provenientes da contratação de dívida externa para o qual é feito o fechamento do câmbio, convertendo a moeda corrente vigente no Brasil na moeda estabelecida em contrato. Efetuar o pagamento de dívidas, por recebimento de créditos externos, mediante contrato.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Subsecretário de Contratos e Convênios (SUCONV) da SEFA.

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**FONTE DE RECURSOS:** 100, 143 e 144.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3290.21	3290.22	4690.71
4690.76	4690.77	

**ITEM DE MENSURAÇÃO:** Não especificado.**UNIDADE DE MEDIDA:** Não especificada.**BASE LEGAL:** Constituição Federal/1988, artigo 144.

● **PROGRAMA 0909 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS**

■ **AÇÃO: 09.274.0909.0536.0001 - BENEFÍCIOS E PENSÕES INDENIZATÓRIAS DECORRENTES DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL E/OU DECISÕES JUDICIAIS (OPERAÇÃO ESPECIAL)**

**DESCRIÇÃO:** Pagamento de pensões em decorrência de Legislação Especial ou de Sentenças Judiciais.**AGENTE RESPONSÁVEL:** Subdiretor de Pagamento de Pessoal (SDPP) da DIRINT.**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).**ITEM DE MENSURAÇÃO:** Não especificado.**UNIDADE DE MEDIDA:** Não especificada.**BASE LEGAL:** Lei nº 6.683, de 1979 (Anistiados), entre outras.**PLANO(S) ORÇAMENTÁRIO(S) DESTA AÇÃO:**

■ **PO 0001 - BENEFÍCIOS E PENSÕES INDENIZATÓRIAS DECORRENTES DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL E/OU DECISÕES JUDICIAIS (aglutinação das Ações 0A07, 0536 e 0716)**

**CARACTERIZAÇÃO:** Pagamento de pensões de caráter indenizatório em decorrência de Legislação Especial.**AGENTE RESPONSÁVEL:** Subdiretor de Pagamento de Pessoal (SDPP) da DIRINT.**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).**FONTE DE RECURSOS:** 100 e 151.**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.18	3390.59	3390.91
---------	---------	---------

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Não especificado.**UNIDADE DE MEDIDA:** Não especificada.

● **PROGRAMA 2055 - DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO**

◆ **AÇÃO: 05.303.2055.2522.0001 - PRODUÇÃO DE FÁRMACOS, MEDICAMENTOS E FITOTERÁPICOS (ATIVIDADE)**

**DESCRIÇÃO:** Produção e aquisição, distribuição e comercialização de medicamentos e insumos para os programas governamentais de assistência farmacêutica; aquisição de equipamentos e materiais de apoio; treinamento e capacitação técnica de pessoal; administração de importação (armazenagem, taxas, seguros, etc.); transporte, mobilização e acondicionamento de cargas; diárias e passagens; aquisição de materiais e contratação de serviços para a manutenção de depósitos, laboratórios e outros (instalações, equipamentos e materiais); aquisição de material de informática, de expediente e de escritório, com o objetivo de suprir a demanda de fármacos, medicamentos e fitoterápicos, possibilitando a regulação de preço, a qualidade dos produtos e a utilização desses produtos nos programas governamentais de assistência farmacêutica.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Diretor do Laboratório Químico-Farmacêutico da Aeronáutica (LAQFA).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Fundo Aeronáutico (52911).

**FONTE DE RECURSOS:** 250.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.30	3390.32	3390.36
3390.39	3391.47	4490.52

**PRODUTO:** Unidade farmacêutica produzida.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Milhar.

**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:** Não especificado.

**FORMA DE IMPLEMENTAÇÃO:** Direta.

**DETALHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO:** Aquisição de matéria prima, produção e comercialização de fármacos, mediante convênios/contratos celebrados com entidades públicas.

**BASE LEGAL:** Constituição Federal de 1988, Título VIII, Capítulo II, Seção II; e art. 142, Caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; e Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012.

● **PROGRAMA 2058 - POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA.**

▲ **AÇÃO: 05.151.2058.123B.0001 - DESENVOLVIMENTO DE CARGUEIRO TÁTICO MILITAR DE 10 A 20 TONELADAS (PROJETO KC-X) (PROJETO)**

**DESCRIÇÃO:** Desenvolvimento de Cargueiro Tático de 10 a 20 toneladas, em sua versão de reabastecedor aéreo (Projeto KC-X), por meio de atividades de pesquisa e desenvolvimento, formação e capacitação de recursos humanos dedicados a produtos de alta tecnologia, definição de requisitos operacionais, execução de ensaio e atuação em conjunto com as indústrias brasileiras da área de Defesa, a fim de suprir necessidades estratégicas e operacionais da Força Aérea Brasileira (FAB). Na sua versão civil, destina-se ao atendimento da necessidade de transporte de carga das empresas aéreas comerciais nacionais e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) na reformulação da Rede Postal Noturna (RPN). Tem por finalidade promover a capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial brasileira e aumentar a capacidade operacional da FAB em missões de transporte (tropa e carga) e de reabastecimento de voo.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (COPAC).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

4490.30      4490.39      4490.52

**PRODUTO:** Aeronave desenvolvida.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Percentual (%) de execução física.

**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:** Avião de transporte militar com capacidade de carga de 10 a 20 toneladas.

**FORMA DE IMPLEMENTAÇÃO:** Direta.

**DETALHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO:** Por meio de atividades de pesquisa e desenvolvimento, formação e capacitação de recursos humanos dedicados a produtos de alta tecnologia, geração de tecnologia de ponta, definição de requisitos operacionais, execução de atividades de ensaio e atuação em conjunto com as indústrias brasileiras da área de Defesa.

**BASE LEGAL:** Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999 e suas alterações; Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012; Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Diretriz do Comando da Aeronáutica nº 400-6/2007, aprovada pela Portaria nº 129/GC4, de 05 de março de 2007.

**▲ AÇÃO: 05.151.2058.14SZ.0001 - AQUISIÇÃO DE AERONAVES DE TRANSPORTE MILITAR E DE REABASTECIMENTO EM VOO - PROJETO KC-X2 (PROJETO)**

**DESCRIÇÃO:** Aquisição de duas aeronaves de transporte militar e de reabastecimento em voo, categoria pesada, apoio logístico inicial para os primeiros cinco anos, contratação de logística associada, treinamento de equipagens e demais serviços de engenharia e personalização, visando a dotar a Força Aérea Brasileira com aeronaves de transporte de carga e reabastecimento em voo a fim de ampliar a sua capacidade de execução de: missões de reabastecimento em voo de grande porte, missões de ajuda humanitária, nacionais e internacionais, missões de evacuação aeromédica, missões estratégicas de transporte de carga e de tropas, missões de longo curso de transporte de pessoal, missões que demandem raio de alcance global e missões que demandem grande capacidade de carga, dentre outras.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (COPAC).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

4490.30	4490.39	4490.52
---------	---------	---------

**PRODUTO:** Aeronave adquirida.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:** Aeronave pesada de carga e reabastecimento em voo.

**FORMA DE IMPLEMENTAÇÃO:** Direta.

**DETALHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO:** Contratação de empresa qualificada para o fornecimento de duas aeronaves pesadas de carga e reabastecimento em voo, baseadas em plataformas já desenvolvidas e customizadas conforme os requisitos técnicos, logísticos e industriais do Comando da Aeronáutica.

**BASE LEGAL:** Constituição Federal de 1988, art. 142; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008; Decreto nº 2.295, de 04 de agosto de 1997; DCA 400-6/2007, aprovada pela Portaria nº 129/GC4, de 05 de março de 2007; Portaria nº 764/MD, de 27 de dezembro de 2002 - “Política e Diretrizes de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica do Ministério da Defesa”; ICA 360-1 “Preceitos para a Negociação de Acordos de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica na Aeronáutica”, aprovada pela Portaria nº 1397/GC4, de 13 de dezembro de 2005; DCA 1-1/2005, aprovada pela Portaria nº 476/GC3, de 28 de abril de 2005; e Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012; Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012.

▲ **AÇÃO:** 05.151.2058.14T0.0001 - **AQUISIÇÃO DE AERONAVES DE CAÇA E SISTEMAS AFINS - PROJETO FX-2 (PROJETO)**

**DESCRIÇÃO:** Aquisição de 36 aeronaves de caça multiemprego; armamentos; simuladores de voo; logística inicial; transferência de tecnologia; serviços de suporte logístico contratado; serviços de integração de sistemas e armamentos, a fim de manter a capacidade da Força Aérea Brasileira de realizar suas missões constitucionais de defesa do espaço aéreo nacional.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (COPAC).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

4490.30      4490.39      4490.52

**PRODUTO:** Aeronave adquirida.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:** Aeronaves de caça multiemprego, incluindo: armamentos; simuladores de voo; logística inicial; transferência de tecnologia; serviços de suporte logístico contratado; serviços de integração de sistemas e armamentos.

**FORMA DE IMPLEMENTAÇÃO:** Direta.

**DETALHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO:** Abrir processo de seleção de fornecedores de aeronaves e sistemas afins; analisar ofertas dos fornecedores; selecionar e contratar fornecedor; treinar pessoal; elaborar e publicar diretriz de implantação.

**BASE LEGAL:** Caput, Art. 142, CF; Lei Complementar 97; Lei Complementar 117; Lei 11.653/2008; Decreto 6.601/2008; Decreto 6.703/2008; Diretriz do Comando da Aeronáutica nº 400-6/2007, aprovada pela Portaria nº 129/GC4, de 05 de março de 2007; Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012.

▲ **AÇÃO:** 05.151.2058.14T1.0001 - **AQUISIÇÃO DE AERONAVE DE TRANSPORTE - PROJETO VC-X2 (PROJETO)**

**DESCRIÇÃO:** Aquisição de uma aeronave de transporte especial, de categoria pesada, apoio logístico inicial para os primeiros cinco anos, contratação de logística associada, treinamento de equipagens e demais serviços de engenharia e personalização, visando dotar a Força Aérea Brasileira com uma aeronave de transporte especial para o uso pelo(a) Presidente(a) da República em viagens intercontinentais sem necessidade de pousos intermediários. A aeronave poderá, também, ser empregada em apoio às missões humanitárias e de transporte de tropas brasileiras a serviço da ONU.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (COPAC).



**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

4490.30      4490.39      4490.52

**PRODUTO:** Aeronave adquirida.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:** Aeronave pesada de transporte especial.

**FORMA DE IMPLEMENTAÇÃO:** Direta.

**DETALHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO:** Contratação de empresa qualificada para o fornecimento de uma aeronave pesada de transporte especial, baseada em plataformas já desenvolvidas e customizada conforme os requisitos técnicos, logísticos e industriais do Comando da Aeronáutica.

**BASE LEGAL:** CF 1988, art. 142; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008; Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012; Decreto nº 2.295, de 04 de agosto de 1997; DCA 400-6/2007, aprovada pela Portaria nº 129/GC4, de 05 de março de 2007; Portaria nº 764/MD, de 27 de dezembro de 2002 “Política e Diretrizes de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica do Ministério da Defesa”; e ICA 360-1 “Preceitos para a Negociação de Acordos de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica na Aeronáutica”, aprovada pela Portaria nº 1397/GC4, de 13 de dezembro de 2005.

▲ **AÇÃO:** 05.151.2058.14T2.0001 - **IMPLANTAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA DEFESA ANTIAÉREA NA FORÇA AÉREA BRASILEIRA (PROJETO)**

**DESCRIÇÃO:** Aquisição, implantação e adequação dos Sistemas de Artilharia Antiaérea de baixa e de média altura, que comporão o Sistema de Artilharia Antiaérea de Autodefesa da Força Aérea Brasileira com vistas à proteção das infraestruturas do Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (SISDABRA), dos meios da FAB em um Teatro de Operações (TO) e, quando julgado necessário, das infraestruturas estratégicas do País. Envolve aquisição e modernização de materiais, serviços, armamentos, munições, equipamentos, softwares e logística; construção de instalações; capacitação de recursos humanos; treinamento operacional; modernização de armamentos, munições, equipamentos e softwares; desenvolvimento de tecnologia nacional para futuras obtenções ou aquisições de novos sistemas e da, conseqüente manutenção.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Comandante do Núcleo de Brigada de Defesa Antiaérea (NuBDAAE).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.



**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.30	3390.36	3390.39
3391.47	4490.30	4490.39
4490.51	4490.52	

**PRODUTO:** Artilharia antiaérea implantada.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Percentual % de execução física.

**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:** Artilharia Antiaérea de Autodefesa de baixa e média altura implantado.

**FORMA DE IMPLEMENTAÇÃO:** Direta.

**DETALHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO:** Coordenação da execução dos projetos do PEMAER que contemplam a criação das unidades de artilharia antiaérea de autodefesa, por meio da dotação dos recursos materiais necessários ao funcionamento dos subsistemas antiaéreos conforme faseamento previsto pelo EMAER; e classificação e adestramento do pessoal necessário, possibilitando o aprestamento das unidades de artilharia antiaérea de autodefesa. É executado no âmbito do Comando da Aeronáutica e da Indústria Nacional de Defesa. Pode, ainda, basear-se na aquisição de Subsistemas já disponíveis no mercado.

**BASE LEGAL:** Constituição Federal de 1988, art 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012; Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações; Decreto 6.703, de 18 de dezembro de 2008; Diretriz do Comando da Aeronáutica nº 14-5; Diretriz do Comando da Aeronáutica nº 15-1; Plano do Comando da Aeronáutica nº 11-54; Diretriz do Comando da Aeronáutica nº 21-6; Diretriz do Comando da Aeronáutica nº 400-6/2007; Plano do Comando da Aeronáutica nº 55-20; Plano do Comando da Aeronáutica nº 355-1; Plano do Comando da Aeronáutica nº 400-82; Plano do Comando da Aeronáutica nº 400-83; Plano do Comando da Aeronáutica nº 400-84; Regulamento de Organização do Comando da Aeronáutica nº 21-86; Portaria nº 522/GC3, de 23 de agosto de 2012 - Criação e Ativação do Núcleo da Brigada de Artilharia Antiaérea de Autodefesa; Portaria nº R-725/GC3, de 06 de outubro de 2011 e suas alterações - Criação e Ativação do 1º Grupo de Artilharia Antiaérea de Autodefesa; Decreto nº 2.295, de 04 de agosto de 1997; Portaria nº 764/MD, de 27 de dezembro de 2002 - Política e Diretrizes de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica do Ministério da Defesa; e ICA 360-1 - Preceitos para a Negociação de Acordos de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica na Aeronáutica, aprovada pela Portaria 1397/GC4, de 13 de dezembro de 2005.

▲ **AÇÃO:** 05.151.2058.14T3.0001 - **DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE DEFESA AEROESPACIAL BRASILEIRO (SISDABRA) (PROJETO)**

**DESCRIÇÃO:** Implantação, de longo prazo, de subprogramas e de projetos de sistemas espaciais de defesa com uso compartilhado (duais, militares e civis) que tragam benefícios diretos e indiretos não apenas a todos os potenciais usuários do Ministério da Defesa, mas à sociedade civil brasileira, e permitam que as operações das Forças Armadas tenham o necessário suporte das aplicações espaciais de forma coordenada e integrada, visando a transformar o SISDABRA, por meio de um Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE), para dotá-lo de um complexo de monitoramento, incluindo veículos lançadores, satélites geoestacionários e de monitoramento, aviões de inteligência e respectivos aparatos de visualização e de comunicações, que estejam progressivamente sob o integral domínio nacional.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Chefe da Terceira Subchefia (3SC) do EMAER.

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

4490.30	4490.39	4490.52
---------	---------	---------

**PRODUTO:** Sistema desenvolvido.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:** Sistema de Defesa Aérea Brasileira - SISDABRA desenvolvido e modernizado.

**FORMA DE IMPLEMENTAÇÃO:** Direta.

**DETALHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO:** Baseada em projetos de aquisição, desenvolvimento e operação de sistemas espaciais, executados no âmbito do Comando da Aeronáutica. Pode, ainda, basear-se na aquisição de sistemas espaciais já disponíveis no mercado. Os sistemas espaciais serão constituídos pelo segmento orbital e pelo de infraestrutura.

**BASE LEGAL:** Constituição Federal de 1988, art 142, caput; Decreto 6.703, de 18 de dezembro de 2008; Decreto nº 2.295, de 04 de agosto de 1997; DCA 400-6/2007, aprovada pela Portaria nº 129/GC4, de 05 de março de 2007; Portaria nº 764/MD, de 27 de dezembro de 2002 “Política e Diretrizes de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica do Ministério da Defesa”; e ICA 360-1 “Preceitos para a Negociação de Acordos de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica na Aeronáutica”, aprovada pela Portaria nº 1397/GC4, de 13 de dezembro de 2005.; Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012; Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012.

▲ **AÇÃO:** 05.151.2058.14TH.0001 - **IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE SISTEMAS BÉLICOS E EQUIPAMENTOS (PROJETO)**

**DESCRIÇÃO:** Aquisição, implantação e adequação de novos sistemas bélicos para suprir a Força Aérea Brasileira de meios necessários para armazenar, recuperar, manipular, transitar e exibir, de forma segura, as informações sobre forças, plataformas, armamentos, sensores, sistemas e dispositivos empregados nas operações militares e meios necessários às ações ligadas à análise operacional do seu emprego e dos seus equipamentos e sistemas.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Vice-Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Fundo Aeronáutico (52911).

**PRODUTO:** Sistema adequado.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:** Sistemas Bélicos modernizados, operacionais e adequados necessários ao cumprimento da missão constitucional atribuída à Aeronáutica.

**FORMA DE IMPLEMENTAÇÃO:** Direta.

**DETALHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO:** Baseada em políticas específicas do Comando da Aeronáutica, as necessidades são consolidadas pelos órgãos responsáveis, que priorizam e realizam o atendimento, conforme a disponibilidade de recursos orçamentários.

**BASE LEGAL:** Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004 e Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012.

**PLANO(S) ORÇAMENTÁRIO(S) DESTA AÇÃO:**

▲ **PO 0001 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS BÉLICOS**

**CARACTERIZAÇÃO:** Aquisição, implantação e adequação de novos sistemas bélicos necessários ao cumprimento da missão constitucional atribuída à Aeronáutica. Dotar a FAB com sistemas bélicos, visando ao efetivo desempenho de sua missão operacional.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Diretor de Material Aeronáutico e Bélico (DIRMAB).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Fundo Aeronáutico (52911).

**FONTE DE RECURSOS:** 280.

**NATUREZA DA DESPESA:**

4490.30      4490.39      4490.52

**PRODUTO:** Sistema implantado.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Percentual (%) de execução física.

▲ **AÇÃO:** 05.151.2058.14VX.0031 - **IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE INSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO DA AERONÁUTICA - CIAAR EM LAGOA SANTA - MG (PROJETO)**

**DESCRIÇÃO:** Construção das instalações físicas, incluindo as obras civis, aquisição de equipamentos e mobiliário necessários ao pleno funcionamento do centro de ensino e instrução em Lagoa Santa - MG, visando dotar a Força Aérea Brasileira de unidade de ensino destinada à instrução e adaptação de seu efetivo.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Presidente da Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo (CISCEA).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

4490.51      4490.52

**PRODUTO:** Centro implantado.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Percentual (%) de execução física.

**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:** Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica - CIAAR.

**FORMA DE IMPLEMENTAÇÃO:** Direta.

**DETALHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO:** O CIAAR será construído com recursos do Orçamento Geral da União, sob orientação e supervisão do Estado-Maior da Aeronáutica, baseado em estudos e planejamento prévio por solicitação daquele órgão. A construção será implementada por meio de licitação e contratação de empresa de construção especializada.

**BASE LEGAL:** Caput, art. 143, CF; Lei Complementar nº 117; Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012.

▲ **AÇÃO:** 05.151.2058.14XJ.0001 - **AQUISIÇÃO DE CARGUEIRO TÁTICO MILITAR DE 10 A 20 TONELADAS (PROJETO)**

**DESCRIÇÃO:** Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 toneladas, nacional, a fim de suprir as necessidades estratégicas e operacionais da Força Aérea Brasileira, destacando-se as ações de transporte aéreo logístico em território nacional e/ou global (tropa e carga), reabastecimento em voo, evacuação aeromédica e combate a incêndio em voo, bem como a logística inicial associada à aeronave.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (COPAC).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

4490.30      4490.39      4490.52

**PRODUTO:** Aeronave adquirida.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:** Aeronave tipo cargueiro para a realização de missões de transporte aéreo logístico em território nacional e/ou global (tropa e carga), reabastecimento em voo, evacuação aeromédica e combate a incêndio em voo.

**FORMA DE IMPLEMENTAÇÃO:** Direta.

**DETALHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO:** Por meio de contratação da EMBRAER S/A, empresa desenvolvedora da aeronave.

**BASE LEGAL:** Caput, Art 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999 e suas alterações; Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012; Lei 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações; Diretriz do Comando da Aeronáutica (DCA 400-6/2007), aprovada pela Portaria nº 129/GC4, de 05 de março de 2007 e Plano Estratégico Militar da Aeronáutica 2010-2031 (PCA 11-47/2010), aprovado pela Portaria nº C-15/GC3, de 09 de setembro de 2010.

▲ **AÇÃO:** 05.151.2058.156K.0001 - **AQUISIÇÃO DE AERONAVES (PROJETO)**  
(antiga Ação 8969)

**DESCRIÇÃO:** Renovação, a atualização tecnológica e a ampliação da frota, a fim de recuperar e/ou manter a capacidade operacional da Força Aérea Brasileira e, assim, garantir os níveis indispensáveis de prontidão operacional e segurança das atividades de controle e defesa aérea, mediante a aquisição de aeronaves e da logística associada.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (COPAC).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

4490.30      4490.39      4490.52

**PRODUTO:** Aeronave militar adquirida.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:** Aeronaves com características militares para atender às necessidades da Aeronáutica relacionadas a transporte, defesa aérea, busca e salvamento, treinamento primário e avançado, entre outros.

**FORMA DE IMPLEMENTAÇÃO:** Direta.

**DETALHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO:** Por meio de celebração de contratos nacionais ou internacionais, conforme as previsões legais, podendo, inclusive, ocorrer a celebração de contrato de transferência de tecnologia (off set).

**BASE LEGAL:** Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012; Lei 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações e Decreto 6.703, de 18 de dezembro de 2008.

**PLANO(S) ORÇAMENTÁRIO(S) DESTA AÇÃO:**

**▲ PO 0002 - PROJETO H-X (CH-60) - BLACK HAWK**

**CARACTERIZAÇÃO:** Aquisição de 16 aeronaves H-60L BlackHawk / Log. Associada.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Diretor do Centro de Logística da Aeronáutica (CELOG).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

4490.30      4490.39      4490.52

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Aeronave adquirida.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

**▲ PO 0003 - PROJETO VANT - VEÍCULO AÉREO NÃO-TRIPULADO**

**CARACTERIZAÇÃO:** Aquisição de dois Sistemas VANT (Veículo Aéreo Não Tripulado).

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Diretor do Centro de Logística da Aeronáutica (CELOG).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

4490.30      4490.39      4490.52

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Aeronave adquirida.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

**▲ PO 0004 - PROJETO CL-X2**

**CARACTERIZAÇÃO:** Aquisição de aeronave do tipo CL-X2.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (COPAC).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

4490.30      4490.39      4490.52

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Aeronave adquirida.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

▲ **PO 0005 - PROJETO AH-2 - HELICÓPTEROS RUSSOS (MI-35)**

**CARACTERIZAÇÃO:** Aquisição de 12 helicópteros MI-35 (AH-X).

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Diretor do Centro de Logística da Aeronáutica (CELOG).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

4490.30      4490.39      4490.52

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Aeronave adquirida.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

▲ **PO 0006 - PROJETO VU-Y**

**CARACTERIZAÇÃO:** Jato Médio que substituirá o VU-35A (Lear Jet 35A), destinado, primeiramente, ao transporte das mais altas autoridades do Governo Brasileiro e de comitivas oficiais em território nacional e exterior. Secundariamente, será também utilizado como UTI aérea, cumprindo Ações de Misericórdia e de Evacuação Aeromédica.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (COPAC).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

4490.30      4490.39      4490.52

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Aeronave adquirida.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

▲ **AÇÃO: 05.151.2058.156L.0001 - OBTENÇÃO DOS MEIOS DA AERONÁUTICA (PROJETO) (antiga Ação 20XU)**

**DESCRIÇÃO:** Desenvolvimento de ações destinadas a suprir a Força Aérea Brasileira dos meios de apoio necessários ao exercício da atividade militar, envolvendo a aquisição e/ou modernização de materiais, equipamentos, viaturas e contratação de serviços para atendimento às diversas atividades e organizações militares.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Subdiretor de Patrimônio (SDP) da DIRENG.

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Fundo Aeronáutico (52911).

**FONTE DE RECURSOS:** 250.

**NATUREZA DA DESPESA:**

4490.52

**PRODUTO:** Meio militar disponibilizado.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:** Materiais, equipamentos, viaturas e contratação de serviços necessários ao desempenho da atividade militar.

**FORMA DE IMPLEMENTAÇÃO:** Direta.

**DETALHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO:** Por meio de realização de procedimentos licitatório para a aquisição dos meios ou contratação dos serviços necessários à obtenção.

**BASE LEGAL:** Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004 e Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012.

**PLANO(S) ORÇAMENTÁRIO(S) DESTA AÇÃO:**

**▲ PO 0001 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DE SUPERFÍCIE**

**CARACTERIZAÇÃO:** Aquisição de viaturas para atendimento às diversas atividades e organizações militares.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Subdiretor de Patrimônio (SDP) da DIRENG.

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Fundo Aeronáutico (52911).

**FONTE DE RECURSOS:** 250.

**NATUREZA DA DESPESA:**

4490.52

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Veículo adquirido.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

**◆ AÇÃO: 05.151.2058.2048.0001 - MANUTENÇÃO E SUPRIMENTO DE MATERIAL AERONÁUTICO (ATIVIDADE)**

**DESCRIÇÃO:** Aquisição de equipamentos, suprimentos e materiais de apoio; contratação de serviços de manutenção, armazenagem, embalagem e transporte de material aeronáutico e aeronaves; aquisição de publicações técnicas de aeronaves e equipamentos de aplicação aeronáutica, com a finalidade de suprir e manter a disponibilidade da frota de aeronaves da Força Aérea Brasileira.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Diretor de Material Aeronáutico e Bélico (DIRMAB).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111) e Fundo Aeronáutico (52911).

**FONTE DE RECURSOS:** 100 e 280.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.30      3390.39      4490.52

**PRODUTO:** Aeronave disponibilizada.



**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:** Aeronaves disponíveis para serem empregadas no adestramento e nas operações militares da Aeronáutica.

**FORMA DE IMPLEMENTAÇÃO:** Direta.

**DETALHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO:** Os recursos são aplicados na aquisição de itens (peças de aeronaves e de equipamentos de apoio em solo), de equipamentos e contratação de serviços de manutenção, tanto das aeronaves quanto dos equipamentos de apoio em solo, que não são realizados pelo pessoal da aeronáutica, visando a manter as aeronaves da FAB disponibilizadas.

**BASE LEGAL:** Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012; Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações.

**PLANO(S) ORÇAMENTÁRIO(S) DESTA AÇÃO:**

◆ **PO 0001 - UTILIZAÇÃO DE AERONAVES DE CAÇA PARA DEFESA AÉREA - GRIPEN C/D**

**CARACTERIZAÇÃO:** Custeio da utilização das aeronaves de caça Gripen C/D no cumprimento da missão de defesa aérea.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (COPAC).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111) e Fundo Aero-náutico (52911).

**FONTE DE RECURSOS:** 100 e 280.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.30      3390.39      4490.52

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Aeronave disponibilizada.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

◆ **AÇÃO: 05.151.2058.20IH.0001 - MODERNIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE AERONAVES E SISTEMAS EMBARCADOS (ATIVIDADE)**

**DESCRIÇÃO:** Modernização e adequação tecnológica e operacional das aeronaves e seus equipamentos embarcados, mediante a recuperação de sua capacidade original e/ou de sua ampliação, com vistas a manter a necessária operacionalidade da Força Aérea Brasileira, e promoção da execução de projetos e instalação de equipamentos atualizados e tecnologicamente compatíveis com as arenas de combate do presente, visando a garantir os níveis ideais de prontidão operativa, de segurança das atividades aéreas e do nivelamento tecnológico da frota nacional em relação ao cenário internacional.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (COPAC).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**PRODUTO:** Aeronave modernizada.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:** As aeronaves poderão receber modernização de substituição de aviônicos, softwares embarcados, integração de sistemas bélicos e de estrutura, individualmente ou em conjunto.

**FORMA DE IMPLEMENTAÇÃO:** Direta.

**DETALHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO:** A implementação se dará pela contratação de empresas nacionais ou internacionais, por meio de procedimento licitatório, quando couber, conforme as previsões da Lei 8.666/93. Também poderá ser por meio de execução direta dos Parques de Material Aeronáutico, caso haja a capacidade para a realização dos serviços.

**BASE LEGAL:** Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012 e Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações.

**PLANO(S) ORÇAMENTÁRIO(S) DESTA AÇÃO:**

◆ **PO 0001 - AERONAVE CAÇA DE INTERCEPTAÇÃO - PROJETO F-5**

**CARACTERIZAÇÃO:** Modernização e revitalização do F-5.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (COPAC).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

4490.30      4490.39      4490.52

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Aeronave modernizada.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

◆ **PO 0003 - AERONAVE DE PATRULHA MARÍTIMA - PROJETO P-3 BR**

**CARACTERIZAÇÃO:** Modernização e revitalização do P-3 BR.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (COPAC).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

4490.30      4490.39      4490.52

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Aeronave modernizada.**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.**◆ PO 0005 - AERONAVE MULTIMISSÃO - PROJETO C-95****CARACTERIZAÇÃO:** Modernização e revitalização do cargueiro C-95 (Bandeirante).**AGENTE RESPONSÁVEL:** Diretor de Material Aeronáutico e Bélico (DIRMAB).**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).**FONTE DE RECURSOS:** 100.**NATUREZA DA DESPESA:**

4490.30      4490.39      4490.52

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Aeronave modernizada.**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.**◆ PO 0006 - PROJETO LINK - BR-2****CARACTERIZAÇÃO:** Modernização das aeronaves da FAB com a implantação do Data Link BR-2.**AGENTE RESPONSÁVEL:** Presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (COPAC).**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).**FONTE DE RECURSOS:** 100.**NATUREZA DA DESPESA:**

4490.30      4490.39      4490.52

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Aeronave modernizada.**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.**◆ PO 0007 - HELICÓPTERO DE TREINAMENTO - PROJETO H-50****CARACTERIZAÇÃO:** Modernização e revitalização do helicóptero H-50.**AGENTE RESPONSÁVEL:** Diretor de Material Aeronáutico e Bélico (DIRMAB).**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).**FONTE DE RECURSOS:** 100.**NATUREZA DA DESPESA:**

4490.30      4490.39      4490.52

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Aeronave modernizada/revitalizada.**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

**◆ PO 0008 - PROJETO POD CME**

**CARACTERIZAÇÃO:** Modernização de aeronaves com a implantação de POD CME - Contra Medidas Eletrônicas.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Diretor de Material Aeronáutico e Bélico (DIRMAB).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

4490.30      4490.39      4490.52

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Aeronave modernizada.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

**◆ PO 0009 - PROJETO PMFFAB**

**CARACTERIZAÇÃO:** Modernização de aeronaves militares com a implantação de equipamentos de autoproteção.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Diretor de Material Aeronáutico e Bélico (DIRMAB).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

4490.30      4490.39      4490.52

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Aeronave modernizada.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

**◆ PO 000A - AERONAVE DE ALERTA E CONTROLE - PROJETO E-99M**

**CARACTERIZAÇÃO:** Modernização de aeronave de controle e alarme em vôo E-99.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (COPAC).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

4490.30      4490.39      4490.52

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Aeronave modernizada.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

◆ **PO 000B - AERONAVE DE TREINAMENTO - PROJETO T-27**

**CARACTERIZAÇÃO:** Modernização das aeronaves T-27 Tucano (aviônicos, sistemas embarcados, etc), utilizadas na formação inicial dos pilotos da Força Aérea Brasileira.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Diretor de Material Aeronáutico e Bélico (DIRMAB).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

4490.30      4490.39      4490.52

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Aeronave modernizada.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Percentual (%) de execução física.

◆ **AÇÃO: 05.151.2058.20S9.0001 - ADEQUAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES MILITARES DA AERONÁUTICA (ATIVIDADE)**

**DESCRIÇÃO:** Elaboração e execução de projetos voltados para adequação de instalações da Aeronáutica, envolvendo obras de ampliação, recuperação e pequenas construções em organizações militares existentes a fim de garantir infraestrutura adequada às atividades da Aeronáutica.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Chefe da Quarta Subchefia (4SC) do EMAER.

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111) e Fundo Aero-náutico (52911).

**PRODUTO:** Instalação militar adequada.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:** Instalações adequadas às necessidades operacionais.

**FORMA DE IMPLEMENTAÇÃO:** Direta.

**DETALHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO:** Baseada em projetos de engenharia executados no âmbito do Comando da Aeronáutica ou contratados, no todo ou em parte. As execuções são realizadas por meio de contratação de empresas, via procedimento licitatório.

**BASE LEGAL:** Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012 e Decreto 6.703, de 18 de dezembro de 2008.

**PLANO(S) ORÇAMENTÁRIO(S) DESTA AÇÃO:****◆ PO 0001 - INFRAESTRUTURA NA ÁREA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**CARACTERIZAÇÃO:** Elaboração e execução de projetos voltados para a construção e adequação de instalações militares e para a infraestrutura de ciência e tecnologia da Aeronáutica.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Chefe da Quarta Subchefia (4SC) do EMAER.

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111) e Fundo Aero-náutico (52911).

**FONTE DE RECURSOS:** 100 e 280.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.30	3390.39	4490.39
4490.51		

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Instalação militar adequada.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

**◆ PO 0002 - INFRAESTRUTURA NA ÁREA DE ENSINO**

**CARACTERIZAÇÃO:** Elaboração e execução de projetos voltados para a construção e adequação de instalações militares e para a infraestrutura de ensino da Aeronáutica.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Chefe da Quarta Subchefia (4SC) do EMAER.

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111) e Fundo Aero-náutico (52911).

**FONTE DE RECURSOS:** 100 e 280.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.30	3390.39	4490.39
4490.51		

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Instalação militar adequada.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

**◆ PO 0003 - INFRAESTRUTURA NA ÁREA DE COMANDO E ASSESSORAMENTO**

**CARACTERIZAÇÃO:** Elaboração e execução de projetos voltados para a construção e adequação de instalações militares e para a infraestrutura de comando e assessoramento da Aeronáutica.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Chefe da Quarta Subchefia (4SC) do EMAER.

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111) e Fundo Aero-náutico (52911).

**FONTE DE RECURSOS:** 100 e 280.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.30      3390.39      4490.39  
4490.51

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Instalação militar adequada.**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.**◆ PO 0004 - INFRAESTRUTURA NA ÁREA DE APOIO LOGÍSTICO****CARACTERIZAÇÃO:** Elaboração e execução de projetos voltados para a construção e adequação de instalações militares e para a infraestrutura de apoio logístico da Aeronáutica.**AGENTE RESPONSÁVEL:** Chefe da Quarta Subchefia (4SC) do EMAER.**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111) e Fundo Aeronáutico (52911).**FONTE DE RECURSOS:** 100 e 280.**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.30      3390.39      4490.39  
4490.51

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Instalação militar adequada.**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.**◆ PO 0005 - INFRAESTRUTURA NA ÁREA DE APOIO À GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS****CARACTERIZAÇÃO:** Elaboração e execução de projetos voltados para a construção e adequação de instalações militares e para a infraestrutura de apoio à gestão de recursos humanos da Aeronáutica.**AGENTE RESPONSÁVEL:** Chefe da Quarta Subchefia (4SC) do EMAER.**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111) e Fundo Aeronáutico (52911).**FONTE DE RECURSOS:** 100 e 280.**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.30      3390.39      4490.39  
4490.51

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Instalação militar adequada.**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

**◆ PO 0006 - INFRAESTRUTURA NA ÁREA DE OPERAÇÕES AÉREAS**

**CARACTERIZAÇÃO:** Elaboração e execução de projetos voltados para a construção e adequação de instalações militares e para a infraestrutura de operações aéreas da Aeronáutica.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Chefe da Quarta Subchefia (4SC) do EMAER.

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111) e Fundo Aero-náutico (52911).

**FONTE DE RECURSOS:** 100 e 280.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.30	3390.39	4490.39
4490.51		

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Instalação militar adequada.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

**◆ PO 0007 - INFRAESTRUTURA NA ÁREA DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO**

**CARACTERIZAÇÃO:** Elaboração e execução de projetos voltados para a construção e adequação de instalações militares e para a infraestrutura da Aeronáutica de controle do espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Chefe da Quarta Subchefia (4SC) do EMAER.

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111) e Fundo Aero-náutico (52911).

**FONTE DE RECURSOS:** 100 e 280.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.30	3390.39	4490.39
4490.51		

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Instalação militar adequada.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

**◆ AÇÃO: 05.151.2058.20SA.0001 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DOS SISTEMAS MILITARES DA AERONÁUTICA (ATIVIDADE)**

**DESCRIÇÃO:** Adequação, correção evolutiva e desativação de sistemas de tecnologia da informação (TI) relativos às áreas operacional, de logística, administrativa e de controle do espaço aéreo. Inclui aquisição de suprimentos, softwares, equipamentos de TI e periféricos; contratação de profissionais e/ou empresas para treinamento, aperfeiçoamento de pessoal, desenvolvimento de pesquisas, sistemas e projetos na área de telecomunicação e de informática; normalizações e fiscalizações necessárias aos projetos



em desenvolvimento e implantação; e contratação de especialistas do setor, cursos e demais serviços e materiais necessários ao atendimento das demandas existentes. A finalidade desses sistemas é proporcionar ao COMAER gerenciamento e controle adequado e tempestivo de suas atividades, sejam as operacionais ou administrativas.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Diretor de Tecnologia da Informação da Aeronáutica (DTI).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111) e Fundo Aero-náutico (52911).

**FONTE DE RECURSOS:** 100 e 280.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.30.xx	3390.35.xx	3390.36.xx	3390.37.xx
3390.39.xx	3391.47.xx	4490.30.xx	4490.35.xx
4490.36.xx	4490.37.xx	4490.39.xx	4490.52.xx

Obs.: as despesas deverão ser detalhadas até o nível de Subelemento de Despesa (Subitem), conforme discriminado no Anexo B.

**PRODUTO:** Sistema adequado.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:** Equipamentos e/ou softwares adequados.

**FORMA DE IMPLEMENTAÇÃO:** Direta.

**DETALHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO:** A implementação se dará diretamente pelos Centros de Computação da Aeronáutica, desenvolvendo sistemas; por meio da contratação de empresas e/ou técnicos especializados, utilizando-se procedimento licitatório ou contratação direta, quando for o caso, seja para o desenvolvimento, para a aquisição ou manutenção dos sistemas existentes.

**BASE LEGAL:** Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012 e Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações.

♦ **AÇÃO: 05.542.2058.20X4.0001 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - SIPAM (ATIVIDADE)**

**DESCRIÇÃO:** Funcionamento e manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), responsável pela produção e veiculação de informações técnicas pela proteção da Amazônia Legal, por meio da sinergia das ações de governo, da articulação, do planejamento, da integração de informações e da geração de conhecimento. Gera produtos e serviços de interesse estratégico das instituições governamentais e das comunidades amazônicas. Envolve, também o funcionamento do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), projeto elaborado

pelos órgãos de defesa do Brasil, com a finalidade de monitorar o espaço aéreo da Amazônia.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Vice-Diretor do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.30	3390.36	3390.39
3391.47	4490.51	4490.52

**PRODUTO:** Sistema mantido.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:** Nível de modernização e operacionalidade da infraestrutura do CENSIPAM disponibilizada aos órgãos parceiros do SIPAM.

**FORMA DE IMPLEMENTAÇÃO:** Direta.

**DETALHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO:** Baseada nos planos de Proteção da Amazônia, na política específica do Comando da Aeronáutica referentes ao Controle do Espaço Aéreo Brasileiro e nas disponibilidades financeiras e orçamentárias, a ação será implementada pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA.

**BASE LEGAL:** Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar Nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei nº 10683, de 28 de maio de 2003; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004 e Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012.

♦ **AÇÃO: 05.364.2058.20X8.0001 - GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO DO INSTITUTO TECNOLÓGICO DE AERONÁUTICA - ITA (ATIVIDADE)**

**DESCRIÇÃO:** Realização de cursos voltados ao ensino de engenharia em áreas de interesse do Comando da Aeronáutica, para formar engenheiros militares da ativa e da reserva; realização de cursos de pós-graduação nas diversas áreas de ensino relacionadas ao desenvolvimento de estudos, projetos e atividades de interesse do Setor Aeroespacial, para desenvolver habilidades e competências em oficiais, em particular da Aeronáutica e demais Forças Armadas e, em geral, de Civis para o desempenho de atividades de pesquisa, produção e desenvolvimento de projetos e de conhecimentos de interesse do Setor Aeroespacial.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**PRODUTO:** Aluno capacitado.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:** Alunos capacitados e aprovados nos cursos de graduação e pós-graduação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA.

**FORMA DE IMPLEMENTAÇÃO:** Direta.

**DETALHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO:** Realização de cursos de graduação e pós-graduação no Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA em áreas do interesse do COMAER. Os cursos são ministrados por docentes do próprio efetivo, complementado por palestrantes para as disciplinas específicas.

**BASE LEGAL:** Constituição Federal de 1988, art. 218; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012.

### **PLANO(S) ORÇAMENTÁRIO(S) DESTA AÇÃO:**

#### **◆ PO 0001 - CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**CARACTERIZAÇÃO:** Realização de cursos de pós-graduação nas diversas áreas de ensino relacionadas ao desenvolvimento de estudos, projetos e atividades de interesse do Setor Aeroespacial. Desenvolvimento de habilidades e competências em Oficiais da Aeronáutica, em particular, das Forças Armadas, em geral, e de Civis para o desempenho de atividades de pesquisa, produção e desenvolvimento de projetos e de conhecimentos de interesse do Setor Aeroespacial.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.14	3390.15	3390.30	3390.31
3390.33	3390.35	3390.36	3390.39
3390.93	3391.47	4490.52	

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Aluno capacitado.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

#### **◆ PO 0002 - CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA**

**CARACTERIZAÇÃO:** Realização de cursos voltados ao ensino de engenharia em áreas de interesse do Comando da Aeronáutica. Formação de Engenheiros militares da ativa e da reserva em áreas de interesse do Comando da Aeronáutica.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.14	3390.15	3390.30	3390.31
3390.33	3390.35	3390.36	3390.39
3390.93	3391.47	4490.52	

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Aluno capacitado.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

♦ **AÇÃO:** 05.128.2058.20X9.0001 - **CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DA AERONÁUTICA (ATIVIDADE)**

**DESCRIÇÃO:** Realização de cursos voltados à formação, à capacitação, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais, oficiais e civis, de nível superior nas áreas de interesse do Comando da Aeronáutica, visando ao desempenho de atividades operacionais e administrativas de liderança, comando, assessoramento, gerenciamento, chefia e direção dos diversos segmentos da Aeronáutica, bem como à formação, à capacitação, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais, Sargentos e civis, de nível médio nas áreas de interesse do Comando da Aeronáutica, visando ao desempenho de atividades operacionais, técnicas e administrativas dos diversos segmentos da Aeronáutica; promoção, dentro da política de educação continuada, da habilitação de profissionais para o exercício de funções de estado-maior, cargos de comando, direção e chefia e de assessoramento da alta administração militar, por meio de Cursos de Altos Estudos e de Política e Estratégia, para desenvolver habilidades e competências em oficiais das Forças Armadas e civis, para o desempenho de atividades na alta administração militar; realização de curso para formação básica militar e intelectual de recursos humanos, mediante o ensino preparatório para o ingresso na academia responsável pela formação de oficiais no âmbito de cada Força; e a realização de Cursos de Formação e de Especialização de cabos e soldados nas áreas de interesse do Comando da Aeronáutica, para o desempenho de atividades operacionais, técnicas, administrativas e de segurança e defesa dos diversos segmentos da Aeronáutica.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Vice-Diretor do Departamento de Ensino da Aeronáutica (DEPENS).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**PRODUTO:** Aluno capacitado.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:** Alunos capacitados por meio de cursos de formação básica e de aperfeiçoamento.

**FORMA DE IMPLEMENTAÇÃO:** Direta.

**DETALHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO:** A Ação será implementada pela Escola Preparatória de Cadetes do Ar, pela Academia da Força Aérea, pela Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, pela Escola de Especialistas de Aeronáutica, pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, pelo Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica, pelo Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica e pelos Comandos Aéreos Regionais. As atividades serão desempenhadas pelo pessoal das próprias instituições nominadas ou, quando for necessário, pela contratação de instituições específicas para tal.

**BASE LEGAL:** Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008.

**PLANO(S) ORÇAMENTÁRIO(S) DESTA AÇÃO:**

◆ **PO 0001 - ENSINO PREPARATÓRIO PARA FORMAÇÃO DE OFICIAIS**

**CARACTERIZAÇÃO:** Realização de curso para formação básica militar e intelectual de Recursos Humanos com destino à Academia da Força Aérea, que é a responsável pela formação de oficiais no âmbito do COMAER.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Comandante da Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.30	3390.31	3390.36
3390.39	3391.47	4490.52

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Aluno capacitado.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

◆ **PO 0002 - FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE CABOS E SOLDADOS**

**CARACTERIZAÇÃO:** Realização de Cursos de Formação e de Especialização de Cabos e Soldados nas áreas de interesse do Comando da Aeronáutica. Formação e especialização de Cabos e Soldados para o desempenho de atividades operacionais, técnicas, administrativas e de segurança e defesa dos diversos segmentos da Aeronáutica.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Chefe da Divisão de Apoio (DE-4) do DEPENDS.

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.30	3390.31	3390.36
3390.39	3391.47	4490.52

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Aluno capacitado.**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

◆ **PO 0003 - FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E ESPECIALIZAÇÃO DE OFICIAIS E CIVIS**

**CARACTERIZAÇÃO:** A realização de cursos voltados à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais de nível superior nas áreas de interesse do Comando da Aeronáutica, para o desempenho de atividades operacionais e administrativas de liderança, comando, assessoramento, gerenciamento, chefia e direção dos diversos segmentos da Aeronáutica.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Chefe da Divisão de Apoio (DE-4) do DEPEND.**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).**FONTE DE RECURSOS:** 100.**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.30	3390.31	3390.36
3390.39	3391.47	4490.52

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Aluno capacitado.**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

◆ **PO 0004 - CURSOS DE ALTOS ESTUDOS E DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA**

**CARACTERIZAÇÃO:** Promoção, dentro da política de educação continuada, da habilitação de profissionais para o exercício de funções de estado-maior, cargos de comando, direção e chefia e de assessoramento da alta administração militar e da Administração Pública. Desenvolvimento de habilidades e competências em Oficiais das Forças Armadas e civis para o desempenho de atividades na alta administração militar e pública.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR).**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).**FONTE DE RECURSOS:** 100.**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.30	3390.31	3390.36
3390.39	3391.47	4490.52

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Aluno capacitado.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

◆ **PO 0005 - FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E ESPECIALIZAÇÃO DE SARGENTOS E CIVIS**

**CARACTERIZAÇÃO:** A realização de cursos voltados à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais de nível médio nas áreas de interesse do Comando da Aeronáutica, para formar, aperfeiçoar e especializar Sargentos e Civis de nível médio para o desempenho de atividades operacionais, técnicas e administrativas dos diversos segmentos da Aeronáutica.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Comandante da Escola de Especialistas da Aeronáutica (EEAR).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.30	3390.31	3390.36
3390.39	3391.47	4490.52

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Aluno capacitado.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

◆ **PO 0006 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**CARACTERIZAÇÃO:** Realização de cursos de reciclagem e de atualização técnica, bem como visita técnica de especialistas brasileiros e estrangeiros com vistas ao desenvolvimento tecnológico no País e no exterior. Reciclar e atualizar os conhecimentos dos recursos humanos do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial - DCTA e das Organizações subordinadas.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Chefe do Subdepartamento de Administração (SDA) do DCTA.

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111) e Fundo Aero-náutico (52911).

**FONTE DE RECURSOS:** 100 e 280.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.14	3390.15	3390.20
3390.30	3390.33	3390.36
3390.39	3391.47	4490.52

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Profissional capacitado.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

◆ **PO 0007 - CAPACITAÇÃO DE ESPECIALISTAS DO SETOR ESPACIAL**

**CARACTERIZAÇÃO:** Manutenção de cursos e treinamentos para os profissionais que atuam na área espacial, visando o aprimoramento técnico necessário ao desenvolvimento das atividades de pesquisa e operação em lançamentos de engenhos. Prover os meios necessários para a capacitação de profissionais envolvidos em pesquisa e atividades de operação em lançamento de engenhos na área espacial.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Diretor do Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111) e Fundo Aero-náutico (52911).

**FONTE DE RECURSOS:** 100 e 280.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.14	3390.15	3390.30
3390.33	3390.36	3390.39
3391.47	4490.52	

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Servidor treinado.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

◆ **ACÇÃO: 05.151.2058.20XA.0001 - APRESTAMENTO DA AERONÁUTICA (ATIVIDADE)**

**DESCRIÇÃO:** Aquisição de materiais, serviços, equipamentos e logística associada à operação e manutenção dos estandes de tiro e campo de provas, visando prover a sua operação e manutenção, bem como manter as instalações com infraestrutura e segurança adequadas, o que permite o adestramento das tripulações das aeronaves e dos combatentes das unidades terrestres na utilização do armamento necessário ao cumprimento da destinação constitucional da Aeronáutica, e aumentar, sensivelmente, a eficácia operacional do Comando da Aeronáutica previsto em legislação, visando uniformizar a tropa e padronizar seu uso; Aquisição, manutenção e conservação de materiais, equipamentos e veículos específicos para salvamento, prevenção, proteção e apoio em combate a incêndio, manutenção e conservação das instalações de apoio e infraestrutura pertinentes, bem como o adestramento de pessoal para a execução da atividade, para garantir às Organizações Militares da Aeronáutica níveis adequados de segurança, de prevenção e de meios para o combate a incêndios; Aquisição de material de consumo e de equipamentos e contratação e execução de serviços para a manutenção preventiva e corretiva dos simuladores e dos equipamentos acessórios, com a finalidade de prover o apoio logístico em materiais e serviços de manutenção às Unidades Militares que operem simuladores e equipamentos associados; Aquisição de itens de suprimento e peças



de reposição e contratação de serviços necessários à manutenção do material de emprego militar, viaturas e reboques, material de engenharia, armamento e instrumentos de observação, direção e controle de tiro, incluindo o treinamento de pessoal, inerente à execução das atividades de manutenção acima descritas, para permitir que os diversos tipos de material de aplicação militar estejam em condições de serem utilizados pelas Organizações Militares, com segurança e funcionalidade ideais; Suprimento, estocagem, distribuição e manutenção de materiais e equipamentos médicos necessários à prestação de assistência à saúde, a fim de garantir a manutenção e o suprimento de materiais e equipamentos necessários ao atendimento médico-hospitalar, voltados à operacionalidade da Força Aérea; Continuidade das atividades de deslocamento de cargas e pessoas em atividades atinentes às áreas administrativa e operacional, para manter e suprir as referidas áreas de transporte logístico de superfície nas missões em que haja necessidade do uso de viaturas; e Aquisição, confecção, estocagem, distribuição, conservação e manutenção de equipamentos e materiais, bem como contratação de serviços, com a finalidade de suprir as Unidades Militares com o material de Intendência necessários ao seu funcionamento. Fomento e coordenação do complexo industrial aeroespacial brasileiro, abrangendo as empresas das áreas aeronáutica, espacial e de defesa, por meio de: transferência de tecnologias desenvolvidas nas Organizações Militares do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial; prestação de serviços tecnológicos especializados; certificação de produtos aeroespaciais e de infraestrutura aeroportuária; certificação de sistemas de gestão da qualidade, normalização e manutenção do sistema de metrologia aeroespacial e qualificação técnica de recursos humanos, visando contribuir para o desenvolvimento do complexo industrial aeroespacial brasileiro; Aquisição de materiais e contratação de serviços relativos à comunicação e eletrônica destinados ao uso em operações militares e segurança das instalações da Aeronáutica, visando à manutenção da capacidade de segurança e defesa terrestre. Aquisição de softwares, de equipamentos e suprimentos de material de tecnologia da informação, eletrônico, de telecomunicações e periférico, contratação de profissionais e/ou empresas para o treinamento e aperfeiçoamento do pessoal e o desenvolvimento de pesquisas, sistemas e projetos militares nas áreas de informática e telecomunicações, com foco na geração, tratamento e transmissão da informação. Manutenção e implantação dos meios necessários para armazenar, recuperar, manipular, transitar e exibir, de forma segura, as informações sobre os diversos fatores (forças, plataformas, armamentos, etc.) envolvidos nas operações militares, bem como para proceder à análise operacional voltada ao seu emprego, objetivando acelerar o tempo de resposta e o aumento do controle e da segurança e a instituição de conceitos, métodos, processos e procedimentos.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Vice-Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111) e Fundo Aero-náutico (52911).

**PRODUTO:** Organização militar mantida.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:** Organização Militar mantida.

**FORMA DE IMPLEMENTAÇÃO:** Direta.

**DETALHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO:** Baseado nas políticas específicas da Aeronáutica, os órgãos centrais de cada área de atuação do preparo e emprego da Força estabelecem as prioridades e atendem, dentro das disponibilidades orçamentárias, às demandas de cada Organização Militar.

**BASE LEGAL:** Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012; Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações; Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980.

**PLANO(S) ORÇAMENTÁRIO(S) DESTA AÇÃO:**

◆ **PO 0001 - CAMPO DE PROVAS E ESTANDES DE TIRO DE AVIAÇÃO**

**CARACTERIZAÇÃO:** Aquisição de materiais, serviços, equipamentos e logística associada, de modo a viabilizar a operação e a manutenção dos estandes de tiro e campo de provas pela Força Aérea Brasileira. Estas instalações possuem infraestrutura e segurança adequadas, o que permite o adestramento das tripulações das aeronaves e dos combatentes das unidades terrestres no emprego do armamento necessário ao cumprimento da destinação constitucional da Aeronáutica. Este treinamento aumenta, sensivelmente, a eficácia operacional do Comando da Aeronáutica previsto em legislação, visando uniformizar a tropa e padronizar seu emprego.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Chefe do Estado-Maior do Comando-Geral de Operações Aéreas (COMGAR).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111) e Fundo Aeronáutico (52911).

**FONTE DE RECURSOS:** 100 e 280.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.30      3390.39      4490.52

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Unidade mantida.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

◆ **PO 0002 - MATERIAL CONTRA INCÊNDIO**

**CARACTERIZAÇÃO:** Aquisição, manutenção e conservação de materiais, equipamentos e veículos específicos para salvamento, prevenção, proteção e apoio em combate a incêndio; manutenção e conservação das instalações de apoio e infraestrutura pertinentes, bem como o adestramento de pessoal para a execução da atividade de contra incêndio. Garantir às Organizações Militares da Aeronáutica níveis adequados de segurança, de prevenção e de meios para o combate a incêndios.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Diretor de Engenharia da Aeronáutica (DIRENG).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111) e Fundo Aeronáutico (52911).

**FONTE DE RECURSOS:** 100, 280 e 281.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.14	3390.15	3390.30
3390.33	3390.36	3390.39
3391.47	4490.39	4490.51
4490.52		

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Organização militar mantida.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

◆ **PO 0003 - SIMULADORES**

**CARACTERIZAÇÃO:** Aquisição de material de consumo e de equipamentos e contratação e execução de serviços para a manutenção preventiva e corretiva dos simuladores e dos equipamentos acessórios.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Diretor de Tecnologia da Informação da Aeronáutica (DTI).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111) e Fundo Aeronáutico (52911).

**FONTE DE RECURSOS:** 100 e 280.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.30	3390.39	4490.52
---------	---------	---------

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Simulador mantido.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

**◆ PO 0004 - MATERIAL BÉLICO**

**CARACTERIZAÇÃO:** Aquisição de itens de suprimento e peças de reposição e contratação de serviços necessários à manutenção do material de emprego militar - viaturas e reboques, material de engenharia, armamento e instrumentos de observação, direção e controle de tiro - incluindo o treinamento de pessoal, inerente à execução das atividades de manutenção acima descritas. Permitir que os diversos tipos de material de emprego militar estejam em condições de serem empregados pelas Organizações Militares, com segurança e funcionalidade ideais.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Diretor de Material Aeronáutico e Bélico (DIRMAB).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111) e Fundo Aero-náutico (52911).

**FONTE DE RECURSOS:** 100 e 280.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.30      3390.39      4490.52

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Material disponibilizado.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Percentual (%) de execução física.

**◆ PO 0005 - MATERIAL DE SAÚDE**

**CARACTERIZAÇÃO:** Suprimento, estocagem, distribuição e manutenção de materiais e equipamentos de emprego na área de saúde, necessários ao atendimento médico-hospitalar dos recursos humanos e voltados à operacionalidade da Força Aérea Brasileira.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Subdiretor de Aplicações dos Recursos para Assistência Médica Hospitalar (SARAM) da DIRSA.

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111) e Fundo Aero-náutico (52911).

**FONTE DE RECURSOS:** 100 e 280.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.30      3390.39      4490.52

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Organização militar mantida.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

**◆ PO 0006 - TRANSPORTE LOGÍSTICO DE SUPERFÍCIE**

**CARACTERIZAÇÃO:** Suporte às atividades de transporte logístico de superfície, envolvendo cargas e pessoas, atinentes às áreas administrativa, técnica e operacional do Comando da Aeronáutica, por meio da aquisição de materiais e equipamentos como também a contratação de serviços.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Diretor do Centro de Transporte Logístico da Aeronáutica (CTLA).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111) e Fundo Aeronáutico (52911).

**FONTE DE RECURSOS:** 100 e 280.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.30      3390.39      4490.52

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Carga transportada.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Toneladas por quilômetro útil.

**◆ PO 0007 - MATERIAL DE INTENDÊNCIA**

**CARACTERIZAÇÃO:** Aquisição, confecção, estocagem, distribuição, conservação e manutenção de equipamentos e materiais, contratação de serviços necessários para prestar apoio às atividades operacionais das Unidades Militares.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Subdiretor de Abastecimento (SDAB) da DIRINT.

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111) e Fundo Aeronáutico (52911).

**FONTE DE RECURSOS:** 100 e 280.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.30      3390.39      4490.52

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Organização militar mantida.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

**◆ PO 0008 - FARDAMENTO REEMBOLSÁVEL AOS MILITARES DA AERONÁUTICA**

**CARACTERIZAÇÃO:** Aquisição, confecção, estocagem, conservação e distribuição de itens de fardamento reembolsável, aí incluído o equipamento individual, destinado aos militares da Aeronáutica.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Subdiretor de Abastecimento (SDAB) da DIRINT.

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Fundo Aeronáutico (52911).

**FONTE DE RECURSOS:** 250.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.30      3390.39      4590.62

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Militar atendido.**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.◆ **PO 0009 - SUPORTE AO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL**

**CARACTERIZAÇÃO:** Fomento e coordenação do complexo industrial aeroespacial brasileiro, abrangendo as empresas das áreas aeronáutica, espacial e de defesa, por meio de: transferência de tecnologias desenvolvidas nas Organizações Militares do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial - DCTA; prestação de serviços tecnológicos especializados; certificação de produtos aeroespaciais e de infraestrutura aeroportuária; certificação de sistemas de gestão da qualidade, normalização e manutenção do sistema de metrologia aeroespacial e qualificação técnica de recursos humanos. Contribuir para o desenvolvimento do complexo industrial aeroespacial brasileiro.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Diretor do Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111) e Fundo Aero-náutico (52911).

**FONTE DE RECURSOS:** 100 e 280.

**NATUREZA DA DESPESA:**3390.30      3390.36      3390.39  
3391.47      4490.52**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Serviço Prestado.**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.◆ **PO 0010 - MODERNIZAÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO E ELETRÔNICA**

**CARACTERIZAÇÃO:** Suprimento de equipamentos de comunicação e eletrônica necessários ao desempenho operacional dos órgãos ligados às operações militares da Aeronáutica.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Diretor de Material Aeronáutico e Bélico (DIRMAB).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111) e Fundo Aero-náutico (52911).

**FONTE DE RECURSOS:** 100 e 280.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.30	3390.39	4490.30
4490.39	4490.52	

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Equipamento modernizado.**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.◆ **PO 0011 - TELEMÁTICA MILITAR**

**CARACTERIZAÇÃO:** Manutenção e adequação da telemática militar por meio da aquisição de softwares, de equipamentos e suprimentos de material de tecnologia da informação, eletrônico, de telecomunicações e periférico, contratação de profissionais e/ou empresas para o treinamento e aperfeiçoamento do pessoal e o desenvolvimento de pesquisas, sistemas e projetos militares nas áreas de informática e telecomunicações, com foco na geração, tratamento e transmissão da informação. Manutenção e adequação dos meios necessários para armazenar, recuperar, manipular, transitar e exibir, de forma segura, as informações sobre os diversos fatores (forças, plataformas, armamentos, etc.) envolvidos nas operações militares, bem como para proceder à análise operacional voltada ao seu emprego, objetivando acelerar o tempo de resposta e o aumento do controle e da segurança e a instituição de conceitos, métodos, processos e procedimentos.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Chefe da Subchefia de Apoio (SCAP) do COMGAR.**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111) e Fundo Aero-náutico (52911).**FONTE DE RECURSOS:** 100 e 280.**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.30	3390.39	4490.30
4490.39	4490.52	

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Sistema disponibilizado.**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.◆ **AÇÃO: 05.128.2058.20XB.0001 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NO SETOR AEROESPACIAL (ATIVIDADE)**

**DESCRIÇÃO:** Aquisição de equipamentos/materiais e contratação de serviços para investigar o comportamento dos principais parâmetros meteorológicos (vento, temperatura, precipitação, pressão, tempo presente, nebulosidade e umidade), observados nas regiões onde estão localizados os Centros de Lançamentos Brasileiros, a fim de executar pesquisas e estudos meteorológicos, no Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial - DCTA, com aplicação na área

espacial, visando aperfeiçoar os conhecimentos científicos sobre a atmosfera das regiões dos Centros de Lançamentos; Garantia do pleno funcionamento dos órgãos que promovem a pesquisa e o desenvolvimento no escopo aeroespacial, dando especial ênfase aos projetos e atividades de pesquisas suportados com recursos orçamentários, juntamente com a qualificação profissional dos técnicos nas áreas de ciência e tecnologia e da gestão em pesquisa e desenvolvimento, bem como a continuidade do fluxo financeiro aos projetos e atividades de pesquisa enquadrados no Plano Setorial do DCTA, a fim de ampliar e gerenciar o conhecimento adquirido por meio das pesquisas básicas e aplicadas e do desenvolvimento de tecnologias, bem como manter e adequar à infraestrutura física dos órgãos que promovem a pesquisa e o desenvolvimento no escopo aeroespacial nas unidades subordinadas ao DCTA, em São José dos Campos; Execução de pesquisas básicas, pesquisas aplicadas e desenvolvimento de sistemas, subsistemas e componentes nas áreas Aeroespacial e de Defesa de interesse das Forças Armadas, da Aeronáutica em particular, visando desenvolver projetos na área de Tecnologia Aeroespacial e de Defesa, a fim de dotar a Força Aérea Brasileira de equipamentos específicos às suas missões e diminuir a dependência externa brasileira em Sistemas de Alta Tecnologia ampliando, concomitantemente, a participação do Parque Industrial Nacional nestes projetos específicos.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Vice-Diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111) e Fundo Aero-náutico (52911).

**PRODUTO:** Setor aeroespacial adequado.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:** Pesquisas, projetos, sistemas e capacitação no setor aeroespacial adequados.

**FORMA DE IMPLEMENTAÇÃO:** Direta.

**DETALHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO:** Pela contratação de empresas ou pessoal técnico via procedimento licitatório ou, quando couber, por outras formas de contratação previstas em lei. Também por meio do pessoal civil e militar da Aeronáutica ou de outras áreas do Serviço Público que detenham a competência necessária para a execução das atividades pertinentes ao Setor Aeroespacial.

**BASE LEGAL:** Constituição Federal de 1988, caput, art. 142 e 218; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012; Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações; Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; Decreto 7.974, de 1º de abril de 2013 e Portaria nº 435/96, Portaria MCT nº 17, de 19 de janeiro de 2000.



**PLANO(S) ORÇAMENTÁRIO(S) DESTA AÇÃO:****◆ PO 0003 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DA METEOROLOGIA AEROESPACIAL**

**CARACTERIZAÇÃO:** Aquisição de equipamentos/materiais e contratação de serviços para investigar o comportamento dos principais parâmetros meteorológicos (vento, temperatura, precipitação, pressão, tempo presente, nebulosidade e umidade), observados nas regiões onde estão localizados os Centros de Lançamentos Brasileiros. Desenvolvimento de pesquisas e estudos meteorológicos no Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial - DCTA, com aplicação na área espacial, com vistas a aperfeiçoar os conhecimentos científicos sobre a atmosfera das regiões dos Centros de Lançamentos.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Diretor do Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111) e Fundo Aero-náutico (52911).

**FONTE DE RECURSOS:** 100 e 280.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.14	3390.15	3390.30
3390.33	3390.36	3390.39
3391.47	4490.52	

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Pesquisa realizada.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

**◆ PO 0005 - DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE SISTEMAS BÉ-LICOS E ASSOCIADOS**

**CARACTERIZAÇÃO:** Execução de pesquisas básicas, pesquisas aplicadas e desenvolvimento de sistemas, subsistemas e componentes nas áreas Aeroespacial e de Defesa de interesse das Forças Armadas e da Aeronáutica em particular. Desenvolvimento de projetos na área de Tecnologia Aeroespacial e de Defesa, a fim de dotar a Força Aérea Brasileira de equipamentos específicos às suas missões e diminuir a dependência externa brasileira em Sistemas de Alta Tecnologia ampliando, concomitantemente, a participação do Parque Industrial Nacional nestes projetos específicos.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Chefe do Subdepartamento Técnico (SDT) do DCTA.

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111) e Fundo Aero-náutico (52911).

**FONTE DE RECURSOS:** 100 e 280.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.18	3390.20	3390.30	3390.35
3390.36	3390.39	3391.47	4490.30
4490.39	4490.52		

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Projeto desenvolvido.**UNIDADE DE MEDIDA:** Percentual (%) de execução física.

◆ **PO 0006 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO AERO-ESPACIAL NO CENTRO TÉCNICO AEROESPACIAL**

**CARACTERIZAÇÃO:** Garantia do pleno funcionamento dos órgãos que promovem a pesquisa e o desenvolvimento no escopo aeroespacial, dando especial ênfase aos projetos e atividades de pesquisas suportados com recursos orçamentários, juntamente com a qualificação profissional dos técnicos nas áreas de ciência e tecnologia e da gestão em pesquisa e desenvolvimento, bem como a continuidade do fluxo financeiro aos projetos e atividades de pesquisa enquadrados no Plano Setorial do CTA. Ampliação e gerenciamento do conhecimento adquirido por meio das pesquisas básicas e aplicadas e do desenvolvimento de tecnologias, bem como manter e adequar a infraestrutura física dos órgãos que promovem a pesquisa e o desenvolvimento no escopo aeroespacial nas unidades subordinadas ao CTA, em São José dos Campos.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Chefe do Subdepartamento Técnico (SDT) do DCTA.**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111) e Fundo Aero-náutico (52911).**FONTE DE RECURSOS:** 100 e 280.**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.30	3390.35	3390.36
3390.39	3391.47	4490.52

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Evento registrado.**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

◆ **PO 0007 - DESENVOLVIMENTO DE AERONAVES REMOTAMENTE PILOTADAS - PROJETO ARP - CATEGORIA 3 (RECONHECIMENTO AÉREO)**

**CARACTERIZAÇÃO:** Desenvolvimento de Aeronaves Remotamente Pilotadas para a realização de missões de reconhecimento aéreo.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (COPAC).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111) e Fundo Aero-náutico (52911).

**FONTE DE RECURSOS:** 100 e 280.

**NATUREZA DA DESPESA:**

4490.30      4490.39      4490.52

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Aeronave desenvolvida.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Percentual (%) de execução física.

◆ **AÇÃO:** 05.244.2058.20XD.0001 - APOIO DAS FORÇAS ARMADAS À POPULAÇÃO (ATIVIDADE)

**DESCRIÇÃO:** Aquisição de equipamentos médico-hospitalares-odontológicos, gêneros alimentícios, dentre outros, e prestação de serviços de assistência e de cunho social a população situada em áreas isoladas, especialmente na Região Norte, visando possibilitar que as comunidades que se encontram em localidade de difícil acesso sejam assistidas com o devido atendimento médico, social e humano.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Chefe da Quarta Subchefia (4SC) do EMAER.

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**PRODUTO:** Pessoa assistida.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:** Custeio de Insumos e equipamentos para as Equipes de Saúde da Aeronáutica, visando à realização de pequenos procedimentos clínicos profiláticos e restauradores, bem como para o trabalho de promoção da saúde junto às comunidades. Apoiar Órgãos Federais, Estaduais e Municipais na tarefa de prover materiais de distribuição gratuita (medicamentos, merenda escolar, material escolar e material de higiene bucal) àquelas localidades em áreas de difícil acesso; Acompanhamento, tratamento e prevenção de doenças endêmicas características da Região Norte, incluindo apoio às diversas campanhas de vacinação; Promover campanhas de educação em higiene e saneamento básico, e aquisição dos materiais inerentes; Apoio às missões de transporte aéreo de enfermos, incluindo aquisição de equipamentos inerentes a serem instalados nas aeronaves; Prover insumos e implementos agrícolas, visando à autossuficiência das comunidades; Implementar/manter meios de comunicação por radiofonia, ou inclusão digital, além de geração de energia, visando inclusão e integração social; e Aquisição de equipamentos de apoio às operações aéreas nas pistas das localidades em áreas de difícil acesso da Região Norte, bem como para a manutenção das mesmas.

**FORMA DE IMPLEMENTAÇÃO:** Direta.

**DETALHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO:** Custeio de Insumos e equipamentos para as Equipes de Saúde da Aeronáutica, visando à

realização de pequenos procedimentos clínicos profiláticos e restauradores, bem como para o trabalho de promoção da saúde junto às comunidades. Apoiar Órgãos Federais, Estaduais e Municipais na tarefa de prover materiais de distribuição gratuita (medicamentos, merenda escolar, material escolar e material de higiene bucal) àquelas localidades em áreas de difícil acesso. Acompanhamento, tratamento e prevenção de doenças endêmicas características da Região Norte, incluindo apoio às diversas campanhas de vacinação. Promover campanhas de educação em higiene e saneamento básico, e aquisição dos materiais inerentes. Apoio às missões de transporte aéreo de enfermos, incluindo aquisição de equipamentos inerentes a serem instalados nas aeronaves. Prover insumos e implementos agrícolas, visando à autossuficiência das comunidades. Implementar/manter meios de comunicação por radiofonia, ou inclusão digital, além de geração de energia, visando inclusão e integração social. Aquisição de equipamentos de apoio às operações aéreas nas pistas das localidades em áreas de difícil acesso da Região Norte, bem como para a manutenção das mesmas.

**BASE LEGAL:** Caput, art 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999 e suas alterações; Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980; e Decreto nº 5.201, de 02 de setembro de 2004 e Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012.

**PLANO(S) ORÇAMENTÁRIO(S) DESTA AÇÃO:**

◆ **PO 0001 - AMPARO À POPULAÇÃO INDÍGENA EM ÁREAS ISOLADAS**

**CARACTERIZAÇÃO:** Aquisição de equipamentos médico-hospitalares-odontológicos, gêneros alimentícios, dentre outros, e prestação de serviços de assistência e de cunho social a indígenas situados em áreas isoladas, especialmente na Região Norte. Possibilitar que a comunidade indígena que se encontra em localidade de difícil acesso seja assistida com o devido atendimento médico, social e humano.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Chefe da Quarta Subchefia (4SC) do EMAER.

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.14	3390.15	3390.30
3390.33	3390.39	4490.52

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Pessoa assistida.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

♦ **AÇÃO: 05.151.2058.20XV.0001 - OPERAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO - SISCEAB (ATIVIDADE)**

**DESCRIÇÃO:** Aquisição de suprimentos, softwares, equipamentos e periféricos; contratação de profissionais e/ou empresas necessários à operação e manutenção dos equipamentos, dos auxílios, dos sistemas e das instalações vinculados ao Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB, tais como auxílios à navegação aérea, suporte à navegação e rota, à aproximação para pouso e decolagem de aeronaves; prestação de serviços de informações aeronáuticas, meteorologia aeronáutica, vigilância e controle radar do espaço aéreo brasileiro, telecomunicações do Comando da Aeronáutica, e de manutenção das instalações prediais e de infraestrutura; conservação de bens imóveis; serviços de transporte; serviços administrativos gerais; assessoria técnica especializada; manutenção, aquisição, modernização e revitalização de aeronaves, bem como dos sistemas aeroembarcados, que cumprem missões em benefício do SISCEAB; elaboração, atualização e distribuição periódica de cartas de navegação aeronáutica; operação e manutenção de Sistemas e Instalações de Busca e Salvamento; formação, pós-formação e atualização de recursos humanos; e demais serviços e materiais imprescindíveis ao funcionamento da presente ação, a fim de adequar os sistemas de controle do tráfego aéreo, de modo a atender à crescente demanda desse setor por maior segurança de voo, bem como garantir a sua participação no crescimento da economia nacional, pela adequação do parque tecnológico e da capacidade dos equipamentos de monitoramento do espaço aéreo brasileiro, complementares às necessidades surgidas do desenvolvimento e modernização da infraestrutura aeroportuária, ampliada pela implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que contempla diversos aeroportos brasileiros. Implementação de órgãos técnicos e operacionais, equipamentos e sistemas de vigilância do espaço aéreo, de comunicação, de meteorologia, de informações aeronáuticas, de busca e salvamento e de auxílios à navegação aérea, incluindo o fornecimento dos meios de apoio ao pessoal engajado no controle do espaço aéreo, em consonância com o Plano de Desenvolvimento do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (PDSCEA), a fim de possibilitar os meios necessários ao aprimoramento da infraestrutura de apoio à navegação aérea e às atividades de controle do espaço aéreo, visando à circulação segura e eficiente do tráfego aéreo no espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil. A implementação da ação também busca promover a adequação e modernização do parque e aparato tecnológicos utilizados para o gerenciamento e monitoração do espaço aéreo brasileiro, a fim de adequar os sistemas de controle do tráfego aéreo, de modo a atender à crescente demanda desse setor por maior segurança de voo.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Vice-Diretor do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Fundo Aeronáutico (52911).

**PRODUTO:** Sistema mantido.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:** Funcionamento dos Sistemas de Vigilância, de Telecomunicações, de Busca e Salvamento, de Informações Aeronáuticas, de Apoio à Navegação Aérea e às atividades de Controle do Espaço Aéreo, e de Cartografia Aeronáutica operando com regularidade e permanentemente, 24 horas por dia.

**FORMA DE IMPLEMENTAÇÃO:** Direta.

**DETALHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO:** Baseada nas Políticas e Estratégias do Comando da Aeronáutica referentes ao Controle do Espaço Aéreo Brasileiro e nas disponibilidades orçamentária e financeira, a Ação será implementada pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA).

**BASE LEGAL:** Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei 7.565, de 19 de dezembro de 1986 e suas alterações; Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012; Lei 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações e Decreto 6.703, de 18 de dezembro de 2008; Decreto nº 6.834, de 2009 e suas alterações; Decreto 7.974, de 1º de abril de 2013.

**PLANO(S) ORÇAMENTÁRIO(S) DESTA AÇÃO:**

◆ **PO 0002 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DO CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO**

**CARACTERIZAÇÃO:** Aquisição de suprimentos, softwares, equipamentos, periféricos, contratação de profissionais e/ou empresas necessários à operação e manutenção de equipamentos, dos auxílios, dos sistemas e das instalações vinculados ao Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB, tais como: auxílios à navegação aérea, suporte à navegação e rota, à aproximação para pouso e decolagem de aeronaves; serviços de informações aeronáuticas; meteorologia aeronáutica; vigilância e controle radar do espaço aéreo brasileiro; telecomunicações do Comando da Aeronáutica; manutenção das instalações prediais e de infraestrutura; conservação de bens imóveis; serviços de transporte; serviços administrativos gerais; assessoria técnica especializada; manutenção de aeronaves que cumprem missões em benefício do programa; elaboração, atualização e distribuição periódica de cartas de navegação aeronáutica; operação e manutenção de Sistemas e Instalações de Busca e Salvamento; formação, pós-formação e atualização de recursos humanos; e demais

serviços e materiais imprescindíveis ao funcionamento da presente ação.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Chefe do Subdepartamento de Administração (SDAD) do DECEA.

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Fundo Aeronáutico (52911).

**FONTE DE RECURSOS:** 250 e 281.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.14	3390.15	3390.30	3390.33
3390.35	3390.36	3390.39	3391.39
3391.47	4490.51	4490.52	

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Sistema mantido.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

◆ **PO 0003 - DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO - SISCEAB.**

**CARACTERIZAÇÃO:** Implantação de unidades voltadas à operação e ao aperfeiçoamento do Sistema de Controle do Espaço Aéreo; aquisição e implementação de equipamentos e sistemas de vigilância do espaço aéreo, de comunicação, de meteorologia, de informações aeronáuticas, de busca e salvamento e de auxílios à navegação aérea, incluindo o fornecimento dos meios de apoio ao pessoal engajado no controle do espaço aéreo, em consonância com o Plano de Desenvolvimento do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (PDSCEA). Possibilitar os meios necessários ao aprimoramento da infraestrutura de apoio à navegação aérea e às atividades de controle do espaço aéreo, visando à circulação segura e eficiente do tráfego aéreo no espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Presidente da Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo (CISCEA).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Fundo Aeronáutico (52911).

**FONTE DE RECURSOS:** 250.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3350.41	3390.14	3390.15	3390.30
3390.33	3390.35	3390.36	3390.39
3391.39	3391.47	4450.41	4490.30
4490.39	4590.51	4490.52	4590.61

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Sistema desenvolvido.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Percentual (%) de execução física.



◆ **PO 0004 - AQUISIÇÃO DE AERONAVES LABORATÓRIO DE INSPEÇÃO EM VOO**

**CARACTERIZAÇÃO:** Aquisição de aeronaves de inspeção em voo (Projeto I-X), que envolve aquisição dos elementos de suporte logístico inicial, contratação de treinamento de tripulantes e mecânicos de aeronaves e sistemas, contratação de suporte logístico para aeronaves, suporte logístico de motores, suporte logístico do sistema de inspeção em voo embarcado, com vistas a manter a necessária operacionalidade da Força Aérea Brasileira (FAB).

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (COPAC).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Fundo Aeronáutico (52911).

**FONTE DE RECURSOS:** 250.

**NATUREZA DA DESPESA:**

4490.30      4490.39      4490.52

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Aeronave adquirida.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

◆ **PO 0005 - AQUISIÇÃO DE AERONAVES DE BUSCA E SALVAMENTO - SAR (SEARCH AND RESCUE)**

**CARACTERIZAÇÃO:** Aquisição de aeronaves na configuração SAR (Search and Rescue), aquisição inicial de peças de reposição (Initial Provisioning List - IPL), aquisição de equipamentos de apoio no solo (Aircraft Ground Equipment - AGE), treinamento associado e FISS (Full in Service Support - Suporte logístico). Como signatário de compromissos internacionais no âmbito da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI) e da Organização Marítima Internacional, no que diz respeito à prestação do Serviço de Busca e Salvamento, cabe ao Brasil prover os meios materiais e de pessoal necessários à execução de uma missão SAR em apoio a qualquer pessoa envolvida em acidentes aeronáuticos ou marítimos dentro de sua área de responsabilidade, a qual abrange todo o Território Nacional e a área do Atlântico Sul até o meridiano 10.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (COPAC).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Fundo Aeronáutico (52911).

**FONTE DE RECURSOS:** 250.

**NATUREZA DA DESPESA:**

4490.30      4490.39      4490.52

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Aeronave adquirida.



**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

♦ **AÇÃO:** 05.571.2058.212H.0001 - **PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS (ATIVIDADE)**

**DESCRIÇÃO:** Execução de atividades por meio de pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, qualificadas como Organizações Sociais - OS nos termos da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que celebrarem contratos de gestão com órgãos e entidades do Governo Federal, relativas a:

- I) Fomento à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação, e aos estudos prospectivos;
- II) Manutenção e custeio da infraestrutura física, laboratorial e pessoal;
- III) Desenvolvimento de soluções tecnológicas voltadas a pesquisa, fomento, fiscalização e constituição de acervo nas áreas de cultura, saúde e educação; e
- IV) Prestação de serviços nas áreas específicas de atuação das OS, dirigidas ao ensino, à pesquisa científica e tecnológica, ao desenvolvimento, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.

As atividades mencionadas serão realizadas nos seguintes temas: educação, florestas, desenvolvimento sustentável, tecnologias da informação e comunicação - TICs, redes, oceanografia, hidrografia, matemática pura e aplicada, disseminação do conhecimento, energia, materiais, nanociências, nanotecnologia, biociências e biotecnologia, bioetanol, engenharias, transferência de tecnologias, produtos e processos industriais; e temas correlatos.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**PRODUTO:** Serviço prestado.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:** Cumprimento dos objetivos do contrato de gestão.

**FORMA DE IMPLEMENTAÇÃO:** Direta.

**DETALHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO:** Repasse de recursos financeiros da União mediante contrato de gestão com Organização Social.

**BASE LEGAL:** Art. 218 da Constituição Federal; Lei nº 9.637 de 15/05/98 e suas alterações; Decreto n.º 2405 de 26/11/1997; Decreto n.º 4078/02; Decreto n.º 4.077/02; Decreto nº 3.605/2000; Decreto s/n, de 4 de junho de 1999; Contratos de Gestão celebrados entre a União e as Organizações Sociais e Contratos de Gestão a serem celebrados entre a União e as Organizações Sociais.

**PLANO(S) ORÇAMENTÁRIO(S) DESTA AÇÃO:****◆ PO 0008 - COOPERAÇÃO ENTRE O INSTITUTO TECNOLÓGICO DE AERONÁUTICA E O CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS**

**CARACTERIZAÇÃO:** Ações que visem à consolidação do ITA como uma referência internacional em pesquisa e ensino de engenharia, com foco na renovação desse ensino; na identificação de projetos de pesquisa com a indústria de grande impacto econômico e social; e num ecossistema de estímulo ao desenvolvimento de ideias, à transferência de tecnologia e à criação de novas empresas.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3350.39

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Projeto de pesquisa apoiado.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

**◆ AÇÃO: 05.331.2058.212O.0001 - MOVIMENTAÇÃO DE MILITARES (ATIVIDADE)**

**DESCRIÇÃO:** Custeio decorrente das movimentações de militares incluindo concessão de ajuda de custo, destinada à locomoção e instalação, conforme regulamentação em vigor.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Chefe do Estado-Maior do Comando-Geral do Pessoal (COMGEP).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.33      3390.93

**PRODUTO:** Militar atendido.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:** Não especificado.

**FORMA DE IMPLEMENTAÇÃO:** Direta.

**DETALHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO:** Execução direta por cada unidade orçamentária, mediante pagamento direto ao militar ou a terceiros, em se tratando de despesas com transporte de mobiliário e congêneres.

**BASE LEGAL:** Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 2º; Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972 e suas alterações e Decreto nº

4.307, de 18 de julho de 2002 e suas alterações, que regulamenta a Medida Provisória no 2.215-10, de 31 de agosto de 2001.

◆ **AÇÃO: 05.331.2058.2865.0001 - MANUTENÇÃO E SUPRIMENTO DE FARDAMENTO (ATIVIDADE)**

**DESCRIÇÃO:** Aquisição, estocagem, distribuição e conservação dos itens de fardamento, aí incluído o equipamento individual, destinados aos militares de graduação inferior a 3º sargento, aos alunos de tiros de guerra e de escolas de formação e aos cadetes, que possuem direito a gratuidade em seu acesso; além da concessão do auxílio-fardamento aos demais militares da ativa, conforme legislação em vigor.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Diretor de Intendência (DIRINT).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**PRODUTO:** Militar atendido.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:** Não especificado.

**FORMA DE IMPLEMENTAÇÃO:** Não especificada.

**DETALHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO:** Não especificado.

**BASE LEGAL:** Constituição Federal, art. 142. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, art. 50; Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012; Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 2º; Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002, arts. 61 a 64; e Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003.

**PLANO(S) ORÇAMENTÁRIO(S) DESTA AÇÃO:**

◆ **PO 0001 - FARDAMENTO AOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS DE GRADUAÇÃO INFERIOR A 3º SARGENTO**

**CARACTERIZAÇÃO:** Aquisição, estocagem, distribuição e conservação dos itens de fardamento, aí incluído o equipamento individual, destinados aos militares de graduação inferior a 3º sargento, aos alunos de tiros de guerra, de escolas de formação e aos cadetes, que possuem direito a gratuidade em seu acesso, conforme legislação em vigor.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Subdiretor de Abastecimento (SDAB) da DIRINT.

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.30      3390.39      4490.52

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Militar atendido.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

◆ **PO 0003 - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI**

**CARACTERIZAÇÃO:** Aquisição e estocagem de capacete balístico, cobertura camuflada para capacete, colete balístico, colete tático, cotoveleira, estojo para marmita e talher, joelheira, luvas com reforços protetores, manta leve, marmita de alumínio, mochila de média capacidade, óculos de proteção operacional, poncho, saco de campanha, saco de dormir e talher articulado.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Subdiretor de Abastecimento (SDAB) da DIRINT.

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.30      3390.39      4490.52

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Militar atendido.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

◆ **AÇÃO: 05.151.2058.2868.0001 - COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES DE AVIAÇÃO (ATIVIDADE)**

**DESCRIÇÃO:** Aquisição de combustíveis e lubrificantes de aviação; obtenção e manutenção dos equipamentos e instalações necessários ao recebimento, perícia, estocagem, guarda, conservação e fornecimento de combustíveis e lubrificantes de aviação, em condições ideais e previstas pelos órgãos competentes, visando a assegurar a adequada disponibilidade desse material para utilização nas aeronaves da frota da Força Aérea Brasileira.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Diretor de Material Aeronáutico e Bélico (DIRMAB).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.30      3390.39      4490.52

**PRODUTO:** Combustível adquirido.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Metro cúbico (m³).

**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:** Combustíveis e lubrificantes para as aeronaves da Força Aérea Brasileira.

**FORMA DE IMPLEMENTAÇÃO:** Direta.

**DETALHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO:** Por meio de procedimento licitatório ou outros meios específicos quando há a necessidade de abastecimento no exterior.

**BASE LEGAL:** Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012.

♦ **AÇÃO:** 05.151.2058.2913.0001 - **INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES AERONÁUTICOS (ATIVIDADE)**

**DESCRIÇÃO:** Realização de atividades de investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos, bem como a manutenção de todo o sistema voltado à investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos, com vistas a garantir a segurança de voo no espaço aéreo sob jurisdição do Brasil.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Chefe do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CENIPA).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Fundo Aeronáutico (52911).

**FONTE DE RECURSOS:** 250.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.14	3390.15	3390.30
3390.33	3390.36	3390.39
3391.47	4490.51	4490.52

**PRODUTO:** Atividade de prevenção realizada.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:** Relatórios de investigação de incidentes e acidentes aeronáuticos elaborados, eventos de prevenção realizados, profissionais capacitados na área de prevenção, suprimentos e equipamentos específicos adquiridos.

**FORMA DE IMPLEMENTAÇÃO:** Direta.

**DETALHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO:** As atividades são realizadas diretamente pelo pessoal subordinado a Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos ou pela contratação de terceiros, nos casos cabíveis, para auxiliar no desempenho das atividades.

**BASE LEGAL:** Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012; Decreto nº 69.565, de 19 de novembro de 1971, reformulado pelo Decreto nº 87.249, de 7 de junho de 1982; e Decreto 6.703, de 18 de dezembro de 2008.

♦ **AÇÃO:** 05.151.2058.2916.0001 - **INSTRUÇÃO E TREINAMENTO TÉCNICO-OPERACIONAL DA AERONÁUTICA (ATIVIDADE)**

**DESCRIÇÃO:** Aquisição de materiais, serviços, equipamentos e afins necessários à capacitação técnica, física e operacional de todo o efetivo da Força Aérea, contratação de especialistas em áreas de interesse, bem como do aparato de apoio à plena proficiência desta Ação, visando garantir altos padrões de operacionalidade da Força Aérea Brasileira.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Chefe da Primeira Subchefia (1SC) do EMAER.

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Fundo Aeronáutico (52911).

**FONTE DE RECURSOS:** 280.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.14	3390.15	3390.30
3390.33	3390.36	3390.39
3391.47	4490.52	

**PRODUTO:** Militar adestrado.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:** Militares da Aeronáutica preparados física, técnico-profissional e intelectualmente para o desempenho de suas atribuições constitucionais.

**FORMA DE IMPLEMENTAÇÃO:** Direta.

**DETALHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO:** Baseada na política específica da Aeronáutica relativa à Instrução Militar e Adestramento da Aeronáutica, a Ação será implementada pelas respectivas Unidades Aéreas ou por outras Organizações da Aeronáutica ou por meio de contratação de cursos, treinamentos, aquisição de materiais e equipamentos.

**BASE LEGAL:** Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012.

▲ **AÇÃO:** 05.151.2058.7U72.0001 - **ADEQUAÇÃO, REVITALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA FROTA DE AERONAVES AM-X (PROJETO A1-M) (PROJETO)**

**DESCRIÇÃO:** Adequação, revitalização e modernização tecnológica e operacional das aeronaves de caça-bombardeiro-reconhecedor ligeiro AM-X (Projeto A-1M), mediante a recuperação de sua capacidade original e/ou de sua ampliação, com vistas a manter a necessária operacionalidade da Força Aérea Brasileira. A Ação promove a execução de projetos e instalação de equipamentos atualizados e tecnologicamente compatíveis com as arenas de combate do presente, visando a garantir os níveis ideais de prontidão operativa, de segurança das atividades aéreas e do nivelamento tecnológico da frota nacional em relação ao cenário internacional.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (COPAC).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

4490.30	4490.39	4490.52
---------	---------	---------

**PRODUTO:** Frota de aeronaves modernizada.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Percentual (%) de execução física.

**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:** Aeronaves de caça-bombardeiro-reconhecedor ligeiro AM-X (Projeto A-1M) com a sua capacidade operacional original e adequada às novas exigências técnico-aeroespaciais do Comando da Aeronáutica no contexto militar atual.

**FORMA DE IMPLEMENTAÇÃO:** Direta.

**DETALHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO:** Baseada nos Requisitos Operacionais Preliminares (ROP) do Comando da Aeronáutica, relativos à modernização e revitalização de aeronaves e sistemas embarcados, nas missões de defesa aérea relacionadas ao Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro - SISDABRA e nas disponibilidades orçamentárias e financeiras. A Ação será implementada pelo Comando-Geral de Apoio e pela Comissão Coordenadora do Projeto Aeronave de Combate.

**BASE LEGAL:** Caput, Art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999; Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012; Lei 12.598, de 22 de março de 2012; Decreto nº 7.364, de 23 de novembro de 2010; Diretriz do Comando da Aeronáutica (DCA 400-6/2007), aprovada pela Portaria nº 129/GC4, de 05 de março de 2007; Requisito Operacional Preliminar (ROP) da Modernização das Aeronaves A-1, aprovado pela Portaria nº C-02/3SC4, de 03 de janeiro de 2000; e Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER) 2010-2031 (PCA 11-47), aprovado pela Portaria nº C-15/GC3, de 09 de setembro de 2010.

● **PROGRAMA 2108 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA**

■ **AÇÃO: 05.331.2108.00M1.0001 - BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DECORRENTES DO AUXÍLIO-FUNERAL E NATALIDADE (OPERAÇÃO ESPECIAL)**

**DESCRIÇÃO:** Despesas orçamentárias com o pagamento de Auxílio-Funeral devido à família do servidor ou do militar falecido na atividade ou aposentado ou a terceiro que custear, comprovadamente, as despesas com o funeral do ex-servidor ou do ex-militar, bem como com o pagamento de Auxílio-Natalidade devido à servidora ou militar, cônjuge ou companheiro servidor público ou militar por motivo de nascimento de filho.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Subdiretor de Pagamento de Pessoal (SDPP) da DIRINT (UO: 52111) e Presidente da CFIAer (UO: 52211).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111) e Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica (52211).



**ITEM DE MENSURAÇÃO:** Não especificado.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Não especificada.

**BASE LEGAL:** Arts. 196 e 226 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; art. 50 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980; arts. 2º e 3º da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001.

**PLANO(S) ORÇAMENTÁRIO(S) DESTA AÇÃO:**

■ **PO 0001 - AUXÍLIO-FUNERAL E NATALIDADE DE CIVIS**

**CARACTERIZAÇÃO:** Concessão do auxílio-funeral devido à família do servidor falecido na atividade ou aposentado, em valor equivalente a um mês da remuneração ou provento, cujo pagamento deverá ocorrer no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, por meio de procedimento sumaríssimo, à pessoa da família que houver custeado o funeral, bem como do auxílio-natalidade devido à servidora por motivo de nascimento de filho, em quantia equivalente ao menor vencimento do serviço público, inclusive no caso de natimorto.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Subdiretor de Pagamento de Pessoal (SDPP) da DIRINT (UO: 52111) e Presidente da CFIAer (UO: 52211).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111) e Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica (52211).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.08

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Não especificado.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Não especificada.

■ **PO 0002 - AUXÍLIO-FUNERAL E NATALIDADE DE MILITARES**

**CARACTERIZAÇÃO:** Despesas orçamentárias com o pagamento de Auxílio-Funeral devido à família do militar falecido na atividade ou aposentado ou a terceiro que custear, comprovadamente, as despesas com o funeral do ex-militar, bem como com o pagamento de Auxílio-Natalidade devido à militar por motivo de nascimento de filho.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Subdiretor de Pagamento de Pessoal (SDPP) da DIRINT.

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.08



**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Não especificado.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Não especificada.

■ **AÇÃO:** 09.274.2108.0739.0001 - **INDENIZAÇÃO A ANISTIADOS POLÍTICOS EM PRESTAÇÃO ÚNICA OU EM PRESTAÇÃO MENSAL, PERMANENTE E CONTINUADA, NOS TERMOS DA LEI Nº 10.559, DE 2002 (OPERAÇÃO ESPECIAL)**

**DESCRIÇÃO:** Pagamento de reparações econômicas aos anistiados políticos civis e militares de que trata a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, concedidas mediante portarias do Ministro de Estado da Justiça ou do Ministro de Estado da Defesa, respectivamente, com consonância com as decisões da Comissão de Anistia.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Subdiretor de Pagamento de Pessoal (SDPP) da DIRINT.

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3190.03

**ITEM DE MENSURAÇÃO:** Não especificado.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Não especificada.

**BASE LEGAL:** Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

■ **AÇÃO:** 05.122.2108.09HB.0001 - **CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS (OPERAÇÃO ESPECIAL)**

**DESCRIÇÃO:** Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Subdiretor de Pagamento de Pessoal (SDPP) da DIRINT (UO: 52111) e Presidente da CFIAer (UO: 52211).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111) e Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica (52211).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3191.13

**ITEM DE MENSURAÇÃO:** Não especificado.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Não especificada.

**BASE LEGAL:** Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

■ **AÇÃO:** 09.274.2108.0C01.0001 - **VALORES RETROATIVOS A ANISTIADOS POLÍTICOS NOS TERMOS DA LEI Nº 11.354/2006, de 19/10/2006 (OPERAÇÃO ESPECIAL)**

**DESCRIÇÃO:** Pagamento de valores retroativos de reparações econômicas devidos aos anistiados políticos de que a trata a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, que firmaram Termo de Adesão na forma e condições estabelecidas pela Medida Provisória nº 300, de 29 de junho de 2006.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Subdiretor de Pagamento de Pessoal (SDPP) da DIRINT.

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3190.92

**ITEM DE MENSURAÇÃO:** Não especificado.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Não especificada.

**BASE LEGAL:** Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002 e Lei nº 11.354, de 19 de outubro de 2006.

▲ **AÇÃO:** 05.482.2108.13D8.0001 - **OBTENÇÃO DE PRÓPRIOS NACIONAIS RESIDENCIAIS PARA A AERONÁUTICA (PROJETO)**

**DESCRIÇÃO:** Obtenção de unidades habitacionais destinadas exclusivamente aos militares do serviço ativo que satisfaçam às condições de habilitação e demais disciplinamentos previstos nas legislações aplicáveis ao assunto, visando atender as necessidades de moradia do efetivo das organizações do Comando da Aeronáutica localizadas nas diversas regiões do país.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Chefe da Quarta Subchefia (4SC) do EMAER.

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

4490.39      4490.51      4590.61

**PRODUTO:** Unidade habitacional disponibilizada.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:** Unidades habitacionais para militares do serviço ativo.

**FORMA DE IMPLEMENTAÇÃO:** Direta.

**DETALHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO:** Baseada em projetos de engenharia executados no âmbito do Comando da Aeronáutica ou

contratados, no todo ou em parte. Pode, ainda, basear-se na aquisição de imóveis já disponíveis no mercado. Com base em estudos sobre a necessidade de Próprios Nacionais Residenciais para os militares da Aeronáutica, lotados nas organizações da FAB em cada região geográfica do Brasil, o Estado-Maior da Aeronáutica aloca recursos, conforme disponibilidade, para a aquisição, construção ou adequação desses PNR.

**BASE LEGAL:** Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012 e Instrução do Comando da Aeronáutica nº 12-20/2012.

♦ **AÇÃO:** 05.122.2108.2000.0001 - **ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE (ATIVIDADE)**

**DESCRIÇÃO:** Com a finalidade de constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas, a ação compreende: serviços administrativos ou de apoio; manutenção e uso de frota veicular; manutenção e conservação de bens imóveis próprios da União, cedidos ou alugados; despesas com tecnologia de informação e comunicações, sob a ótica "meio", que incluem o desenvolvimento de sistemas de informações, aquisição de equipamentos e contratação de serviços técnicos e administrativos de apoio, desde que voltados à administração geral de cada Órgão; capacitação de servidores em temas e ferramentas de uso geral; despesas com viagens e locomoção, incluindo aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins; realização de estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas; demais atividades-meio necessárias à gestão e à administração da unidade.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Chefe da Quinta Subchefia (5SC) do EMAER (UO: 52111 e 52911) e Presidente da CFIAer (UO: 52211).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111), Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica (52211) e Fundo Aeronáutico (52911).

**FONTE DE RECURSOS:** 250 e 280.

**PRODUTO:** Não especificado.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Não especificada.

**BASE LEGAL:** Não especificada.

**PLANO(S) ORÇAMENTÁRIO(S) DESTA AÇÃO:****◆ PO 0001 - PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL**

**CARACTERIZAÇÃO:** Elaboração, implementação e avaliação de planos para a preservação e a salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro (planos de socialização, planos de ação para as cidades históricas, planos de salvaguarda do patrimônio imaterial, planos de educação patrimonial, mobilidade e acessibilidade, entre outros); elaboração e execução de projetos de constituição, conservação e disponibilização de acervos de bens culturais, incluindo a aquisição de coleções, entre outros; elaboração de projetos de arquitetura, urbanismo, engenharia, paisagismo, museológicos, entre outros; execução de obras e serviços (manutenção, conservação, restauração, infraestrutura, requalificação urbana, novas construções, instalações e sinalização, entre outros); aquisição de bens e serviços para a manutenção e conservação de bens culturais e para a implantação e modernização de núcleos ou laboratórios de conservação e centros de referência cultural; financiamento para a recuperação de imóveis privados localizados em áreas protegidas; realização de estudos e pesquisas aplicadas à preservação do patrimônio cultural; realização de ações de educação patrimonial; realização de ações de apoio e fomento ao patrimônio cultural brasileiro incluindo-se as expressões culturais tradicionais; apoio e orientação técnica no âmbito das ações de preservação do patrimônio cultural. Planejar, desenvolver, fomentar, coordenar, monitorar e avaliar ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro com vistas ao desenvolvimento socioeconômico do país, incluindo as ações de pesquisa aplicada e educação patrimonial vinculadas à esta finalidade.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Diretor do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111) e Fundo Aero-náutico (52911).

**FONTE DE RECURSOS:** 100 e 280.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.30	3390.39	4490.52
---------	---------	---------

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Projeto realizado.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

◆ **PO 0002 - MANUTENÇÃO GERAL**

**CARACTERIZAÇÃO:** Serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Chefe da Quinta Subchefia (5SC) do EMAER.

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111) e Fundo Aero-náutico (52911).

**FONTE DE RECURSOS:** 100, 250, 280 e 281.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.14	3390.15	3390.18	3390.30
3390.31	3390.32	3390.33	3390.35
3390.36	3390.37	3390.39	3390.93
3391.47	4490.52	4590.62	

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Não especificado.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Não especificada.

◆ **PO 0003 - FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE LANÇAMENTO DA BARREIRA DO INFERNO**

**CARACTERIZAÇÃO:** Execução de projetos de pesquisa básica e desenvolvimento de sistemas, subsistemas e componentes, envolvendo a aplicação em aeronaves e em infraestrutura de apoio aos meios de suporte ao lançamento de foguetes de sondagem e foguetes lançadores de satélites. Complementação, ampliação, atualização e manutenção dos centros e laboratórios que compõe a infraestrutura de apoio às atividades espaciais. Permitir que os Centros de Lançamento possam operar todos os seus sistemas e ainda ampliar o conhecimento tecnológico existente na área aeroespacial, de forma a permitir também a capacitação da

indústria nacional para o desenvolvimento e produção de novos produtos e tecnologias.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Diretor do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111) e Fundo Aero-náutico (52911).

**FONTE DE RECURSOS:** 100 e 280.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.14	3390.15	3390.30
3390.33	3390.36	3390.39
3391.47	4490.52	

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Centro mantido.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

◆ **PO 0004 - FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA**

**CARACTERIZAÇÃO:** Execução de atividades relacionadas com o desenvolvimento de sistema, subsistemas e componentes, envolvendo a aplicação em infraestrutura de apoio aos meios de suporte ao lançamento de foguetes de sondagem e foguetes lançadores de satélites. Complementação, ampliação, atualização e manutenção dos centros e laboratórios que compõe a infraestrutura de apoio às atividades espaciais. Permitir que o Centro de Lançamento de Alcântara possa operar todos os seus sistemas e ainda ampliar o conhecimento tecnológico existente na área aeroespacial, de forma a permitir também a capacitação da indústria nacional para o desenvolvimento e produção de novos produtos e tecnologias. Manter e atualizar a infraestrutura do Centro.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Diretor do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111) e Fundo Aero-náutico (52911).

**FONTE DE RECURSOS:** 100 e 280.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.14	3390.15	3390.30
3390.33	3390.36	3390.39
3391.47	4490.52	

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Centro mantido.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

♦ **AÇÃO: 05.301.2108.2004.0001 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES (ATIVIDADE)**

**DESCRIÇÃO:** Concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores, militares e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médico-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Chefe do Estado-Maior do Comando-Geral do Pessoal (COMGEP).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111) e Fundo Aeronáutico (52911).

**PRODUTO:** Não especificado.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Não especificada.

**BASE LEGAL:** Art. 230, Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (Geral); Decreto 6.856, de 25 de maio de 2009 (Executivo); e demais legislações específicas.

**PLANO(S) ORÇAMENTÁRIO(S) DESTA AÇÃO:**

♦ **PO 0001 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA DE CIVIS - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO**

**CARACTERIZAÇÃO:** Concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exceto pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médico-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Subdiretor de Encargos Especiais (SDEE) da DIRINT.

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.93

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Pessoa beneficiada.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

◆ **PO 0002 - EXAMES PERIÓDICOS - CIVIS**

**CARACTERIZAÇÃO:** Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados públicos federais, ativos, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão. Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, ativos, condições para a manutenção da saúde física e mental, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Subdiretor de Aplicações dos Recursos para Assistência Médica Hospitalar (SARAM) da DIRSA.

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.30      3390.39

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Servidor beneficiado.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

◆ **PO 0003 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA DE MILITARES - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO**

**CARACTERIZAÇÃO:** Atendimento médico-hospitalar aos militares da ativa e da inatividade, bem como aos seus dependentes e pensionistas, em caráter suplementar pela União, prestados nas organizações integrantes do Serviço de Saúde da Força, incluindo a obtenção de materiais, serviços e equipamentos necessários à adequada operação do Serviço e, também, atendimento prestado em organizações civis de saúde e por profissionais de saúde autônomos.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Subdiretor de Aplicações dos Recursos para Assistência Médica Hospitalar (SARAM) da DIRSA.

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.30      3390.39      3390.93

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Pessoa beneficiada.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.



◆ **PO 0004 - ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR MILITAR - EX-COMBATENTES**

**CARACTERIZAÇÃO:** Atendimento médico-hospitalar aos Ex-Combatentes da 2ª Guerra Mundial, bem como aos seus dependentes e pensionistas, prestados nas organizações integrantes do Serviço de Saúde das Forças Armadas, incluindo a obtenção de materiais, serviços e equipamentos necessários à adequada operação do serviço e, também, atendimento prestado em organizações civis de saúde e por profissionais de saúde autônomos. Garantir o atendimento médico-hospitalar aos Ex-Combatentes da 2ª Guerra Mundial, bem como a seus dependentes e pensionistas.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Subdiretor de Aplicações dos Recursos para Assistência Médica Hospitalar (SARAM) da DIRSA.

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.30      3390.39

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Pessoa beneficiada.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

◆ **PO 0007 - ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR - PARTICIPAÇÃO DO MILITAR**

**CARACTERIZAÇÃO:** Atendimento médico-hospitalar aos militares da ativa e aos inativos, bem como, seus dependentes e pensionistas, pertencentes ao Fundo de Saúde, prestados nas organizações integrantes do Serviço de Saúde da Força, incluindo a aquisição de materiais, serviços e equipamentos necessários à adequada operação do serviço e, também, atendimento prestado em organizações civis de saúde e por profissionais de saúde autônomos, mediante a utilização de recursos orçamentários oriundos da participação dos militares no custeio dessas despesas. Proporcionar o atendimento médico-hospitalar aos militares da ativa e aos inativos, bem como a seus dependentes e pensionistas, mediante a utilização de recursos orçamentários oriundos da participação dos militares no custeio dessas despesas.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Subdiretor de Aplicações dos Recursos para Assistência Médica Hospitalar (SARAM) da DIRSA.

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Fundo Aeronáutico (52911).

**FONTE DE RECURSOS:** 250 e 281.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.30	3390.36	3390.39
3390.93	3391.47	4490.52

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Pessoa beneficiada.**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

◆ **AÇÃO:** 05.331.2108.2010.0001 - ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES (ATIVIDADE)

**DESCRIÇÃO:** Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar, com a finalidade de oferecer, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Subdiretor de Encargos Especiais (SDEE) da DIRINT.

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**PRODUTO:** Não especificado.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Não especificada.

**BASE LEGAL:** Inciso IV, do art. 54 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990; art. 3º do Decreto nº 977, de 10 de novembro de 1993 e demais legislações específicas.

**PLANO(S) ORÇAMENTÁRIO(S) DESTA AÇÃO:**

◆ **PO 0001 - ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS E DE EMPREGADOS**

**CARACTERIZAÇÃO:** Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores civis e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado, que tenham filhos em idade pré-escolar.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Subdiretor de Encargos Especiais (SDEE) da DIRINT.

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.08

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Pessoa beneficiada.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

◆ **PO 0002 - ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE MILITARES.**

**CARACTERIZAÇÃO:** Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago aos militares, inclusive pessoal contratado por tempo determinado, que tenham filhos em idade pré-escolar.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Subdiretor de Encargos Especiais (SDEE) da DIRINT.

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.08

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Pessoa beneficiada.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

◆ **AÇÃO: 05.331.2108.2011.0001 - AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES (ATIVIDADE)**

**DESCRIÇÃO:** Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Subdiretor de Encargos Especiais (SDEE) da DIRINT (UO: 52111) e Presidente da CFIAer (UO: 52211).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111) e Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica (52211).

**PRODUTO:** Não especificado.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Não especificada.

**BASE LEGAL:** Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001; Decreto 2.880, de 15 de dezembro de 1998; Decreto 95.247, de 17 de novembro de 1987 e demais legislações específicas.

**PLANO(S) ORÇAMENTÁRIO(S) DESTA AÇÃO:**

◆ **PO 0001 - AUXÍLIO-TRANSPORTE - CIVIS**

**CARACTERIZAÇÃO:** Pagamento pela União de auxílio-transporte em pecúnia ou vale-transporte na modalidade papel e ou bilhetagem eletrônica, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte

coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Subdiretor de Encargos Especiais (SDEE) da DIRINT (UO: 52111) e Presidente da CFIAer (UO: 52211).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111) e Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica (52211).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.49

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Pessoa beneficiada.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

◆ **PO 0002 - AUXÍLIO-TRANSPORTE DE MILITARES.**

**CARACTERIZAÇÃO:** Pagamento pela União de auxílio-transporte em pecúnia ou vale-transporte na modalidade papel e ou bilhetagem eletrônica, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, inclusive pessoal contratado por tempo determinado, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Subdiretor de Encargos Especiais (SDEE) da DIRINT.

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.49

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Pessoa beneficiada.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

◆ **AÇÃO: 05.331.2108.2012.0001 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES (ATIVIDADE)**

**DESCRIÇÃO:** Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório. O benefício é pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Diretor de Intendência (DIRINT) (UO: 52111) e Presidente da CFIAer (UO: 52211).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111) e Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica (52211).

**PRODUTO:** Não especificado.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Não especificada.

**BASE LEGAL:** Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997, Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992 e Decreto nº 3.887, de 16 de agosto de 2001.

**PLANO(S) ORÇAMENTÁRIO(S) DESTA AÇÃO:**

◆ **PO 0001 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO DE CIVIS**

**CARACTERIZAÇÃO:** Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores civis e empregados públicos federais ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado ou por meio de manutenção de refeitório, benefício que será pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor civil ou empregado.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Subdiretor de Encargos Especiais (SDEE) da DIRINT (UO: 52111) e Presidente da CFIAer (UO: 52211).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111) e Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica (52211).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.46

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Pessoa beneficiada.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

◆ **PO 0002 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO DE MILITARES EM PECÚNIA**

**CARACTERIZAÇÃO:** Direito Pecuniário previsto na Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1990 e na Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, devido ao militar para custear gastos com alimentação em situações em que o mesmo não pode ser apoiado diretamente pela Organização Militar. A concessão do benefício ocorre mediante pagamento em pecúnia ao militar.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Subdiretor de Pagamento de Pessoal (SDPP) da DIRINT.

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.46

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Pessoa beneficiada.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

◆ **PO 0004 - ALIMENTAÇÃO DE MILITARES EM RANCHO**

**CARACTERIZAÇÃO:** Provisão de alimentação das Forças Armadas com a finalidade de manter o estado de pronto emprego da tropa. Aquisição de gêneros e demais insumos. Aquisição e manutenção de utensílios para copa e cozinha, depósitos e câmaras frigoríficas. Contratação de serviços necessários ao preparo e ao fornecimento da alimentação diária ao pessoal em atividades das Forças Armadas.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Subdiretor de Abastecimento (SDAB) da DIRINT.

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.30          3390.39

**PRODUTO INTERMEDIÁRIO:** Pessoa beneficiada.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

◆ **AÇÃO: 05.122.2108.20TP.0001 - PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO (ATIVIDADE)**

**DESCRIÇÃO:** Pagamento de espécies remuneratórias devidas aos servidores e empregados ativos civis da União.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Subdiretor de Pagamento de Pessoal (SDPP) da DIRINT (UO: 52111) e Presidente da CFIAer (UO: 52211).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111) e Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica (52211).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3190.04          3190.11          3190.16

3190.91          3190.92          3191.13

**PRODUTO:** Não especificado.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Não especificada.

**BASE LEGAL:** Lei nº 8.112, de 11/12/1990 e CLT.

♦ **AÇÃO:** 05.331.2108.213Z.0001 - **AUXÍLIO-FARDAMENTO AOS MILITARES DA ATIVA - PECÚNIA (ATIVIDADE)** (antiga Ação 2865 / PO 0002)

**DESCRIÇÃO:** Concessão do auxílio-fardamento aos militares da ativa, em pecúnia, para custear gastos com fardamento, conforme legislação em vigor.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Subdiretor de Pagamento de Pessoal (SDPP) da DIRINT.

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.19

**PRODUTO:** Militar beneficiado.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Unidade.

**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:** Não especificado.

**FORMA DE IMPLEMENTAÇÃO:** Não especificada.

**DETALHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO:** Não especificado.

**BASE LEGAL:** Medida provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 2º, e Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002, arts. 61 a 64.

♦ **AÇÃO:** 05.183.2108.2866.0001 - **AÇÕES DE CARÁTER SIGILOSO (ATIVIDADE)**

**DESCRIÇÃO:** Provisão dos meios necessários à realização de atividades de caráter sigiloso para garantir a segurança do Estado e da sociedade.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Chefe do Centro de Inteligência da Aeronáutica (CIAER)

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3390.14	3390.15	3390.30
3390.33	3390.36	3390.39
3391.47	4490.52	

**PRODUTO:** Não especificado.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Não especificada.

**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:** Não especificado.

**FORMA DE IMPLEMENTAÇÃO:** Direta.

**DETALHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO:** Repassar à organização responsável os recursos para a obtenção de bens e serviços necessários ao cumprimento das ações, bem como para conferências nacionais e

internacionais de inteligência militar; para exercícios e treinamentos de inteligência militar e para a realização de operações de inteligência e contra inteligência.

**BASE LEGAL:** Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Decreto nº 7.364, de 23 de novembro de 2010; Portaria Normativa nº 1.082/MD, de 12 de setembro de 2005, alterada pelas Portarias Normativas nº 1.075/MD, de 22 de agosto de 2007, e nº 658/MD, de 23 de abril de 2008.

♦ **AÇÃO:** 05.122.2108.2867.0001 - **PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO MILITAR DAS FORÇAS ARMADAS (ATIVIDADE)**

**DESCRIÇÃO:** Pagamento de despesas remuneratórias devidas aos militares ativos.

**AGENTE RESPONSÁVEL:** Subdiretor de Pagamento de Pessoal (SDPP) da DIRINT.

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Comando da Aeronáutica (52111).

**FONTE DE RECURSOS:** 100.

**NATUREZA DA DESPESA:**

3190.12	3190.17	3190.91
3190.92	3190.94	

**PRODUTO:** Não especificado.

**UNIDADE DE MEDIDA:** Não especificada.

**BASE LEGAL:** Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001.



## ANEXO B

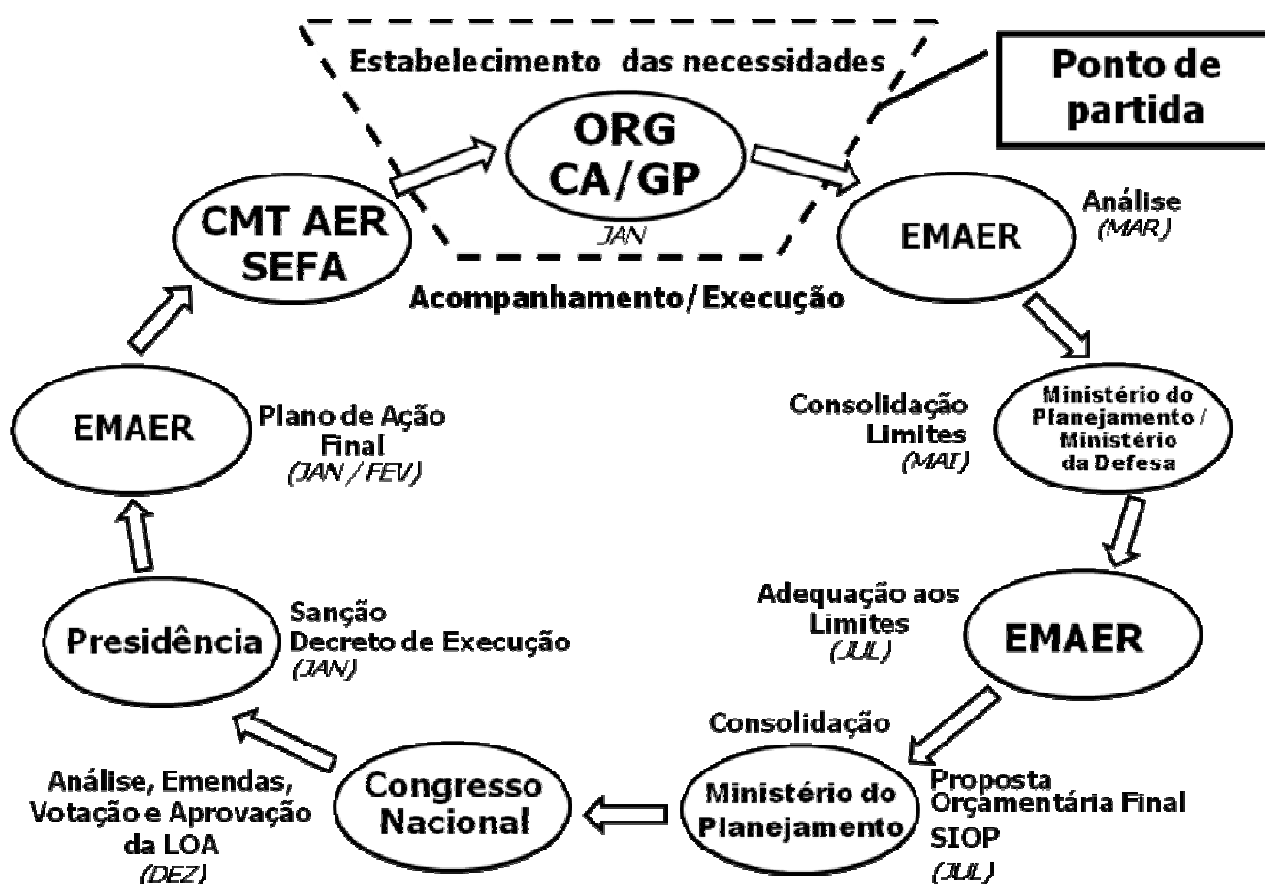
### DESPESAS COM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

(Natureza da Despesa Detalhada ao nível de Subelemento de Despesa)

<b>Código</b>	<b>Descrição</b>
3390.30.17	Material de Processamento de Dados
3390.35.04	Consultoria em Tecnologia da Informação
3390.36.54	Manutenção e Conservação de Equipamento de Processamento de Dados
3390.36.57	Serviços Técnicos de Profissionais de T.I.
3390.37.09	Manutenção de Software
3390.37.27	Suporte a Infraestrutura de T.I.
3390.37.28	Suporte a Usuário de T.I.
3390.39.08	Manutenção de Software
3390.39.11	Locação de Softwares
3390.39.26	Desenvolvimento de Software
3390.39.27	Suporte de Infraestrutura
3390.39.28	Suporte a Usuários de Tecnologia da Informação
3390.39.30	Hospedagem de Sistemas
3390.39.31	Locação de Equipamentos de Processamento de Dados
3390.39.56	Serviços da Tecnologia da Informação
3390.39.57	Serviços de Processamento de Dados
3390.39.95	Manutenção e Conservação de Equipamentos de Processamento de Dados
3390.39.97	Comunicação de Dados
4490.30.17	Material de Processamento de Dados
4490.35.04	Consultoria em Tecnologia da Informação
4490.36.45	Desenvolvimento de Software
4490.36.46	Aquisição de Software sob Encomenda
4490.36.54	Melhoria de Equipamento de Processamento de Dados
4490.36.57	Serviços Técnicos de Profissionais de T.I.
4490.37.92	Manutenção Evolutiva de Software
4490.37.93	Aquisição de Software sob Encomenda
4490.39.57	Serviços Técnicos de Profissionais de T.I.
4490.39.92	Desenvolvimento de Software
4490.39.93	Aquisição de Software
4490.39.95	Melhoria Equipamento de Processamento de Dados
4490.39.97	Comunicação de Dados
4490.52.35	Equipamentos de Processamento de Dados

## ANEXO C

## CICLO ORÇAMENTÁRIO



## ANEXO D

**ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA**  
**Processo de Autorização de Contratos Plurianuais - ACAP**  
**SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO**

AUTORIZAÇÃO PARA		
( ) Licitação/Dispensa/Inexigibilidade	( ) Cancelamento de Autorização	( ) Termo Aditivo
( ) Celebração de Contrato de Despesa	( ) Reajuste e Repactuação	( ) Disponibilização de recurso

Unidade Gestora (UG) do Agente Responsável

DOC. REFERÊNCIA	DATA	UG CONTRATANTE (SIGLA/CÓDIGO)

OBJETO RESUMIDO

CRONOGRAMA FINANCEIRO			
Exercício	Valor	Exercício	Valor
VALOR ESTIMADO TOTAL			

CÓDIGO	SALDO ATUALIZADO (R\$)
AÇÃO	
PLANO ORÇAMENTÁRIO	

CONTRATO Nº		
EMPRESA CONTRATADA	RAZÃO SOCIAL	
	CNPJ	
VIGÊNCIA DO CONTRATO		

OBSERVAÇÕES	Local e data
1. No caso de novas contratações, informar o número da Solicitação da UG como documento de referência; 2. No Cronograma Financeiro, informar o valor a ser efetivamente desembolsado, incluindo ajustes anuais. 3. O Saldo Atualizado representa o valor disponível na Ação e no PO após a dedução do valor total referente do Cronograma Financeiro. 4. No caso de rescisão contratual, o saldo do valor restante estimado deverá ser somado ao saldo atualizado da Ação/PO.	Assinatura com Carimbo do Agente Responsável     

**ANEXO E**

ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA  
QUINTA SUBCHEFIA  
SEÇÃO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

**JUSTIFICATIVA PARA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**1. Indique a necessidade da alteração orçamentária.**

**2. Descreva o impacto do cancelamento de dotações.**

**3. Quais as consequências do não atendimento do pleito?**

**4. Quais os reflexos do atendimento da demanda sobre o nível dos gastos de custeio do órgão e/ou da Unidade Orçamentária?**

**5. Outras informações consideradas relevantes.**

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

---

Posto/Quadro e nome completo  
Cargo/Função - OM

**ANEXO F****ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA****INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PARA PROCESSAMENTO**

<b>Ação Orçamentária</b>	
Código e Nome	
Descrição	

<b>Plano Orçamentário (Nº e Título)</b>	<b>Natureza de Despesa</b>	<b>Fonte</b>	<b>Dotação Inicial</b>	<b>Anula</b>	<b>Suplementa</b>	<b>Dotação Atualizada</b>
PO XXX - ...						
PO XXX - ...						
Total						

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

---

Posto/Quadro e nome completo  
Cargo/Função - OM

## ANEXO G

### ORIENTAÇÕES INICIAIS PARA ACESSO ÀS JANELAS DO SIOP - PROMOTE

As orientações a seguir visam dar celeridade à “navegação” no SIOP de seu Módulo de Monitoramento Temático do PPA 2012-2015, que se encontram detalhadas nas orientações constantes dos Manuais do Sistema.

Assim sendo, recomenda-se a seguinte sequência de navegação:

1. Após acessar o SIOP (<https://www.siop.planejamento.gov.br/siop/?pp=siop&rvn=1>) com *login* e senha, selecionar o perfil “Gestão do PPA” e o Exercício a ser avaliado.
2. Uma vez acessada a página inicial, ir até ao menu “PPA” (acima, na terceira linha de comandos) e selecionar, em “Monitoramento”, o *link* “Monitoramento”.
3. Esta nova página, já estará aberta na “Visão Institucional” do Ministério da Defesa, que quando selecionada (clique no “+”), listará todos os Programas Governamentais sob a sua responsabilidade.
4. Entre estes, apenas o Programa 2058 - “Política Nacional de Defesa” contém atributos cujo monitoramento encontra-se sob a responsabilidade do COMAER.
5. Para que o Agente Responsável (ou seus Agentes Auxiliares) possa acessar o atributo sob a responsabilidade do COMAER ao qual está vinculado, conforme estabelecido pela Portaria nº 939/GC4, de 08 jul 2015, deverá selecionar (clique no “+”) o Programa 2058, e, em seguida, deverá:
6. Para acessar o Objetivo sob sua responsabilidade, clicar no respectivo *link*, o que resultará na abertura da Seção “Dados do Monitoramento”, na qual será possível realizar a edição do Campo “Análise Situacional do Objetivo”.
7. Para acessar a Meta sob sua responsabilidade, clicar no “+” do Objetivo ao qual a meta esteja vinculada, e, em seguida, clicar no respectivo *link*, o que resultará na abertura da Seção “Dados do Monitoramento”, na qual será possível realizar a edição do Campo “Análise Situacional da Meta” e dos Campos relacionados à “Quantificação da Meta”.
8. Para acessar a Iniciativa Individualizada sob sua responsabilidade, clicar no “+” do Objetivo ao qual a Iniciativa esteja vinculada, e, em seguida, clicar no respectivo *link*, o que resultará na abertura da Seção “Dados do Monitoramento”, na qual será possível realizar a edição do Campo “Análise Situacional da Iniciativa”.
9. Caso o Agente Responsável ou seus Agentes Auxiliares já possuam o código e/ou título do atributo do PPA 2012-2015 sob sua responsabilidade, basta selecionar o tipo do atributo (Objetivo, Iniciativa ou Meta) e preencher o campo de pesquisa.

## ANEXO H

### **ORIENTAÇÕES INICIAIS PARA ACESSO ÀS JANELAS DO SIOP - PROACOR**

As orientações a seguir visam dar maior celeridade à “navegação” no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do SIOP. Entretanto, recomenda-se que todos os campos sejam explorados pelos Agentes Responsáveis e seus respectivos Agentes Auxiliares, seguindo as orientações constantes dos Manuais disponibilizados pelo MPOG na tela inicial do próprio Sistema.

Assim sendo, recomenda-se a seguinte sequência de navegação:

1. Após acessar no SIOP (<https://www.siop.planejamento.gov.br/siop/>) com o seu *login* (CPF) e senha, selecionar o perfil “Acompanhamento Orçamentário (UO)” e o Exercício a ser avaliado.
2. Uma vez acessado o Sistema, ir até ao menu “LOA” e selecionar, dentro de “Acompanhamento Orçamentário”, o link “Captação”, o que determinará a abertura da janela que contém as seções “Filtros de Busca” e “Resultados para a pesquisa solicitada”.
3. Na seção “Ações para Acompanhamento”, informar os parâmetros de pesquisa na Subseção “Filtros de busca”, conforme descrito abaixo:
  - a. Campo “Período”: “1 - Jan-Jun” ou “2 - Jan-Dez”.
  - b. Campo “Momento”: “Momento Unidade Orçamentária”.
  - c. Campo “Esfera”: “Todas (10 e 20)”.
  - d. Campo “Órgão”: em geral “52000 - Ministério da Defesa” ou, exclusivamente para a CFIAer, “74205 - Recursos sob Supervisão da CFIAer”.
4. Ignorar os campos “Unidade Orçamentária”, “Função”, “Subfunção” e “Programa” e ir direto para o campo “Ação”, onde deverá ser inserido o código da Ação Orçamentária sob sua responsabilidade (não é necessário o lançamento do título da Ação), conforme estabelecido na Portaria nº 939/GC4/2015 e, em seguida, clicar em “Pesquisar”. Também não há necessidade de preenchimento dos campos “Tipo Ação”, “Origem” e “Unidade Responsável”.

Ressalta-se ainda o seguinte aspecto:

- a. Neste caso, o Agente Responsável por PO deverá inserir o código da Ação Orçamentária a qual o seu PO estiver vinculado, conforme Portaria nº 939/GC4/2015.
5. Clicar na Ação Orçamentária que o Sistema apresentar na seção “Resultados para a pesquisa solicitada”.

Ressaltam-se ainda os seguintes aspectos:

- a. Uma mesma Ação poderá pertencer a mais de uma Unidade Orçamentária (UO), como, por exemplo, 52911 - Fundo Aeronáutico e 52111 - Tesouro Nacional, motivo pelo qual poderá estar listada mais de uma vez (vários *links*). Neste caso, o Agente Responsável deverá executar todos os procedimentos do PROACOR para cada UO, ou seja, para cada *link* apresentado.
  - b. Neste caso, o Agente Responsável por PO deverá, em conformidade com o estabelecido pela Portaria nº 939/GC4/2015, selecionar cada uma das UO (*links*) às quais seu PO se encontra vinculado. Da mesma forma que o item anterior, o Agente Responsável deverá executar todos os procedimentos do PROACOR para cada UO.
6. Após clicar na Ação pretendida (link), o Sistema apresentará a janela “Ação para Acompanhamento”, dando acesso direto à aba “Geral”, que fornece informações cadastrais relativas à Ação Orçamentária.
  7. Clicar na aba “Localizadores” para ter acesso à janela de trabalho do Módulo de Acompanhamento Orçamentário, que contempla os campos localizados no “Acompanhamento de Localizador”.

Ressaltam-se ainda os seguintes aspectos:

- a. Embora não sejam indispensáveis à avaliação propriamente dita, o acesso à aba “LOA e RAP” permite uma melhor visualização da Ação e à aba “Histórico” possibilita a identificação de cada usuário que vier a inserir informações no SIOP.
8. Clicar no campo “Localizador” e selecionar, quando houver mais de um Localizador de Gasto (LG) indexados à Ação, o link a ela correlacionado (composto por um código acompanhado do respectivo título). Os LG podem ser do tipo: nacional (predominante nas Ações do COMAER), regional, estadual e municipal.

Ressaltam-se ainda os seguintes aspectos:

- a. Uma mesma Ação poderá possuir mais de um LG, motivo pelo qual poderá surgir como opção mais de um *link*. Neste caso, o Agente Responsável deverá executar todos os procedimentos do PROACOR para cada LG, ou seja, para cada *link* apresentado.
  - b. O SIOP considerará opcional o preenchimento das ações e localizadores resultantes de emendas parlamentares que tiverem valor financeiro zero tanto para o disponível quanto para o empenhado.
9. Após selecionado o LG, o Sistema permitirá que o Agente Responsável realize o lançamento dos dados e informações relativos ao PROACOR relativo à execução da Ação sob sua responsabilidade.

Ressalta-se ainda o seguinte aspecto:



- a. Os dados e informações relativos ao PROACOR que versem sobre a execução dos PO deverão ser registrados, exclusivamente, por seus respectivos Agentes Responsáveis, conforme estabelecido pelo Anexo II da Portaria nº 939/GC4/2015.
10. O Agente Responsável por PO somente poderá lançar dados e informações nos campos pertencentes à seção “Acompanhamento de Plano Orçamentário”, localizados na parte final da janela de trabalho, conforme estabelecido no Item 5 das presentes Instruções.
11. Após concluir cada sessão de lançamento de dados e/ou informações, o Agente Responsável por Ação Orçamentária da LOA ou por PO deverá clicar no menu “Salvar”, localizado na parte superior da janela de trabalho, antes de sair do sistema.
12. Após concluir cada sessão de lançamento de dados e/ou informações, o Agente Responsável por Ação Orçamentária da LOA ou por PO deverá clicar no menu “Verificar”, localizado na parte superior da janela de trabalho, com o objetivo de checar e, quando couber, corrigir as pendências e/ou alertas gerados automaticamente pelo SIOP.

## ANEXO I

**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**ÓRGÃO DA UNIDADE RESPONSÁVEL**

**RELATÓRIO DE CONTROLE SEMESTRAL - ANO 20XX (Xª Fase)**

<b>Código e Título do Indicador</b>												
<b>1. Unidade Responsável:</b>												
<b>2. Agente Responsável:</b>												
<b>3. Programa ao qual o Indicador está vinculado:</b>												
<b>4. Descrição do Programa:</b>												
Informações Gerais			Índice de Referência		VALORES APURADOS							
					Ano: 20xx		Ano: 20xx		Ano: 20xx		Ano: 20xx	
Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo	Órgão Responsável	Data de Apuração	Valor	Data	Valor	Data	Valor	Data	Valor	Data	Valor
%	(*)											
(*) Descrever a fórmula de cálculo.												
<b>Evolução do Indicador:</b>												

Cidade/UF, DD de MMM de 20XX.

**ELABORADO POR:**

Agente Auxiliar

**APROVADO POR:**

Agente Responsável

**ANEXO J****COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**ÓRGÃO DA UNIDADE RESPONSÁVEL****RELATÓRIO DE CONTROLE SEMESTRAL - ANO 20XX (Xª Fase)**

<b>Código e Título do Objetivo</b>	
1. Unidade Responsável:	
2. Agente Responsável:	
3. Objetivo:	
<b>ANÁLISE SITUACIONAL</b>	
Data de referência:	

Cidade/UF, DD de MMM de 20XX.

ELABORADO POR:

Agente Auxiliar

APROVADO POR:

Agente Responsável

## ANEXO K

**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**ÓRGÃO DA UNIDADE RESPONSÁVEL****RELATÓRIO DE CONTROLE SEMESTRAL - ANO 20XX (Xª Fase)**

<b>Código e Título da Meta</b>	
<b>1. Unidade Responsável:</b>	
<b>2. Agente Responsável:</b>	
<b>3. Objetivo ao qual a Meta está vinculada:</b>	
<b>ANÁLISE SITUACIONAL</b>	
<b>QUANTIFICAÇÃO DA META</b>	
Meta quantificável?	
Quantidade alcançada:	
Unidade de medida:	
Data de referência:	

Cidade/UF, DD de MMM de 20XX.

**ELABORADO POR:**

Agente Auxiliar

**APROVADO POR:**

Agente Responsável

## ANEXO L

**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**ÓRGÃO DA UNIDADE RESPONSÁVEL****RELATÓRIO DE CONTROLE SEMESTRAL - ANO 20XX (Xª Fase)**

<b>Código e Título da Iniciativa Individualizada</b>	
<b>1. Unidade Responsável:</b>	
<b>2. Agente Responsável:</b>	
<b>3. Objetivo ao qual a Iniciativa Individualizada está vinculada:</b>	
<b>ANÁLISE SITUACIONAL</b>	
<b>Data de referência:</b>	

Cidade/UF, DD de MMM de 20XX.

**ELABORADO POR:**

Agente Auxiliar

**APROVADO POR:**

Agente Responsável

## ANEXO M

**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
UNIDADE RESPONSÁVEL

**RELATÓRIO DE CONTROLE SEMESTRAL - ANO XXXX (Xª Fase)**

<b>Título da Ação:</b>			
1. Agente da Administração Responsável:			
2. Unidade Orçamentária:			
3. Produto:			
4. Unidade de medida:			
<b>Execução Físico-Financeira</b>			
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>		<b>Execução Física - Metas</b>	
Dotação atual:		Meta prevista:	
Reprogramado financeiro (limite de empenho):		Reprogramado (para o exercício):	
Empenhado:			
Liquidado:		Meta Realizada (no período):	
Pago:			
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>			
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>		<b>Execução Física - Metas</b>	
Inscrito Líquido:		Meta não alcançada no exercício anterior:	
Liquidado a pagar:		Meta realizada:	
Pago:			
Liquidado efetivo:			
<b>ANÁLISE DO LOCALIZADOR DA AÇÃO OU PO</b>			
Data de apuração:			

Cidade/UF, DD de MMM de 20XX.

ELABORADO POR:

Agente Auxiliar

APROVADO POR:

Agente Responsável

## ANEXO N

## COMANDO DA AERONÁUTICA

UNIDADE RESPONSÁVEL

## RELATÓRIO DE CONTROLE SEMESTRAL - ANO XXXX (Xª Fase)

<b>Código e Título do Plano Orçamentário (PO):</b>			
1. Agente da Administração Responsável:			
2. Ação Orçamentária a qual o PO se vincula:			
3. Unidade Orçamentária:			
4. Produto:			
5. Unidade de medida:			
<b>Execução Físico-Financeira</b>			
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>		<b>Execução Física - Metas</b>	
Dotação atual:		Meta prevista:	
Empenhado:			
Liquidado:		Meta Realizada (no período):	
Pago:			
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>			
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>		<b>Execução Física - Metas</b>	
Inscrito Líquido:		Meta não alcançada no exercício anterior:	
Liquidado a pagar:		Meta realizada:	
Pago:			
Liquidado efetivo:			
<b>ANÁLISE DO LOCALIZADOR DA AÇÃO OU PO</b>			
Data de apuração:			

Cidade/UF, DD de MMM de 20XX.

ELABORADO POR:

Agente Auxiliar

APROVADO POR:

Agente Responsável